

MILTON ANTÔNIO ANANIAS - CAP PM
ANTÔNIO JOAQUIM M. BENVINDO - CAP PM

SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA PM - ANÁLISE CRÍTICA
E PROPOSTA DE MODERNIZAÇÃO

GOIÂNIA - 1997

**ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR
ACADEMIA DE POLICIA MILITAR
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS/97**

**SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA PM - ANÁLISE CRÍTICA
E PROPOSTA DE MODERNIZAÇÃO**

ALUNOS: CAP PM GO MILTON ANTÔNIO ANANIAS

CAP PM TO ANTÔNIO J. MARTINS BENVINDO

ORIENTADOR: MAJ PM JORGE ALVES SOBRINHO

GOIÂNIA-GO/1997

MILTON ANTÔNIO ANANIAS - CAP PM
ANTÔNIO JOAQUIM M. BENVINDO - CAP PM

**SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA PM - ANÁLISE CRÍTICA
E PROPOSTA DE MODERNIZAÇÃO**

GOIÂNIA - GO/1997

MILTON ANTÔNIO ANANIAS - CAP PM
ANTÔNIO JOAQUIM M. BENVINDO - CAP PM

SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA PM - ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSTA DE MODERNIZAÇÃO

*Trabalho técnico-profissional apresentado à
Academia de Polícia Militar de Goiás, para
aprovação no Curso de Aperfeiçoamento de
Oficiais, sob a orientação metodológica da
professora Nancy Ribeiro de Araújo Silva, e
sob a orientação profissional do MAJ PM
Jorge Alves Sobrinho*

GOIÂNIA - GO/1997

DEDICATÓRIAS

À minha esposa Keila, melódica que acalanta meus sonhos e invade minh'alma de Amor, verdadeiro sustentáculo de meus ideais, a minha Mãe Neuza e meu Pai " In memorian" Ananias e aos meus filhos Júnior, Leticia e Wellington, minha família, farol de todos os momentos, que souberam com carinho e resignação, suportar minha ausência.

À minha esposa Flavia Marques de Queiroz Benvindo, e familiares, pela compreensão, amor e força que transmitiram, dando-me ânimo e coragem para vencer as lutas que apresentaram, fazendo com que atingisse os objetivos propostos.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela constante luz divina, e pela oportunidade de conhecer novos companheiros, com quem aprendemos muito, principalmente profissionalmente.

À senhora Nancy Ribeiro de Araújo e Silva, nossa professora e orientadora constante do presente trabalho, que de forma dinâmica, companheira e amiga, não mediu esforços, para que alcançássemos êxito.

Ao Sr. MAJ Jorge Alves Sobrinho, orientador deste trabalho monográfico, pela sua atenção e amizade devotadas, que contribuíram sobremaneira para a elaboração deste ensaio.

Aos instrutores e Professores que abnegadamente nos transmitiram conhecimentos necessários ao prosseguimento de nossa Carreira Militar.

Aos Companheiros do CAO/97, com quem compartilhamos as dificuldades, e que nos ajudaram a colher os louros da vitória.

Aos Cel PMTO Magno, Ten Cel PMGO Monteiro, Maj PMGO Camargo e Maj PMTO Benvindo, pelas suas valiosas orientações e apoio na realização deste trabalho.

Aos policias Militares Goianos, sempre hospitaleiros e amigos, fazendo me sentir em casa, espero que Deus dê a oportunidade, de aqui estar no terceiro milênio, para fazer o Curso Superior de Policia.

A todos aqueles, que direta ou indiretamente, contribuíram para a confecção deste trabalho Técnico Profissional.

PENSAMENTOS

Se conheceis o inimigo e a vós mesmos, não deveis temer o resultado de cem batalhas. Se vós conheceis mas não ao inimigo, para cada vitória alcançada sofrereis uma derrota. Se não conheceis nem a um nem a outro, sereis sempre derrotados.

SUN TZU

Em certo sentido, toda vida, quando narrada, é exemplar; escrevemos para atacar ou para defender um sistema do mundo, para definir um método que nos é próprio. E não é menos verdade que é pela idealização ou pela crítica mortaz a todo custo, pelo detalhe fortemente exagerado ou prudentemente omitido, que se desqualificam quase todos os biógrafos: O homem construído substitui o homem compreendido. Nunca perder de vista o gráfico de uma vida humana, que não se compõe, digam o que disseram, de uma horizontal e de duas perpendiculares, mas de três linhas sinuosas, prolongadas até o infinito, incessantemente reaproximadas e divergindo sem cessar: O que o homem julgou ser, o que ele quis ser e o que ele foi.

MARGUERITE YOUNG

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	11
------------------------------	-----------

INTRODUÇÃO.....	12
------------------------	-----------

CAPÍTULO I

INFORMAÇÕES: TEORIA E HISTÓRIA.....	15
--	-----------

1. HISTÓRICO DAS INFORMAÇÕES.....	15
--	-----------

1.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	15
--------------------------------------	-----------

1.2 ANTIGUIDADE.....	16
-----------------------------	-----------

1.2.1 Episódio Bíblico.....	16
------------------------------------	-----------

1.3 IDADE MÉDIA.....	17
-----------------------------	-----------

1.4 IDADE MODERNA.....	17
-------------------------------	-----------

1.5 IDADE CONTEMPORÂNEA.....	17
-------------------------------------	-----------

1.6 INFORMAÇÕES NO PRISMA INTERNACIONAL.....	18
---	-----------

1.7 INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DO ESTADO.....	20
--	-----------

2. O SERVIÇO DE INFORMAÇÕES NO BRASIL.....	21
---	-----------

2.1 A DOUTRINA NACIONAL.....	26
-------------------------------------	-----------

2.2 INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA: QUESTÃO CONCEITUAL.....	27
---	-----------

2.3 SEGURANÇA DO ESTADO E SEGURANÇA PÚBLICA.....	28
---	-----------

2.4 LEGALIDADE DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES NAS POLÍCIAS MILITARES.....	29
---	-----------

CAPÍTULO II

SISTEMA DE INFORMAÇÃO NA PMGO	30
1. ESTRUTURA DO SISTEMA	30
2. FINALIDADE DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO SIPOM	31
3. ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO SIPOM	32
3.1 ESTRUTURA GERAL	32
3.2 CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA POLÍCIA MILITAR(SIPOM) ...	32
4. ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DO SISTEMA	35
4.1 2ª SEÇÃO DO ESTADO MAIOR (PM.2)	35
4.2 2ª-SEÇÃO DO CPM E CPI	37
4.3 2ª SEÇÃO (P/2) DAS UNIDADES DE EXECUÇÃO	38
4.4 SUBAGÊNCIAS DE UNIDADES DE APOIO (APM / CFAP)	39
4.5 ÓRGÃOS DE BUSCA	39
5. ATRIBUIÇÕES FUNCIONAIS DOS ÓRGÃOS DO SISTEMA	40
5.1 2ª-SEÇÃO DO ESTADO MAIOR (PM/2)	40
5.2 AGÊNCIAS REGIONAIS (2ª SEÇÃO DO CPM/CPI)	46
5.3 SUB AGÊNCIAS	48
6. NORMAS SOBRE A REDE DE AGENTES E INFORMANTES	52
7. CLIENTES DA AGÊNCIA CENTRAL	52
7.1 CLIENTES PRINCIPAIS	52
7.2 CLIENTES NORMAIS	53
8. CLIENTES DAS AGÊNCIAS REGIONAIS	53
8.1 CLIENTES PRINCIPAIS	53
8.2 CLIENTES NORMAIS	53
9 CLIENTES DAS SUBAGÊNCIAS DE INFORMAÇÕES	53
9.1 CLIENTES PRINCIPAIS	53
9.2 CLIENTES NORMAIS	54
10. SEGURANÇA DO PESSOAL DE INTELIGÊNCIA	54
11. SEGURANÇA DA DOCUMENTAÇÃO DE INTELIGÊNCIA	56
12. SEGURANÇA DAS INSTALAÇÕES E MATERIAL	57
13. SEGURANÇA DAS COMUNICAÇÕES	58
14. SEGURANÇA DAS OPERAÇÕES	59
15. NORMAS COMPLEMENTARES PARA LIGAÇÃO	60
16. COMUNICAÇÕES NA PM/2	61
17 DOCUMENTOS UTILIZADOS NO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA P M	61
18. GRAUS DE CREDIBILIDADE	62
19. ORIENTAÇÃO PARA SELEÇÃO DO PESSOAL DE INFORMAÇÕES	64
19.1 ASPECTOS A APRECIAR	64

19.2 TRAÇOS A SEREM PESQUISADOS NO ASPECTO CARACTEROLÓGICO.....	65
19.3 TRAÇOS A SEREM PESQUISADOS NO ASPECTO ÉTICO.....	65
19.4 TRAÇOS A SEREM PESQUISADOS NO ASPECTO SOCIAL.....	66
19.5 TRAÇOS A SEREM PESQUISADOS NO ASPECTO INTELECTUAL.....	66
19.6 TRAÇOS A SEREM PESQUISADOS NO ASPECTO FÍSICO.....	67
19.7 TRAÇOS QUE CONTRA INDICAM.....	67
19.8 MODO DE FAZER A APRECIACÃO.....	68
20. EMPREGO DO PESSOAL DE INFORMAÇÃO.....	69
21. SIGILO DE INTELIGÊNCIA.....	69

CAPÍTULO III

ASPECTOS DOUTRINÁRIOS..... 70

1. DOUTRINA.....	70
1.1 PRINCÍPIOS.....	71
1.2 CONCEITOS.....	71
1.3 NORMAS.....	71
1.4 MÉTODOS.....	71
1.5 PROCESSOS.....	72
1.6 VALORES.....	72
2. CARACTERÍSTICAS.....	72
3. INTELIGÊNCIA.....	73
3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	73
3.2 NOÇÕES FUNDAMENTAIS.....	73
3.3 TIPOS DE CONHECIMENTO.....	78
3.4 PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO.....	83
3.5 FASE DO PLANEJAMENTO.....	85
3.5 FASE DA REUNIÃO.....	89
3.7 FASE DA INTERPRETAÇÃO.....	93
3.8 FASE DA FORMALIZAÇÃO E DIFUSÃO.....	99
3.9 ESQUEMATIZAÇÃO.....	100
3.10 AVALIAÇÃO DE DADOS.....	101

CAPÍTULO IV

CONTRA-INTELIGÊNCIA..... 106

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	106
2. PROTEÇÃO AO CONHECIMENTO.....	106

2.1 SEGURANÇA DO PESSOAL.....	107
2.2 SEGURANÇA DA DOCUMENTAÇÃO E DO MATERIAL.....	108
2.3 SEGURANÇA DAS COMUNICAÇÕES.....	109
2.4 SEGURANÇA EM INFORMÁTICA.....	109
2.5 SEGURANÇA DAS ÁREAS	110
3. <i>CONTRA-ESPIONAGEM</i>	111
3.1 LIGAÇÃO COM SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA DE OUTRAS ORGANIZAÇÕES.....	112
3.2 CONTROLE DAS COMUNICAÇÕES.....	113
3.3 ESTABELECIMENTO DE REDE DE INFORMANTES.....	114
3.4 INFILTRAÇÃO DE AGENTE.....	114
4. <i>CONTRATERRORISMO</i>	114
5. <i>CONTRAPROPAGANDA</i>	114

CAPÍTULO V

PROFISSIONAL DE INTELIGÊNCIA 115

1. <i>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</i>	115
2. <i>TÉCNICAS OPERACIONAIS E SEUS RESPECTIVOS CONCEITOS</i>	116

CAPÍTULO VI

ANÁLISE CRÍTICA..... 123

1. <i>GENERALIDADES</i>	123
2. <i>ANÁLISE CRÍTICA - PROPRIAMENTE DITA</i>	123

CAPÍTULO VII

METODOLOGIA..... 127

1. <i>CONSIDERAÇÕES GERAIS</i>	127
2. <i>QUESTÕES NORTEADORAS</i>	128
3. <i>DEFINIÇÃO DE TERMOS</i>	128
4. <i>DELINEAMENTO</i>	132
5. <i>POPULAÇÃO E AMOSTRA</i>	133
6. <i>INTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS</i>	134
7. <i>TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS</i>	134
8. <i>ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO</i>	135

8.1 QUESTÕES NORTEADORAS	135
8.2 ANÁLISE	139
8.3 INTERPRETAÇÃO	161
8.4 QUESTÃO NORTEADORA Nº 1.....	161
8.5 QUESTÃO NORTEADORA Nº 2.....	162
8.6 QUESTÃO NORTEADORA Nº 3.....	163

CAPÍTULO VIII

<i>PROPOSTA DE MODERNIZAÇÃO</i>	165
<i>CONCLUSÃO</i>	170
<i>BIBLIOGRAFIA</i>	173
<i>SIGLAS</i>	176
<i>ANEXOS</i>	179

LISTA DE QUADROS

QUADRO I - Questão norteadora I.....	136
QUADRO II - Questão norteadora II.....	138
QUADRO III- Questão norteadora III.....	138
QUADRO IV– Questão Perguntas.....	139
QUADRO V - Questionário PM, pergunta 01.....	140
QUADRO VI - Questionário PM, pergunta 02.....	142
QUADRO VII - Questionário PM, pergunta 03.....	143
QUADRO VIII - Questionário PM, pergunta 04.....	144
QUADRO IX - Questionário PM, pergunta 05.....	145
QUADRO X - Questionário PM, pergunta 06.....	146
QUADRO XI- Questionário PM, pergunta 07.....	147
QUADRO XII - Questionário PM, pergunta 08.....	148
QUADRO XIII - Questionário PM, pergunta 09.....	149
QUADRO XIV - Questionário PM, pergunta 10.....	150
QUADRO XV- Questionário PM, pergunta 11.....	151
QUADRO XVI - Questionário PM, pergunta 12.....	152
QUADRO XVII - Questionário PM, pergunta 13.....	153
QUADRO XVIII - Questionário PM, pergunta 14.....	154
QUADRO XIX- Questionário PM, pergunta 15.....	155
QUADRO XX - Questionário PM, pergunta 16.....	156
QUADRO XXI- Questionário PM, pergunta 17.....	157
QUADRO XXII - Questionário PM, pergunta 18.....	158
QUADRO XXIII- Questionário PM, pergunta 19.....	159
QUADRO XXIV- Questionário PM, pergunta 20.....	160

INTRODUÇÃO

Conhecer... Necessidade de conhecer. De preferência, antecipadamente, é intrínseco à natureza do homem. Estar bem informado é de capital importância, mormente, para se colher uma visão antecipada e do que está por acontecer, ensejando identificar comportamentos, quer da pessoa natural ou do grupo social.

A necessidade de saber com antecedência o que pode acontecer está, sem dúvida, enraizada no instinto de autopreservação. Aquele que tem obrigação de decidir questiona-se: “O que acontecerá a seguir?” “O que conspiram contra mim?” “Como acontecerá?” “Qual a força dos meus adversários?” “Que medidas devo tomar?” e “Serei bem sucedido?”.

Desde os primórdios da história, nota-se que tais questões são postas não apenas quanto a situação e perspectivas do indivíduo em si, mas também quanto ao grupo, ao governo e à nação.

O tema escolhido para pesquisa, a atividade de inteligência, constitui há muito tempo, objeto de intensa reflexão. É inegável a importância do conhecimento em qualquer atividade humana.

Buscando Thomas Cleary que organiza e faz leitura dos pensamentos de Sun Tzu em “*A arte da guerra*”, vemos a afirmação que o melhor é “*vencer sem lutar*”. Para tanto, há necessidade de se **fazer** antes que exista, **sentir** antes que se torne ativo e **ver** antes que surja.

A busca das informações tem sido uma constante na vida do homem,

desde os primórdios de sua existência, na busca de novos conhecimentos imprescindíveis à sua sobrevivência; no aprimoramento do seu “*modus vivendi*”, na satisfação da curiosidade própria do ser humano.

Com o advento da civilização do homem, viu-se este frente com novos horizontes e teve a mente aguçada e ávida de dominar o seu espaço físico vital. Surgiram as trocas de conhecimentos entre os homens, ora por sinais visuais ou auditivos – a exemplo dos índios, com a fumaça e os tambores – ora pela troca de palavras e escritos, já em nível mais elevado.

Seja qual for o campo de atividade humana, haverá sempre uma constante: busca de dados, de elementos, de conhecimentos, para instruir decisões, elaborar planos ou executar ações.

As informações, são indispensáveis ao ser racional, elas são tão antigas quanto o homem. Os erros cometidos em razão da ausência ou do desuso de informações são vetustos e alcançam nossos dias.

A Polícia Militar, para satisfazer plenamente sua missão constitucional – preservação da ordem pública - edificou e esmerou o seu serviço de inteligência com o escopo de facilitar sua atribuição. A preservação da ordem pública pode ser enfocada sob a vertente do exercício coordenado de ações e/ou operações que visam prevenir ou reprimir as infrações penais.

Como integrantes da estrutura do Estado, responsável pela segurança pública, as Polícias Militares necessitam conhecer o crime e o criminoso. Este, por sua vez, envidará sempre todos os esforços no sentido de tornar inacessível à política seus intentos, seus projetos de ações delituosas, seu “*modus operandi*”, etc.

A pesquisa foi realizada com o intuito de evidenciar a importância do efetivo emprego da atividade de informação policial em proveito das ações no campo da Segurança Pública. Buscou-se os conhecimentos existentes na revisão bibliográfica, e também foi procedida a coleta de dados junto a três questões norteadoras, escolhidas de forma intencional tendo em vista tratar-se de assunto eminentemente técnico.

O Universo da Pesquisa foi formado pela 2ª Seções das Unidades Operacionais da PMGO. Nos questionários enviados, para as OPMs quatorze chegaram a tempo para a tabulação, equivalendo a 50% dos enviados às Unidades Operacionais. Sendo que no total de 28 questionários, retornaram 22, oito foram desprezados, haja

vista, falta de vários dados e seis não retornaram até a presente data.

Os dados coletados através de questionários com perguntas abertas voltadas ao tipo de pesquisa pretendida, exploratória e aplicada, atingiu 50% dos instrumentos encaminhados para a principal fonte PM/2. Algumas entrevistas realizadas, em caráter informal, contribuíram para o esclarecimento de dúvidas ou consolidação de posicionamento do grupo de pesquisa.

Os objetivos de Informações da Corporação exprimem necessidades de forma genérica e ampla, materializadas por assuntos e áreas, seu conhecimento é essencial para instruir decisões em todos os níveis, elaborar planos ou acompanhar a execução de ações no quadro geral das missões, dirigidas à manutenção da ordem pública.

Após análise e interpretação dos dados concluiu-se que, ao longo do tempo a atividade desenvolvida pelas Polícias Militares no campo da inteligência sempre prestou-se a produzir conhecimentos voltados à segurança do Estado, em detrimento da segurança pública. Paralelamente a esta prestação, também sempre voltou-se para o acompanhamento da vida profissional e particular do seu público interno, provocando a aversão deste.

Propõe-se neste trabalho sugerir modificações na cultura existente, adaptáveis à doutrina consolidada, no sentido de que o segmento de inteligência volte-se, se não exclusivamente, pelo menos prioritariamente para o trato das questões de segurança pública, no combate à criminalidade, ao crime e ao criminoso.

Dentro dessa linha de raciocínio, é estudado esse magno tema com vistas à apresentação de sugestões para a melhoria do serviço operacional da Polícia Militar.

Para atingir tal objetivo se faz necessário tornar efetiva a atuação da inteligência, dotando-a de recursos materiais e humanos adequados, de modo que se possa desenvolver, com segurança e eficiência, a árdua e imprescindível tarefa de contribuir para o combate àquele segmento da sociedade que promove a intranquilidade pública por meio de atos criminosos.

Bole objetivo!

*Vejamos se o trabalho aqui se para tal
desejato.*

CAPÍTULO I

INFORMAÇÕES: TEORIA E HISTÓRIA

1. HISTÓRICO DAS INFORMAÇÕES

1.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

A preocupação com a atividade de inteligência remonta aos tempos da nossa civilização. Os conhecimentos dela advindos, imprescindíveis para a sobrevivência do homem, são tão antigos quanto ele próprio. Os erros cometidos pela falta de informações ou por “informações” inconsistentes e as sanções correspondentes, perdem-se na origem dos tempos e alcançam nossos dias. É possível afirmar que as pessoas nunca podem estar em segurança sem informações.

Para a elaboração deste capítulo diversas fontes foram consultadas, destacando-se o material bibliográfico pertencente à extinta Secretaria de Assuntos Estratégicos, agências de Goiás e Brasília.

1.2 ANTIGUIDADE

1.2.1 Episódio Bíblico

O registro do fato pode ser comprovado através do primeiro livro do mundo ocidental: a Bíblia. Nela, no livro de Números, pode ser constatada, de forma concreta e objetiva, a primeira referência à atividade de inteligência quando:

(...)falou o Senhor a Moisés, dizendo: envia homens que espiem a terra de Canaã, que Eu hei de dar aos filhos de Israel. (Números 13:1-2).

Enviou-os pois Moisés a espiar a terra de Canaã: e disse-lhes: subi por aqui para a banda do sul, e subi á montanha: e vede que terra é, e o povo que habita, se boa ou má e quais são as cidades em que habita, se em arraiais, se em fortalezas. (Números 13:17-19)

Retornando da missão, as pessoas dela incumbidas passaram a relatar os dados obtidos:

*E contaram-lhe, e disseram: fomos á terra que nos enviastes; e verdadeiramente manaleite e mel, e este é o fruto.
O povo porém que habita a terra é poderoso e as cidades fortes e muigrandes; e também ali vimos os filhos de Enaque. (Números 13:27-28)*

Assessorada, a autoridade bíblica tomou providências sustentadas a partir do que obteve de seus agentes:

*Então, Calebe fez calar o povo perante Moisés, e disse: subamos animosamente e possuamo-la em herança; porque certamente prevaleceremos contra ela.
Porém os homens que com ele subiram disseram: não poderemos subir contra aquele povo, porque é mais forte do que nós. (Números 13:30-31)*

1.3 IDADE MÉDIA

Belizário, o mais notável general da Idade Média valeu-se da Contra-Inteligência para obter vitórias sobre os Persas na defesa de Daras e contra Chosroes, por volta do ano 500, embora estando em inferioridade numérica.

O mais famoso tratado militar daquela época “DERE MILITARI”, escrito por Flavius Vegetius Renatus e que teve muito valor até o Napoleão, não descuidou inteiramente das informações. Preconizava ele, preocupado mais com a contra-espionagem: “ouça muito sobre as medidas a serem tomadas, diga somente a alguns o que pretende fazer àqueles de fidelidade indiscutível e confie somente em você”.

Já os orientais, entretanto, pensavam de modo diferente, Gengis Kan, servindo-se de mercadores, viajantes, enfim de toda sorte de informantes, procurava saber que espécie de defesa possuíam as cidades que pretendia atacar. A história registra que sempre que entrava em combate, levava de roldão os adversários.

1.4 IDADE MODERNA

Foi, realmente, no Renascimento, com o advento dos exércitos e dos Estados Modernos, que as informações passaram a ser desenvolvidas de modo generalizado.

O primeiro serviço de informações que se tem notícia surgiu na Inglaterra durante o reinado de Elizabeth I.

1.5 IDADE CONTEMPORÂNEA

A partir desta Idade, as informações adquiriam uma organização aperfeiçoada dotadas de estrutura e metodologia próprias.

Entretanto, até à eclosão da I Guerra Mundial, somente a Inglaterra possuía um serviço de Informação organizado.

Durante a II Guerra Mundial, os serviços de informações avultaram de complexidade e travaram verdadeira luta paralela às operações militares.

1.6 INFORMAÇÕES NO PRISMA INTERNACIONAL

No mundo moderno, os serviços de informações são conhecidos como agências de inteligência. Dentre estas, podemos destacar como exemplos os serviços mais evidenciados como a Agência Central de Inteligência (Central Intelligence Agency – CIA), dos Estados Unidos da América e o da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o Comitê de Defesa do Estado (**komitet Gossudarstvennoi Bezopasnoti – KGB**), que se notabilizaram pelas disputas, principalmente na denominada “guerra fria”.

Com o fim da “guerra fria”, a vertente de preocupação que se estabeleceu no mundo voltada para os conflitos de ordem ideológica, “capitalismo X comunismo”, e que dividiu o planeta em dois segmentos antagônicos, cada um dominado por uma superpotência; o leste representado pelo bloco soviético, o qual tinha sua liderança centralizada na extinta URSS e o oeste pelo bloco das nações ditas capitalistas, lideradas pelos EUA.

A mudança da matriz política internacional que se estabeleceu após a Segunda Guerra Mundial, ficou evidenciada pelo fim do bloco soviético representado pela queda do muro de Berlim. Com a reunificação alemã pelo movimento nacionalista, deflagrado por clamores emergidos inicialmente nas repúblicas do Báltico (Letônia, Estônia e Lituânia) e depois que se alastra, desmoronando a estrutura imposta na formação artificial do Estado soviético, a partir da revolução de 1917, e implementada com violência e atrocidades na era stalinista.

Passada essa fase recente da história mundial, assiste-se ao afloramento com destaque nas preocupações em torno de conflitos, agora envolvendo o mundo desenvolvido, representado pelo hemisfério norte e o mundo não desenvolvido, representado pelo hemisfério sul. A luta ideológica “capitalismo X comunismo” dá lugar à luta “rico X pobre”. O norte, capitalizado, industrializado, detentor da alta tecnologia; e o sul, descapitalizado, com industrialização incipiente, gerador de mão-de-obra barata e detentor dos recursos naturais renováveis e não renováveis do mundo contemporâneo,

como por exemplo, a biodiversidade, cuja posse e utilização está em debate.

Enquanto no período da guerra fria, em que se processava o embate ideológico, “leste X oeste”, os serviços de inteligência da América do Sul eram conduzidos a vislumbrar como opositores, aqueles que se contrapunham à sua ideologia política em cima da qual se deflagraram os movimentos revolucionários no Continente, como o Brasil, Argentina, Chile e vários outros países aliados ao bloco socialista. Cessada aquela motivação ideológica, os serviços de inteligência passam a necessitar de novas motivações para justificar a sua existência. Um fator que merece detalhada atenção nesse novo realinhamento é que os países até então, aliados em torno de objetivos comuns (conhecer o comunismo ou o capitalismo), na nova configuração ficam posicionados em campos opostos.

A título de exemplo, podemos mencionar o Brasil. No movimento de 1964, tínhamos o inimigo comum ao dos EUA, ou seja, os comunistas. Hoje, inexistindo estes, afloram interesses frontalmente antagônicos aos dos EUA, como são as questões da biodiversidade, biotecnologia, das patentes; entre outras.

Muito embora, as divergências sejam evidentes, elas não constituem fatores impeditivos à continuidade do relacionamento. Para a manutenção deste, outras motivações foram buscadas, passando a primazia das questões que, embora não sejam novas, foram elevadas à prioridade para proporcionar a continuidade do relacionamento em torno de interesses comuns. Os órgãos de inteligência do Continente Sul Americano passaram a ser estimulados a dar prioridade ao acompanhamento e à produção de conhecimentos em torno de assuntos que dizem respeito, em última instância, à questão da segurança pública, do crime organizado, do terrorismo internacional, do narcotráfico, do tráfico de armas e de material nuclear para fins delituosos.

Convém ser evidenciado que as ações de inteligência envolvendo essas práticas criminosas não surgiram agora; apenas estavam secundarizadas quando se priorizava a questão político-ideológica, contexto em que, no Brasil, a preocupação com a segurança do Estado, suplantava a preocupação com segurança pública. Diversamente do que acontecia antes, atualmente, os órgãos de inteligências com atuação em nosso País, sejam nacionais ou estrangeiros, detém-se na preocupação deste campo.

A CIA por exemplo, passados os trágicos acontecimentos envolvendo os atentados terroristas contra alvos israelitas na Argentina, em 1992, quando explodiram

uma bomba na embaixada de Israel, e em 1994, quando explodiram outra no prédio em que funcionava a Asociación Mutual Israelita Argentina (AMIA), ambos em Buenos Aires, decidiu priorizar o acompanhamento no Continente Sul Americano desta prática criminosa, elencando mais esta ao rol de ações que já vinha desenvolvendo em torno do narcotráfico e das máfias, entendendo que a produção de conhecimento só tem utilidade, quando além de oportuno, trata de assunto relevante.

Sob esta ótica, observa-se também transformações nos serviços de inteligência na América Latina, como é o caso do governo argentino, o Serviço de Inteligência e Defesa do Estado (SIDE) e dos demais serviços que interagem o Sistema Nacional de Inteligência daquele país, todos voltados para a produção de conhecimentos necessários à tomada de decisões no campo da segurança, e no contexto desta, a segurança pública e a segurança interna, tendo como alvo, conforme já colocado, a questão da criminalidade, ou seja, do crime e do criminoso.

1.7 INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DO ESTADO

O objeto das informações refere-se ao conhecimento de tudo que é necessário saber antes do início de qualquer ação. Notadamente, atendendo ao proposto neste trabalho, o conhecimento imprescindível à tomada de decisão e planejamento, execução e acompanhamento das atividades da Polícia Militar. Não há exagero em se afirmar que em todos os campos da atividade humana é sempre constante a busca de dados, de elementos, de conhecimentos, em última análise, de informações para proporcionar decisões consistentes, elaborar planos e executar ações.

É possível se enfatizar a necessidade que têm os administradores, as pessoas que detêm a responsabilidade de decisão na área de segurança pública, de contarem com informações que lhes proporcionem conhecimentos seguros para a tomada de decisão ou para solução de problemas relacionados com suas organizações. Essas informações, assim consideradas, abrangem um aspecto amplo e serão sempre resultados

da aglutinação de fatos e situações de toda espécie e origem, que após submetidos a uma série de processos analíticos e inteligentes serão reunidos num produto final pronto, a ser utilizado por quem tem o poder e o dever de decidir e, com certeza, quer tomar a decisão certa.

As informações sempre foram utilizadas, principalmente durante as guerras entre os povos. Os chefes que bem as utilizaram, normalmente, saíram vencedores. Através dos tempos ocorreu progressiva generalização de seu emprego pela maioria dos estados desenvolvidos. À medida que cresce a estrutura político-estratégica de um país, as informações passa a vislumbrar todos os aspectos da vida de uma nação, no intuito de atender as necessidades primárias de seu povo no tocante ao progresso, ao bem-estar social, à estabilidade econômica, à garantia de seus recursos: Para conquistar e manter essas aspirações, mister se faz contextualizar a segurança, e nesta, a Segurança Pública.

2. O SERVIÇO DE INFORMAÇÕES NO BRASIL

Em nosso país, as modificações que ora se processam, requerem muito labor e preocupação. Mudam-se as vertentes e trocam-se os alvos diretos a serem combatidos. Entretanto, se buscamos a história veremos que nos falta sustentação para implementação desta nova tarefa. Conforme já mencionado, a atividade de inteligência brasileira sempre priorizou a questão da segurança do Estado e, por vezes, passou a identificar-se com os interesses do governante, e não do governo como um todo.

Para uma melhor compreensão da ótica aqui abordada, se faz necessário retroceder ao início do século. Washington Luiz, em 1927, criou o Conselho de Defesa Nacional, que tinha por incumbência estudar e coordenar as atividades de informações em todas as questões de interesse do País, entendidas como as de ordem financeira, econômica, bélica e moral. Estas atribuições, anteriormente à criação do Conselho, eram de competência exclusiva do Exército e da Armada.

Em 15 de fevereiro de 1934, Getúlio Vargas, então à frente do Governo Provisório da República, assinou o Decreto nº 23.873, que organizou o Conselho criado em 1927. Manteve praticamente inalteradas as missões deste, e as complementou com a criação de uma Comissão de Estudos de Defesa Nacional, da Secretaria-Geral da Defesa

Nacional em cada Ministério, esta, tendo como tarefa, a centralização das questões referentes à defesa nacional de interesse de cada Ministério, as relativas ao papel que a este cabia desempenhar em caso de guerra, além da fiscalização de seu funcionamento como um todo.

Já como Presidente da República, Vargas sancionou, em 03 de agosto de 1934, o Decreto nº 7, alterando a denominação do Conselho de Defesa Nacional, para Conselho Superior de Segurança Nacional (CSSN).

A Constituição de 1937, estabelece que as questões relativas à segurança nacional seriam estudadas pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN) e pelos órgãos especiais criados para atender à emergência de mobilização, diminuindo assim, em relação à Carta de 1934, a responsabilidade do Conselho, de coordenar as questões relativas à Segurança Nacional.

Em 05 de outubro de 1942, através do Decreto-Lei nº 4783, foi definido de maneira mais abrangente a organização do CSN. Este dispositivo pode ser considerado como marco inicial do processo da atividade de inteligência no Brasil. Sem alterar seu principal objetivo o Decreto elenca como órgãos complementares de CSN uma Comissão de Estudos, as Seções de Segurança dos Ministérios Cíveis, a Comissão Especial da Faixa de Fronteira e, pela primeira vez, subordina a Secretaria-Geral diretamente ao Presidente da República, tendo por missão assessorá-lo no que diz respeito, dentre outros, à questão de centralização de todos os assuntos a serem submetidos à apreciação do Conselho e da Comissão de Estudos. Cabia também à Secretaria-Geral manter as mais estreitas relações com as Seções de Segurança dos Ministérios Cíveis.

No governo de Eurico Gaspar Dutra, através de Decreto-Lei nº 9775-A, de 06 de setembro de 1946, as atribuições dos órgãos complementares do CSN foram detalhadas. A Secretaria-Geral foi fracionada em três seções, encarregadas do estudo e de proposições das medidas relativas à organização dos planos industrial e comercial, político interno e econômico, relativos à situação de guerra. Competia ainda, de forma específica, à Segunda Seção “organizar e dirigir o **Serviço Federal de Informações e Contra-Informações**” (SFICI). Este momento histórico tem duas peculiaridades: traz a origem da associação das atividades de informações às Segundas Seções das organizações militares e que as Forças Armadas e a maioria das Polícias Militares mantêm

até hoje e, marca o surgimento do primeiro organismo estatal direcionado exclusivamente para a atividade de Inteligência.

Apesar de criado em 1946, a normalização do SFICI só ocorreu em 1958, doze anos depois. Era de sua competência, como órgão subordinado diretamente à Secretaria-Geral do CSN, “superintender e coordenar as atividades de informações de interesse da Segurança Nacional”, cabendo a definição dessas atividades a uma Junta Coordenadora que funcionava no SFICI, mas com subordinação direta ao Presidente da República. O Decreto nº 45.040, de 06 de dezembro de 1958, detalhou a estrutura do SFICI e separou-o da Segunda Seção da Secretaria-Geral do CSN. No ano seguinte, através do Decreto-lei nº 46.500 “A”, de 20 de julho, foram organizadas e reguladas as atribuições da Junta Coordenadora, a qual foi acrescido o termo informações (JCI).

A JCI estava subordinada ao Presidente da República, era presidida pelo Secretário-Geral do CSN (SG/CSN) integrada por representantes dos Estados-Maiores dos Ministérios Militares e das Forças Armadas; dos Ministérios Cívicos; do Departamento Federal de Segurança Pública; do Chefe do Gabinete da SG/CSN e do Chefe do SFICI.

Dentre as atribuições da JCI estava a de produzir conhecimentos no campo da segurança interna, ou seja, trabalhar tendo por objetivo detectar antagonismos existentes no território nacional, de maneira manifesta ou em estado potencial, que representassem ou pudessem vir a representar ameaça à segurança nacional.

Na sequência desses acontecimentos surge o **Serviço Nacional de Informações**, através da Lei nº 4341, de 13 de junho de 1964, tendo por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra-informação, em particular as de interesse da segurança nacional. Posiciona-se como órgão da Presidência da República, incumbido de assessorar o Chefe do Executivo Federal na orientação e coordenação das atividades de informação e contra-informação, além de outras atribuições, todas voltadas para a segurança do Estado.

A criação do SNI e o acirramento dos conflitos internos decorrentes do Movimento de 64, proporcionou melhor sistematização no trato das ações e, com isto, passou a vigorar em 1971 o primeiro Plano Nacional de Informações (PNI), que teve por base a doutrina de segurança nacional da Escola Superior de Guerra (ESG). Amparados nesta doutrina, estabeleceram-se os objetivos nacionais de informações (ONI), que tinham por finalidade “orientar a produção de informações indispensáveis ao

planejamento da política nacional, bem como ao adequado acompanhamento da execução da política governamental, visando a consecução dos objetivos nacionais”. No campo interno, os ONI diziam respeito à política interna, administração, subversão, campo psicossocial, economia e finanças. Observa-se no campo interno a ausência da preocupação com a segurança pública.

Também em 1971, foi criada a **Escola Nacional de Informações (ESNI)**, com a missão de atender às necessidades de recursos humanos, de unidade doutrinária e de progresso tecnológico, determinados pelo desenvolvimento das informações no Brasil, em especial nas décadas de 60 e 70.

O primeiro documento doutrinário relacionado à atividade de informações, em forma de manual (Portaria nº 626-GAB/SNI, 16 dez 76), produzido para o Sistema Nacional de Informações (SISNI) data de 1976, o qual, entre outras coisas, define o SISNI como o “conjunto de órgãos, em contínua interação, compondo uma estrutura organizada, que tem por finalidade exercitar a atividade de informações”. O sistema tinha o SNI como órgão central e estava dividido em subsistemas setorial civil e setorial militar, este formado pelas Forças Armadas, ao qual estavam integradas as Polícias Militares por intermédio o do Exército Brasileiro, face à vinculação constitucional. Cabe ressaltar, que as Polícias Militares produziam conhecimentos no interesse da segurança interna; atividade que era prioritária.

Com a reforma administrativa implementada pelo Governo Collor no início da sua gestão, através da Medida Provisória nº 150 de 15 de março de 1990, que aprovada pelo Congresso Nacional transformou-se em Lei nº 8.028 de 12 de abril de 1990, foram reestruturados os órgãos da Presidência da República e adotadas outras providências, dentre essas, a extinção do SNI. Este mesmo dispositivo legal criou a **Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE)**, um dos órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente da República.

Figurou no rol das atribuições da SAE a atividade de informações, absorvendo-a do antigo SNI, por ela incorporado e transformado no Departamento de Inteligência. Em novembro de 1992, através da Lei nº 8490, novamente dispondo sobre o perfil da SAE, ficou estabelecido que:

A Secretaria de Assuntos Estratégicos, com a finalidade de coordenar o planejamento estratégico nacional, promover estudos, elaborar, coordenar e controlar planos, programas e projetos de natureza estratégica, assim caracterizadas pelo Presidente da República, inclusive no tocante a informações e ao macrozoneamento geopolítico e econômico, executar as atividades permanentes necessárias ao exercício de competência do Conselho de Defesa Nacional, e coordenar a formulação e acompanhar a execução da política nuclear, tem a seguinte estrutura básica:

I – Subsecretaria de planejamento estratégico;

II – Subsecretaria de programas e projetos estratégicos;

III – Subsecretaria de Inteligência; e

IV – Centro de Estudos Estratégicos.

Como pode ser observado, passados dois anos e seis meses da extinção do SNI, o governo cria um novo órgão que tinha as mesmas atribuições daquele – produção e salvaguarda de conhecimentos no interesse da defesa do Estado -, a Subsecretaria de Inteligência (SSI). Posteriormente, através do Decreto nº 783 de 25 de março de 1993, que aprovou a estrutura regimental da SAE, ficou estabelecida a competência da SSI, voltada para produção de informações e análises sobre a conjuntura de interesses para o processo decisório nacional em seu mais alto nível, e o exercício de atividades voltadas para a salvaguarda de assuntos sigilosos e de interesse do Estado e da sociedade.

Ao tomar posse em 1995, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso assinou medida provisória reestruturando os órgãos que compõem a Presidência da República. Neste ato, altera a estrutura da SAE retirando dela a Subsecretaria de Inteligência. Para desincumbir-se das atividades a esta afetas, o Presidente determinou a criação de uma **Agência Brasileira de Inteligência**, cuja existência seria estabelecida por meio de Projeto de Lei a ser apreciado pelo Congresso Nacional, dando assim características de legalidade para a atividade de inteligência no Brasil, realidade que ocorre hoje no mundo desenvolvido, em países como a França, EUA, Alemanha, Canadá, Austrália e outros. O Projeto de Lei está em discussão no Executivo Federal para em seguida ser enviado ao Legislativo Federal.

2.1 A DOUTRINA NACIONAL

No Brasil, a Doutrina de Informações é recente e, em sua origem, esteve voltada para assuntos militares. Basicamente, apesar da nova concepção doutrinária que começa a ser desenvolvida pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, a nossa doutrina encontra-se assentada nas linhas da Escola Superior de Guerra, posteriormente, ligeiramente aperfeiçoada pela Escola Nacional de Informações, que segue a doutrina do mundo ocidental, ou seja, mais dedicada a pesquisa – processo científico caro – que exige grande número de analistas.

Os aspectos doutrinários relacionados à atividade de inteligência no Brasil, estão contidos em manuais produzidos a partir de órgão federais e são direcionados para a questão da segurança interna, ou seja, a preocupação com a defesa do Estado.

O primeiro Manual de Informações, já citado anteriormente, é apresentado pelo SNI em 1976, o qual, tinha por Ministro Chefe o General de Divisão João Batista de Oliveira Figueiredo. Em suas considerações iniciais apresentava como finalidades: “estabelecer princípios básicos e doutrinários para as atividades de informações e apresentar definições e normas de atuação padronizadas para todo o Sistema Nacional de Informações”. Estabelecia que as atividades de informações desenvolviam-se em dois grandes campos, o externo e o interno. No campo externo visava produzir conhecimentos para fazer às necessidades do País no tocante ao seu progresso e desenvolvimento e às ameaças potenciais ou emergentes. No campo interno, objeto maior deste trabalho, os órgãos de inteligência estavam prodigamente voltados para permitir ao governo:

Manter-se a par da origem, natureza e intensidade dos óbices existentes e da realidade da situação interna, em todos os campos da vida nacional, habilitando-os assim, a aplicar as medidas que julgar oportunas e apropriadas à segurança e ao desenvolvimento da Nação. (Manual de Informações – SNI, 1976).

Outros textos doutrinários foram posteriormente produzidos, já com uma concepção política de democracia plena. Em 1989, através da Portaria nº 36, o então Ministro Chefe do SNI aprova o novo Manual de Informações, para atividade de

*falou
muito
Bem!*

inteligência brasileira e em 1992, já na gestão da Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Assuntos Estratégicos são elaboradas as novas concepções doutrinárias, desta feita já se utilizando diretamente o termo inteligência.

2.2 INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA: QUESTÃO CONCEITUAL

Torna-se interessante, neste momento, abordar mesmo que superficialmente, a questão conceitual a respeito dos termos **informação**, que vinha sendo utilizado até 1992 e **inteligência**, que passou a ser empregada após essa data. Há controvérsias em torno do assunto. Correntes defendem a idéia de que são palavras sinônimas, que designam uma atividade milenar voltada à produção de conhecimentos empregados para assessorar processos decisórios daquele que exerce o poder. Outra corrente, mais doutrinária, aprofunda-se na questão e afirma que os termos denotam conceitos diferentes. Segundo Emílio (1990,p.3), não há no vernáculo português, como em estatutos legais, significado para a expressão “*atividade de inteligência*”, conceituada na língua inglesa de “*Intelligence Activities*”. O que no Brasil se desenvolveu nas últimas décadas com a designação “*atividade de informações*”, “(...) não pode ser simplesmente transplantado para atividade de inteligência, sob pena, inclusive, de contaminar a atividade nascente” (Emílio, 1990, p. 3).

Segundo a última corrente citada, a atividade de informação designa apenas o trabalho de reunir e analisar quaisquer dados significativos. Por outro lado, a atividade de inteligência pressupõe algo mais que a mera reunião e análise de dados. Traz em si aspectos críticos reflexivos, está voltada para a noção de conjunto em que se inserem os fatos e situações abordadas e é realizada intensamente a partir de concepções metodológicas, científicas e de forma sistêmica.

O termo inteligência, que erroneamente tenta-se traduzir para o contexto de capacidade humana, de coeficiente de Inteligência, se aplica ao processo utilizado no desenvolvimento das atividades que se quer empreender. Cabe ressaltar, que a inteligência no sentido lato da palavra, é necessária tanto ao profissional que desenvolve seu trabalho em um órgão de informações como ao que desenvolve-o em um órgão de inteligência.

A questão se prende então, à forma, à maneira e ao método como são

trabalhados os assuntos sob uma e sob outra ótica. Para desenvolver a atividade de inteligência necessário se faz o conhecimento profundo de conceitos científicos-metodológicos a respeito, por exemplo, da forma com que o conhecimento se estrutura em nível mental. Da forma como se processam os níveis de complexidade do trabalho mental e dos estados da mente perante a verdade, assuntos sobejamente tratados nas boas obras de metodologia científica.

2.3 SEGURANÇA DO ESTADO E SEGURANÇA PÚBLICA

Como pôde ser observado nessa caminhada histórica em que foi recuperada a trajetória da atividade de informações/inteligência no Brasil, esta se prende quase que exclusivamente, à questão da proteção do Estado. É com essa visão que se moldou e se operacionalizou toda a doutrina de inteligência hoje existente no Brasil, e as Polícias Militares, mormente após 1964, passaram a desempenhar nas suas segundas seções atividades voltadas para a busca/coleta de dados e para a produção de conhecimentos tendo em vista a defesa do Estado, colocando em segundo plano, ou até ignorando, a produção de conhecimentos voltados à sua missão precípua, a Segurança Pública, enfocando como bem maior a proteção do cidadão, enquanto ser social inserido no contexto do Estado, que paga e clama por esse serviço.

Não há como negar a importância dos princípios doutrinários aplicados à atividade de informações/inteligência gerados ao longo do período pesquisado. A crítica que se faz e o que se pretende inovar neste trabalho é o fato de que tudo que se fez, esteve voltado à segurança do Estado, e tal comportamento produziu uma cultura, ainda hoje alastrada em muitas Polícias Militares. A título de exemplo podemos citar o fato de que, nas décadas de 70 e 80 a estrutura das segundas seções de muitas Polícias Militares era mais completa em termos de efetivo e meios. A partir do meado da década de 80, quando a demanda em torno de conhecimentos voltados à segurança interna retraiu, face a nova conjuntura política, as segundas seções não canalizaram integralmente seus efetivos e meios para a questão da segurança pública. O que se viu, em muitos casos, foi o esvaziamento desses setores. Não se assimilou a mudança de paradigma; permaneceu de forma passiva no aguardo de “inputs” do então órgão central que demandava gestões no campo da segurança interna.

A não canalização de todo potencial disponível nas segundas seções para a produção de conhecimentos no campo da Segurança Pública, deu-se em função da inexistência de cultura voltada para esse fim. Entende-se que seria possível facilmente adequar a doutrina existente, genérica, à questão prioritária às instituições policiais: Segurança Pública.

2.4 LEGALIDADE DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES NAS POLÍCIAS MILITARES

O sistema de informações foi implantado nas polícias militares para atender uma determinação legal, estabelecida, inicialmente, no Decreto Federal nº 66.862, de 08 de julho de 1970 (R-200), onde o artigo 25 estabelecia o seguinte:

As polícias militares integrarão o serviço de informações do exército ou comandos militares de área, nas respectivas áreas de jurisdição.

Em 30 de setembro de 1983, através do Decreto Federal nº 88.777, foi revogado o Decreto 66.862 (R-200), porém foi mantida a mesma redação do art. 25 do Decreto 66.862.

O sistema de informações nas polícias militares, tão contestado por alguns segmentos da sociedade e órgãos não governamentais, é legal e tem a sua funcionalidade amparada através de Decreto Lei, sancionado na esfera Federal.

Na nossa opinião, no estado de normalidade, o sistema de informações da polícia militar de Goiás, tem sua aplicabilidade no campo da segurança pública, como preconizam as constituições Federal e Estadual.

Quando da implantação do sistema de informações nas polícias militares, o país atravessava momentos difíceis, com a crise política e a grave perturbação da ordem pública, havendo, portanto, um direcionamento das informações para o campo da segurança interna, ficando a segurança pública relegada a segundo plano.

CAPÍTULO II

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS

1. ESTRUTURA DO SISTEMA

A atuação da Polícia Militar em tempo de paz, está essencialmente ligada a ações preventivas de caráter permanente e repressivas de caráter episódico, no quadro de Segurança Pública. Em consequência, além da organização, da instrução, do aparelhamento em pessoal e material deverá dispor de um Sistema de Informações, que atenda às necessidades de assessoramento aos diversos níveis de Comando, para os quais devem convergir os conhecimentos necessários à tomada de decisões, tendo em vista o emprego da força policial-militar em suas missões específicas e sua integração ao Sistema de Informações do Exército, conforme dispuserem os Comandos Militares de Área, nos termos do artigo 25 do Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, aprovado pelo Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983.

A 2ª Seção (PM.2) deverá conhecer e acompanhar a evolução da conjuntura estadual nos assuntos que interessem à Segurança Pública, Defesa Interna e Defesa Civil, particularmente no campo policial-militar, produzindo as informações necessárias ao acionamento oportuno da força Policial-Militar pelo Comandante Geral.

Para tal, deverá manter atualizadas as Cartas de Situação de Segurança Pública, Defesa Interna e Defesa Civil, identificando as áreas de incidência de crimes e contravenções, os prováveis locais de perturbação da ordem pública, os pontos críticos no trânsito, as áreas com ocorrência de fatos de conotação subversiva e aquelas com possibilidades de ocorrência de calamidades públicas.

Deverá ser mantida atualizada a estatística mensal de incidência criminal, por área de atuação das OPM, em apoio aos planejamentos da 3ª Seção.

As Seções de Informações possuem dupla função, uma de assessoramento às decisões do Cmt e aos planejamentos do EM, exercendo o seu papel no EM respectivo, outra com funções executivas, atuando como Agência do Sistema de Informações da Corporação.

2. FINALIDADE DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO SIPOM

O Sistema de Informações da Polícia Militar de Goiás (SIPOM) engloba todos os Órgãos de informações das OPM, empenhados nas atividades de informação e contra-informação.

O SIPOM tem por finalidades assegurar:

- 1) – a execução das atividades de informação e contra-informação na área do Estado de Goiás, de interesse para o cumprimento das missões afetas à Corporação;
 - 2) – integração ao Sistema de Informações do Exército, conforme dispuser o Comandante Militar da Área (Art. 25 do R-200);
 - 3) – a distribuição de responsabilidade entre os integrantes do mesmo, conforme localização, as possibilidades e as necessidades de produção de informação, face às missões específicas de cada OPM;
 - 4) – orientação normativa, supervisão e fiscalização dos órgãos integrantes do Sistema, objetivando melhorar sua eficiência;
 - 5) – o fluxo constante de documentos de informação entre os integrantes do sistema com as organizações Militares das Forças Armadas, a Secretaria de Segurança Pública, a Agência regional do SAE, a Superintendência regional do DPF e outros órgãos da Comunidade de Informações.
-

A estrutura de informação da Polícia Militar deve servir basicamente, à finalidade de produzir informações num ambiente de segurança e sigilo adequados. Outras atividades não devem integrar a sua estrutura, sob pena de dificultar, tumultuar e mesmo desvirtuar sua finalidade essencial.

Assim, serviços como de relações públicas, identificação de pessoal, sindicâncias ou inquéritos, etc., quando objeto da estrutura de informação, além de ocasionarem uma burocratização progressiva de serviço, trazem inconvenientes de segurança e compartimentação incontornáveis.

Deverá ser evitado o emprego do pessoal de informações para apuração de irregularidades, envolvendo elementos do público interno, atividade que, basicamente deverá ser da responsabilidade dos Comandos de fração de tropa.

Em situações especiais e por determinação do Comandante Geral, o pessoal de informações (PM/2 e P/2 de OPM) poderá ser empenhado na apuração de fatos que possam vir a comprometer o bom nome da Corporação. Poderá ainda, nas mesmas condições, ser empenhado na fiscalização do policiamento ostensivo, de forma velada e em complementação à exercida pelos Cmt de fração de tropa, desde que não haja prejuízos para o exercício pleno das atividades de produção nos campos da Segurança Pública e da Defesa Interna.

Tendo em vista as considerações acima, os Comandantes de OPM deverão fixar normas de atuação para as P/2, a fim de adequá-los ao cumprimento das missões que lhes são atribuídas.

3. ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO SIPOM

3.1 ESTRUTURA GERAL

A estrutura Geral do Sistema de Informações da Polícia Militar de Goiás, basicamente, é constituída de Agência Central, Agências Regionais, Subagências e Órgãos de Busca.

Agência Central (PM2) é o órgão de mais alto nível, dentro da estrutura do Sistema de Informações da Corporação, com organização adequada.

Agências Regionais são os órgãos de nível imediatamente abaixo da Agência Central, com responsabilidade sobre as diversas regiões do Estado, a ela se

ligando e possuindo uma organização adequada.

Subagências são os órgãos de informações de unidades de Execução e de Apoio.

Órgão de Busca é todo elemento subordinado, capaz de receber um Pedido de Busca ou Plano de Busca e atendê-lo com segurança, sem ter necessariamente uma organização específica de informação. Assim, todo pessoal de informações, tropa e elemento subordinado à Polícia Militar constitui-se em órgão de Busca da Corporação.

3.2 CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA POLÍCIA

MILITAR (SIPOM):

a. Agência Central do SIPOM:

- 2ª Seção do Estado Maior/PM.2;

b. Agências Regionais:

- 2ª Seção (P/2) do Comando do Policiamento da Capital (CPM);
- 2ª Seção (P/2) do Comando do Policiamento do Interior (CPI);

c. Subagências:

Unidades de execução:

- 2ª Seção (P/2) do 1º BPM - Goiânia
- 2ª Seção (P/2) do 2º BPM - Rio Verde
- 2ª Seção (P/2) do 3º BPM - Porangatu
- 2ª Seção (P/2) do 4º BPM - Anápolis
- 2ª Seção (P/2) do 5º BPM - Itumbiara
- 2ª Seção (P/2) do 6º BPM - Goiás
- 2ª Seção (P/2) do 7º BPM - Goiânia
- 2ª Seção (P/2) do 8º BPM - Aparecida de Goiânia
- 2ª Seção (P/2) do 9º BPM - Goiânia
- 2ª Seção (P/2) do 10º BPM - Luziânia
- 2ª Seção (P/2) do 11º BPM - Pires do Rio
- 2ª Seção (P/2) do 12º BPM - Iporá
- 2ª Seção (P/2) do 13º BPM - Goiânia
- 2ª Seção (P/2) do 14º BPM - Uruaçu
- 2ª Seção (P/2) do BP choque - Goiânia

- 2ª Seção (P/2) do BPMTran - Goiânia
- 2ª Seção (P/2) do RPMon - Goiânia
- 2ª Seção (P/2) do BPMFlo - Goiânia
- 2ª Seção (P/2) do BPMRv - Goiânia
- 2ª Seção (P/2) da 1ª CIPM - Formosa
- 2ª Seção (P/2) da 2ª CIPM - Posse
- 2ª Seção (P/2) da 3ª CIPM - Catalão
- 2ª Seção (P/2) da 4ª CIPM - Jataí
- 2ª Seção (P/2) da 5ª CIPM - Indiará
- 2ª Seção (P/2) da 6ª CIPM - Goianésia
- 2ª Seção (P/2) da 7ª CIPM - Mineiros
- 2ª Seção (P/2) da 8ª CIPM - Cepaigo
- 2ª Seção (P/2) da 9ª CIPM - Trindade
- 2ª Seção (P/2) da 10ª CIPM - Morrinhos
- 2ª Seção (P/2) da 11ª CIPM - Sto. Antônio do Descoberto

Unidades de apoio:

- 2ª Seção (P/2) da APM - Goiânia
- 2ª Seção (P/2) do CFAP – Senador Canedo

d. Órgãos de busca:

- Equipes de Busca da Subseção de Operações da PM/2 ou P/2;
- Pelotões de Polícia Militar Destacados, através do Cmt e seus subordinados, em proveito da P/2 da Unidade;
- Destacamentos e Subdestacamentos Policiais Militares do interior do Estado, através dos Sargentos PM e/ ou Cabos PM Comandantes e seus elementos subordinados, em proveito das P/2 das Unidades a quem pertencem;
- Destacamentos e Postos de Polícia Rodoviária no interior do Estado, em proveito da 2ª Seção (P/2) do Batalhão Rodoviário;

- Patrulhas normais, na Capital e no Interior do Estado em proveito da Agência da Unidade a que pertencem.

4. ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DO SISTEMA

4.1 2ª SEÇÃO DO ESTADO MAIOR (PM.2)

Integrando o Estado Maior do Comando Geral, a 2ª Seção (PM.2), como Agência Central do Sistema de Informações da Polícia Militar do Estado de Goiás, é o seu órgão de mais alto nível, no que tange às atividades de Informações.

a. Organização:

- Chefia;
- Subseção Administrativa;
- Subseção de Operações e Buscas;
- Subseção de Informações de Defesa Interna;
- Subseção de Informações de Segurança Pública;
- Subseção de Contra-Inteligência.

b. Atribuições:

- planejar, orientar, coordenar e controlar as atividades de informação e contra-inteligência no âmbito da Polícia Militar, de acordo com as diretrizes fixadas pelo Comandante Geral;
 - assessorar o Comandante Geral e o Estado Maior da Corporação nos assuntos de informação;
 - produzir informações necessárias às decisões do Comandante Geral e aos estudos e planejamentos do Estado Maior, referente ao emprego da Corporação;
 - produzir e difundir documentos de informação e contra-inteligência ao Comando Geral, às Unidades e Órgãos subordinados e aos demais órgãos da comunidade de informações.
 - integrar os Sistemas de Informações do Exército, conforme dispuser o Comandante Militar da Área e a autoridade estadual competente;
-

- realizar ou participar de missões, operações e tarefas específicas de informação, atribuídas pelo Comandante Geral;
 - conhecer, acompanhar e levantar dados sobre a evolução da conjuntura estadual nos assuntos que interessem à Segurança Pública, Defesa Interna e Defesa Civil, produzindo informações no nível adequado ao acionamento de força Policial-Militar pelo Comandante Geral;
 - estabelecer a troca de informações com a Polícia Judiciária e com os Órgãos da comunidade de Informações existentes na área;
 - orientar e conduzir a instrução de informações, no âmbito da Corporação, de acordo com as Diretrizes Gerais de Instrução da IGPM e da Corporação;
 - acompanhar as publicações de interesse da Corporação em todos os jornais editados na Capital, visando seu aproveitamento como fonte de informe;
 - acompanhar as publicações de interesse da Corporação nos jornais de grande circulação dos Estados Vizinhos;
 - manter o serviço de escuta e de gravação de todos os noticiários de estações de rádio e televisão sediadas na Capital do Estado;
 - realizar a seleção do pessoal de informações para a Seção e estabelecer normas para a seleção do pessoal de informações para agências subordinadas;
 - controlar e apoiar as agências de informações subordinadas;
 - promover reuniões periódicas dos Oficiais de Informações das OPM subordinadas;
 - organizar e manter o fichário do pessoal de informações da PM.2 e das OPM subordinadas e de informantes e colaboradores;
 - organizar, preparar e distribuir o Boletim Reservado do Comando Geral;
 - organizar e atualizar as cartas de situação e os quadros estatísticos de Segurança Pública, Defesa Interna e Defesa Civil;
 - exercer permanente ação doutrinária e normativa sobre as atividades de informação da Corporação;
 - elaborar o Plano de Informações e Plano de Busca da Corporação, conforme diretrizes do Comandante Geral;
 - acompanhar a situação policial e criminológica do Estado, identificando as
-

áreas de incidência de crimes e contravenções, perturbação da ordem ou sua iminência;

- selecionar, coordenar e controlar a rede de informantes e colaboradores.

4.2 2ª SEÇÃO DO CPM E CPI:

Como Agências Regionais do Sistema, integram a estrutura do Estado Maior do Comando do Policiamento Metropolitano, Comando do Policiamento do Interior e realizam atividades de informação e contra-informação afetas aos referidos Órgãos, de acordo com suas finalidades.

a. Organização:

- Chefia;
- Setor de Informações de Segurança Pública e Contra-informação;
- Setor de Busca.

b. Atribuições:

- coordenar e executar as atividades de informação de Segurança Pública em sua área de responsabilidade;
 - assessorar o Comandante do CPM e CPI, através da participação nos trabalhos de Estado Maior, no planejamento, na execução e no acompanhamento das missões operacionais atribuídas ao Órgão;
 - detectar os óbices existentes à execução do serviço policial-militar, em sua área de responsabilidade;
 - estabelecer e assegurar entendimentos e ligações com a Agência Central e demais Agências das Unidades de execução da Polícia Militar, sediadas em sua área de responsabilidade;
 - acompanhar os noticiários policiais, publicados em jornais e transmitidos pelas estações de rádio e televisão, visando seu aproveitamento como fonte de informações nas matérias de interesse do órgão.
-

4.3 2ª SEÇÃO (P/2) DAS UNIDADES DE EXECUÇÃO:

Constituem as Subagências do SIPOM e integram o Estado Maior das Unidades e Subunidades Independentes de Execução da Polícia Militar, encarregando-se da execução das atividades de informação e contra-informação na área de responsabilidade da OPM.

a. Organização:

- Chefia;
- Turma de Expediente;
- Turma de Busca;
- Turma de Informações de Segurança Pública, Defesa Interna e de Contra-informação.

b. Atribuições:

- planejar, coordenar, executar e fiscalizar as atividades de informação e contra-informação, na área atribuída à responsabilidade da Unidade, de acordo com a orientação estabelecida pelo Cmt da OPM e com o plano de informações da Corporação.
- detectar os óbices existentes na área à execução do serviço Policial-Militar;
- assessorar o Comando, através da participação nos trabalhos de Estado Maior, referentes ao planejamento e à execução das missões a serem realizadas pela OPM;
- estabelecer e assegurar entendimentos e ligações com as Delegacias de Polícia sediadas na área da OPM;
- estabelecer e assegurar entendimentos e ligações com a PM2 e demais agências do SIPOM;
- produzir documentos de informação para a Unidade e para o escalão superior, consoante orientação da PM/2;
- realizar a busca de informes, na área de responsabilidade da OPM, de acordo com o plano de busca da Corporação e Pedidos de Busca da Agência Central (PM/2) ou de outras Agências do SIPOM;
- analisar as publicações contidas nos jornais de maior circulação, visando o seu

aproveitamento como fonte de informação;

4.4 SUBAGÊNCIAS DE UNIDADES DE APOIO (APM / CFAP)

a. Atribuições:

- coordenar e executar as atividades de informações e contra-informação no âmbito interno;
- investigar antecedentes de candidatos aos cursos de Formação de Cabos, Sargentos e Oficiais;
- realizar investigações de antecedentes de professores civis a serem admitidos na Escola;
- difundir eventuais informes que interessem à Segurança Pública, Defesa Interna e Contra-informação;
- produzir informações necessárias às decisões do Comando da OPM;
- conduzir a instrução de informações, de acordo com as diretrizes, normas e planos de instrução, no âmbito da OPM;
- receber, distribuir e controlar toda correspondência sigilosa destinada à OPM.

4.5 ÓRGÃOS DE BUSCA

Em princípio, são todos os elementos capazes de receberem um pedido de busca ou missão de busca e atendê-lo, sem que, necessariamente, disponha de estrutura específica de informações.

a. Atribuições:

- realizar a busca de informes, de acordo com os Planos de Informações e de Busca da Corporação e OPM e Pedidos de Busca de Órgãos do SIPOM;

- difundir informes;

- dar conhecimento, quando se tratar de componente de Órgão de Busca, de atos ou fatos que tenha conhecimento e que interessem às informações de Segurança Pública, de Defesa Interna e de Contra-informação;

- relatar de imediato à PM/2 e ao Cmdo ou P/2 a que estiver subordinado todo informe que, pelo seu conteúdo, não possa ou não deva sofrer retardo em sua difusão (princípio da oportunidade);

- organizar e manter, quando se tratar de fração destacada, um arquivo sigiloso que permita a busca de um documento:

- pelo nome do invocado;

- pela ordem;

- pelo assunto.

5. ATRIBUIÇÕES FUNCIONAIS DOS ÓRGÃOS DO SISTEMA

5.1 2ª SEÇÃO DO ESTADO MAIOR (PM/2)

a. Chefia:

- planejar, orientar, coordenar e controlar todas as atividades de informação e contra-informação no âmbito da Polícia Militar;

- conhecer e acompanhar a evolução da conjuntura estadual nos diversos campos, produzindo informações atualizadas, tendo em vista assessorar o Comandante Geral e Estado Maior, na adoção oportuna de medidas preventivas ou repressivas, visando a manutenção de ordem pública;

- manter ligações técnica de informação com os demais órgãos do Sistema e com outros órgãos da comunidade de informações;

– manter o Comandante Geral da Polícia Militar informado de todos os fatos, informes e informações que digam respeito ao emprego da PM e dos encargos de informação atribuídos pelo Exército e pela Secretaria de Segurança Pública ou solicitados por outros órgão existentes na área;

– orientar e realizar a busca de informes, processar os dados conhecidos e difundir os conhecimentos obtidos, segundo o princípio da oportunidade, para:

órgãos do Sistema de Informações da Polícia Militar;

Agências do Sistema de Informações do Exército;

Órgão de informações da Sec. De Segurança Pública;

Órgão de informações do SR/DPF;

Agência da SAE e outros órgãos da comunidade.

– acionar as agências integrantes do Sistema de Informações da Polícia Militar, visando a produção de informação;

– submeter ao Comandante Geral os processos de recrutamento de Agentes credenciados e o pessoal selecionado para a PM/2;

– realizar reuniões periódicas com o pessoal da Seção, visando aperfeiçoar métodos e processos de atuação;

– realizar reuniões com os Chefes de Subseções e os Chefes de P/2 de Unidades Operacionais, com a finalidade de analisar as atividades de informação desenvolvidas, extrair ensinamentos e orientar os trabalhos futuros, dando conhecimento aos escalões de Comando;

– difundir para as OPM informações, fotografias e outros documentos que, por sua natureza, possam servir de subsídio para a instrução ou emprego dos quadros e da tropa;

- organizar a escala de permanência na Seção, fora do horário de expediente normal, conforme instruções do Comando Geral, mantendo um serviço de 24 horas;
- estar constantemente a par da produtividade das Agências subordinadas, tomando as medidas necessárias para a melhoria da eficiência das mesmas;
- realizar estágios práticos de analista, de Agente, de Operações de Informação e outros julgados necessários para o pessoal de Informações, bem como orientar a instrução de informações da Corporação;
- cooperar com a PM/3 na verificação dos planos de segurança dos aquartelamentos, especialmente no que se refere às medidas de segurança contra o furto ou roubo de armas e munições;

b. Subseção Administrativa

- receber, protocolar e distribuir internamente a correspondência sigilosa do Comando Geral e da Seção;
- executar as medidas de segurança, relativas à documentação, estabelecidas pela Subseção de Contra-informação;
- realizar a reprodução de documentos;
- ter a seu cargo a responsabilidade de datilografia de documentos administrativos da Seção e a organização do Boletim Reservado do Comando Geral;
- manter as viaturas da Seção em condições de utilização, assegurando a manutenção preventiva;
- elaborar escalas diversas de oficiais e Praças;
- organizar o plano de chamada do pessoal da Seção;
- organizar e manter em dia uma relação nominal dos Oficiais e das praças da

Seção, com respectivos endereços e telefones;

- arquivar toda a documentação de informação da PM/2;
- organizar e manter o arquivo da Seção, desenvolvendo técnica de arquivamento;
- receber, distribuir e controlar o material da Seção;
- manter a escrituração da carga da Seção em dia.

c. Subseção de Operações e Buscas

- realizar as ações de Busca de informes;
- operar, mediante determinação, em apoio às Agências subordinadas;
- acionar as equipes operacionais;
- manter ligação com o Agente de permanência da Seção;
- estabelecer e controlar a rede de informantes e colaboradores da Seção;
- planejar e executar operações especiais de informações;
- realizar Trabalhos de gravações, filmagem, fotografia, revelação, cópia, ampliação, etc.;
- remeter à Subseção Administrativa a documentação a ser arquivada.

d. Subseção de Informações de Defesa Interna

- conhecer e acompanhar, no quadro da conjuntura brasileira, a evolução de fatos ou acontecimentos que possam comprometer a segurança interna;
- conhecer e acompanhar a evolução estadual nos campos Político (movimento Político), Psicossocial (movimento clerical, movimento trabalhista, opinião pública e divulgação, educação e cultura, movimento estudantil, administração pública e previdência social) e Econômico (Indústria, comércio, finanças, vias de transportes, recursos naturais);

- coletar informes, acionar a busca de informes, processar os dados obtidos e difundir as informações produzidas aos órgãos interessados;
- elaborar respostas a pedidos de busca, sumários e relatórios de informações;
- remeter ao arquivo todos os documentos já processados;
- produzir informações específicas para utilização na Defesa Interna;
- observar as medidas de segurança estabelecidas ;
- zelar pelo estabelecimento da doutrina de informação de defesa interna no âmbito da Polícia Militar.

e. Subseção de Informações de Segurança Pública:

- conhecer e acompanhar, no quadro conjuntural, a evolução de fatos e acontecimentos que possam comprometer a segurança pública;
- coletar informes, acionar a busca, processar os dados obtidos e difundir as informações produzidas aos órgãos interessados;
- elaborar: sumários e relatórios de informação (periódicos e especiais), estudos de informação, respostas a pedidos de busca e ao plano de busca de informações;
- Produzir informações específicas para as atividades de planejamento das demais seções do Estado Maior;
- manter atualizadas as cartas de situação de segurança pública da região metropolitana da Capital e do interior do Estado;
- zelar pelo estabelecimento da doutrina de informação de Segurança Pública no âmbito da Polícia Militar;
- acompanhar as publicações de interesse da Corporação, em todos os jornais editados na Capital, visando seu aproveitamento com fonte de informação.

f. Subseção de contra-informação:

- estabelecer, coordenar e supervisionar as medidas de segurança a serem observadas pelo Sistema de Informações da PM;
- proceder as investigações de segurança;
- do pessoal de informações do Sistema, para determinar o grau de lealdade, idoneidade e competência, em correspondência com os padrões de segurança e eficiência necessários ao desempenho de funções no Setor das informações;
- das fontes de informe, quando determinado pelo Chefe da Seção;
- dos novos candidatos para o serviço na PM/2;
- dos candidatos a ingresso na Corporação;
- manter em dia o fichário do pessoal de informação da PM/2 das OPM subordinadas e de informantes e colaboradores;
- manter controle sobre os servidores dispensados dos Órgãos de informação da Corporação;
- zelar pela observância do Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos (RSAS), aprovado pelo Decreto nº 79.099 de 06 de janeiro de 1977, e outras normas e instruções sobre segurança;
- orientar e fiscalizar a segurança física das instalações;
- acompanhar as publicações de interesse da Corporação nos jornais de grande circulação dos Estados vizinhos;
- manter serviço de escuta e de gravação de todos os noticiários de estações de rádio e televisão sediadas na Capital do Estado;
- propor o rodízio dos Agentes credenciados, quando identificados (queimados), se

as medidas de segurança não aconselharem a sua exclusão do serviço;

- impedir, neutralizar ou dificultar as atividades de informação adversas voltadas contra a Polícia Militar;

- identificar as ações adversas de natureza psicológica, em particular as de propaganda, que visem a influenciar a opinião pública contra a Polícia Militar ou enfraquecer o moral da tropa;

- estudar os processos de atuação do inimigo interno, propondo medidas preventivas;

- efetuar o levantamento de dados biográficos que interessem à Seção.

5.2 AGÊNCIAS REGIONAIS (2ª SEÇÃO DO CPM/CPI)

a. Chefia:

- orientar, coordenar e supervisionar todas as atividades de informação e contra-informação no âmbito do órgão;

- manter ligações técnicas de informação com a Agência Central e demais Agências do Sistema de Informações da Polícia Militar;

- manter o Comandante do Comando Operacional constantemente informado de todos os fatos, acontecimentos, informes e informações que digam respeito às missões legais de competência do órgão;

- atender os pedidos de buscas recebidos da PM/2 e de outros órgãos de informações;

- criptografar e decifrar mensagens da Seção que não devam circular em texto claro.

b. Setor de Informações de Segurança Pública e Contra-Inteligência:

- receber, protocolar e distribuir a correspondência sigilosa do órgão;
- expedir a correspondência sigilosa da Seção;
- datilografar os documentos sigilosos;
- organizar a resenha de notícias;
- coletar informes, acionar buscas, processar os dados obtidos e difundir os conhecimentos produzidos aos órgãos interessados;
- manter atualizadas as Cartas de Situação dos diversos campos de atuação do órgão;
- remeter ao arquivo a documentação atualizada;
- acompanhar os noticiários Policiais publicados em jornais e transmitidos pelas estações de rádio e TV, para aproveitamento como fonte de informação.

c. Setor de Busca:

- realizar operações de busca de informes;
- operar, mediante determinação do Chefe da Seção, em apoio às Agências subordinadas;
 - manter as equipes de plantão operacional;
 - prover a Seção dos seguintes meios:
 - Agentes e informantes;
 - colaboradores.
- organizar manter o arquivo da Seção.

5.3 SUB AGÊNCIAS:

a. Chefia:

- planejar, coordenar, executar e fiscalizar as atividades de informação no âmbito da Unidade;
- manter o Comandante da OPM constantemente informado de todos os fatos, acontecimentos, informes e informações que digam respeito ao emprego de tropa, em suas missões específicas;
- conhecer e acompanhar a evolução de fatos, acontecimentos e ocorrências atinentes à área de responsabilidade da OPM, que possam influenciar na Segurança Pública, Defesa Interna e Defesa Civil;
- coletar dados, acionar a busca de informes, processar os dados obtidos e difundir as informações para a Agência Central, Agência Regional e outras Agências do Sistema de Informações da Corporação, quando for o caso;
- orientar a busca de dados de Segurança Pública, no âmbito da OPM, visando o aprimoramento do policiamento ostensivo;
- atender aos pedidos de busca recebidos da 2ª Seção do Estado Maior (PM/2), do Comandante Militar da área e dos órgãos do Sistema de informações da Polícia Militar;
- elaborar sumários, relatórios de informação e outros documentos de informação;
- ministrar a instrução de informações da Unidade;
- executar, no âmbito da Seção, as medidas de contra-informação estabelecidas pela 2ª Seção do Estado Maior (PM/2), relativas à segurança do pessoal, documentação, instalações e material, comunicações, operações e propaganda adversa;

- estabelecer e manter a rede de informantes e colaboradores da Seção;
- realizar reuniões periódicas com o pessoal da Seção, visando aperfeiçoar métodos e processos de atuação;
- orientar o recebimento, o protocolo e a distribuição de documentos sigilosos;
- manter atualizadas as cartas de situação da área de responsabilidade da OPM;
- manter relações atualizadas de:
 - Prefeitos e Presidentes de Câmaras, membros do Legislativo dos Municípios existentes na área de responsabilidade da OPM:
 - Delegados de Polícia Civil;
 - juízes e Promotores, em exercício das sedes de Comarcas existentes na circunscrição da Unidade;
 - organizar e manter uma escala de permanência na Seção fora do horário normal, conforme instrução do Comandante da Unidade;
 - visitar constantemente os Destacamentos da OPM, para integrá-los, eficientemente na estrutura de informações da Polícia Militar;
 - elaborar o quadro de eventos e realizar estudos de informação para os eventos programados.

b. Turma de Expediente:

- receber, protocolar e distribuir internamente a correspondência sigilosa da Unidade;
 - expedir toda a correspondência da Seção;
 - controlar os documentos sigilosos expedidos pela Seção;
 - datilografar os documentos sigilosos;
-

- organizar e manter o arquivo de informação e o fichário;
- organizar, preparar e distribuir o Boletim Reservado da Unidade.

c. Turma de Busca:

- realizar missões de busca para utilização pela Seção ou em apoio aos Pelotões destacados, quando determinado pelo Chefe da Seção;
- realizar trabalhos de:
 - gravação;
 - degravação;
 - fotografia;
 - cópia;
 - outros congêneres.
- prover a Seção de colaboradores e informantes;
- elaborar relatórios de Agentes e respectivos informes para o Chefe da Seção;

**d. Turma de Informações de Segurança Pública e Defesa Interna e Contra-
Informação:**

- reunir informes, processar os dados obtidos e difundir as informações para a PM/2 e Agências do SIPOM interessadas;
- acionar a busca de informes;
- conhecer e acompanhar a evolução de fatos e acontecimentos que possam comprometer a Segurança Pública na área da OPM;
- identificar as diversas tendências da população, na área da OPM, que possam comprometer a segurança pública ou a Defesa Internacional quando sujeitas às tensões sociais, políticas e econômicas;
- conhecer:

Todos os pontos sensíveis na área da OPM, de interesses Policial- Militar;

Todas as ameaças ou irrupção de perturbação da ordem que possam ocorrer na área;

Os sistemas de transportes e comunicações;

A incidência de ocorrência atendidas;

Municípios e áreas com deficiências no Policiamento Ostensivo;

Problemas relacionados com a invasão de terras e esbulho possessório, indígenas que habitam regiões do Estado, bem como todos os problemas de Segurança Pública na sua área de atuação;

- Execução do trabalho de estatística criminal, abrangendo as seguintes atividades específicas:

- áreas de incidência criminal (urbanas e rurais);

- natureza dos delitos;

- locais, dias e horários de maior incidência criminal;

- avaliação da periculosidade dos delinqüentes; e mapeamento e gráficos.

- manter atualizadas as cartas de situação referente a OPM;

- cumprir as medidas de segurança, observadas pela estrutura de informações da

PM, no que tange a:

 pessoal;

 instalações;

 material;

 documentação;

 comunicações;

 operações;

 propaganda adversa.

6. *NORMAS SOBRE A REDE DE AGENTES, INFORMANTES E COLABORADORES*

Os Agentes, informantes e colaboradores devem ter conhecimento somente daquilo que é necessário à execução de suas tarefas;

O Órgão de Informação deve manter um fichário com dados sobre informantes e colaboradores, disponíveis, indispensáveis e dispensáveis.

Com a finalidade de resguardar a fonte, o Órgão designará os Agentes Informantes e Colaboradores por códigos.

7. *CLIENTES DA AGÊNCIA CENTRAL*

7.1 *CLIENTES PRINCIPAIS*

- Governador do Estado;
- CMP/11^a RM, 3^a Bda Inf. Mtz e 42^o BIMTz;
- Comandante Geral da PMGO;
- Chefe do Estado Maior;
- EGO/DI/SAE;
- Superintendência Regional do DPF;
- Divisão de Investigações Criminais (DIC/SSP);
- Seções do Estado Maior;
- IGPM;
- 6^o COMAR/Base Aérea de Anápolis (BAAN).

7.2 CLIENTE NORMAIS

- Órgãos do Sistema de Informações da Polícia Militar;
- Órgãos de Direção, Apoio e Execução da Polícia Militar;
- Todos os Órgãos da comunidade de Informações integrantes do EGO/DI/SAE, instalados no Estado;
- 2ª SEÇÃO/PM-2 de outras corporações Policiais Militares.

8. CLIENTES DAS AGÊNCIAS REGIONAIS

8.1 CLIENTES PRINCIPAIS

- Comandante do Comando a que pertence o Órgão de Informações;
- Comandantes de outros Comandos operacionais (CPM, CPI);
- 2ª Seção do Estado Maior (PM/2).

8.2 CLIENTES NORMAIS

- Comandantes das Unidades de Execução e outros Órgão da comunidade de Informações.

9 CLIENTES DAS SUBAGÊNCIAS DE INFORMAÇÕES

9.1 CLIENTES PRINCIPAIS

- Comandante da OPM a que pertence o Órgão de Informações;
- Comandantes dos Comandos Operacionais (CPM, CPI);

- Comandantes de grandes Unidades e Unidades do Exército da área, quando no interior do Estado;
- 2a Seção do Estado Maior (PM/2);
- Seção do Estado Maior da Unidade ou Subunidade.

9.2 CLIENTES NORMAIS

- Comandantes do outras OPM;
- Comandantes de Unidades Militares do Exército da área;
- Outros órgãos de Informações.

10. SEGURANÇA DO PESSOAL DE INTELIGÊNCIA

A segurança do pessoal é obtida pela estreita observância dos princípios e regras do sigilo e de conduta dos integrantes da Organização, que inclui rigorosa seleção pessoal e distribuição adequada de atividades.

- Dentre os elementos que influem na eficiência de Órgão de Informações destaca-se a criteriosa seleção de seus integrantes.

- Devem ser observadas as seguintes normas nos Órgãos de Informações, com referência à Segurança do Pessoal:

a) os candidatos ao serviço de Informações devem satisfazer os padrões mínimos de lealdade, idoneidade e competência exigidas para a função;

b) a investigação que visa a segurança do Pessoal se realiza, antes da admissão do indivíduo, durante o exercício da função e após a sua dispensa;

c) em cada Órgão, deve haver uma classificação de funções refletindo a sensibilidade das funções em relação à segurança tendo em vista, que determinadas funções, são mais importantes e sensíveis que outras;

d) os Chefes dos Órgãos são responsáveis pela classificação dos integrantes da estrutura em sua área de responsabilidade devendo adotar as categorias seguintes:

1. *categoria "A"*, elementos que podem ter acesso até a assuntos classificados como "SECRETOS".

2. *categoria "B"*, elementos que podem ter acesso até a assuntos classificados como "CONFIDENCIAL";

3. *categoria "C"*, elementos que podem ter acesso até a assuntos classificados como "RESERVADO";

4. *categoria "D"*, elementos que não têm acesso aos assuntos sigilosos, embora não sejam classificados como desleais inidôneos ou incompetente;

5. em nenhuma hipótese o elemento de informação deve comentar, sob qualquer pretexto, com pessoas estranhas ao serviço a maneira de agir do Órgão, métodos de trabalhos, operações;

6. no serviço, não deve procurar inteirar-se de assunto que não esteja sob sua responsabilidade, observando assim, o princípio da compartimentação;

7. a condição de elementos de informação e suas obrigações, decorrentes não deverão ser objetos de conversa em reuniões sociais, bares, restaurantes, coletivos, etc;

8. o elemento de informação deve ter sempre em mente que nas reuniões sociais ele não sabe quem está escutando;

9. não conversar assunto de serviço com familiares ou amigos;
10. não solicitar, provocar ou sugerir nem permitir qualquer espécie de divulgação que importe em promoção pessoal;
11. estar atento sôbre a possibilidade de ser envolvido consciente ou inconscientemente;
12. não emitir comentários, opiniões ou críticas às Autoridades e decisões Governamentais;
13. levar ao conhecimento do Chefe, qualquer irregularidade observada;
14. instruir os familiares sôbre como atender telefonemas, abrir portas, etc...;
15. mudar hábitos normais, particularmente os que dizem respeito a freqüência em determinados locais reuniões, etc...

11. SEGURANÇA DA DOCUMENTAÇÃO DE INTELIGÊNCIA

A segurança da documentação é garantida através do exato cumprimento dos regulamentos, instruções ou documentos que regem a produção, classificação sigilosa, a expedição, o recebimento, o registro, o manuseio, o arquivamento ou guarda e a distribuição de documentos sigilosos.

Na segurança da documentação deverá ser observado o RSAS aprovado pelo Decreto nº 79.099 de 06 Jan 77.

Devem ser observadas ainda as seguintes normas:

- a. Não depositar em cestas de papéis: rascunhos, notas, cópias, carbono ou estencil de documentos sigilosos. Usar somente a apropriada;

- b. Retirar de sua mesa de trabalho, ao se ausentar, toda a documentação que deve ser guardada à chave;
- c. Encarar como rotina o ato de cobrir a documentação que estiver exposta, sempre que se aproximar qualquer pessoa;
- d. Não portar documento sigiloso nem guardá-lo em sua casa ou outro local, fora do âmbito de trabalho;
- e. Verificar se os arquivos, gavetas e portas de armários ficaram fechadas, ao término do expediente;
- f. Informação sobre documentos (Teor e Andamento), somente deverão ser fornecidos a quem estiver devidamente credenciado;
- g. Lembrar-se de que o conhecimento de assuntos sigilosos depende da função desempenhada pela pessoa ou Autoridade e não de seu grau hierárquico, posição ou precedência;
- h. Manter um esquema de destruição da documentação sigilosa.

12. SEGURANÇA DAS INSTALAÇÕES E MATERIAL

A segurança das instalações é garantida através da proteção de áreas, edificações, material e serviços essenciais.

É obtida pela adoção de medidas de proteção geral, fiscalização e controle do acesso àqueles locais, sobre o pessoal orgânico ou estranho aos mesmos, bem como pela demarcação de áreas sigilosas ou restritas, de acordo com regulamentação específica.

O plano de segurança da OPM, prevendo a segurança física das

instalações, deve prever a proteção de dependências, do pessoal, de áreas restritas, salvaguarda de materiais, documentos e prevenção de entradas.

No entanto, é conveniente que o Chefe do Órgão de informações adote determinadas medidas visando a melhor eficiência na segurança de sua repartição.

Devem ser observadas, ainda, as normas seguintes:

- a. fazer inspeção periódica das instalações elétricas;
- b. manter na repartição, um extintor de incêndio manual para ser usado, se necessário, imediatamente;
- c. manter na porta da repartição, uma placa com a seguinte inscrição: **“ÁREA SIGILOSA”** e abaixo: **“RESERVADO”** em seguida, **“ENTRADA PROIBIDA A PESSOAS NÃO CREDENCIADAS”**;
- d. controlar e identificar as pessoas que visitam a Seção;
- e. ter ao máximo cuidado no recebimento de pacotes, envelopes e outros volumes.

13. SEGURANÇA DAS COMUNICAÇÕES

A segurança das comunicações é garantida pela observância de normas especiais de exploração e regras operacionais, com a finalidade de impedir que assuntos sigilosos cheguem ao conhecimento de pessoas ou órgãos não autorizados.

A segurança da transmissão é o cuidado com a matéria difundida, desde a confecção até a destruição, com aparelhos e equipamentos empregados nas comunicações.

A segurança criptográfica consiste na utilização de cifras ou códigos

capazes de resistir o tempo necessário para impedir que o adversário faça uso da informação obtida através da decifração da nossa mensagem.

Devemos protegê-lo contra a observação de pessoas não autorizadas.

A disciplina do sigilo diz respeito ao pessoal envolvida nas comunicações. Deve ser observado, com rigor, para evitar que assuntos objetos de comunicações sejam indevidamente difundidos ou comentados.

Devem ser observadas as seguintes normas:

- a. os assuntos ostensivos que podem ser do conhecimento público podem ser transmitidos via telefone;
- b. assuntos sigilosos que requeiram elevadas medidas de segurança, não devem ser transmitidos pelo telefone;
- c. sempre que necessário, face à importância do assunto, os documentos confidenciais e reservados poderão ser acondicionados em envelopes duplos, sendo que no envelope externo conterà apenas o nome ou função do destinatário e seu endereço. Nele não constará o grau que indique o grau do sigilo do conteúdo;
- d. quando necessário, deverá ser utilizada a criptografia;
- e. a criptografia só pode ser usada, quando for utilizado a rede do rádio de comunicações da Polícia Militar;
- f. ao atender o telefone, o telefonista deverá citar apenas o número do aparelho do Órgão e não a sigla do Órgão.

14. SEGURANÇA DAS OPERAÇÕES

A segurança das operações é garantida pelo cumprimento de normas de sigilo – dentre os quais destaca a compartimentação – métodos e técnicas operacionais

adaptadas a cada situação e que visam assegurar a proteção e o sigilo das atividades especiais.

Esta segurança engloba todas as demais medidas de segurança do pessoal, da documentação das instalações e das comunicações.

15. NORMAS COMPLEMENTARES PARA LIGAÇÃO

a. - As Subagências do interior do Estado, difundirão ao Comando da Sub área de Defesa Interna (SADI), os dados de interesse da Defesa Interna através do Comando da OPM;

b - A difusão será feita através de telefonemas, radiogramas, telex mensagens ou documentos de informação (INFE, INFO ou REL de INFO);

c - O RPI de Defesa Interna deverá ser cópia do que é encaminhado mensalmente à 2ª Seção/EM/PM-2, colocando no seu corpo, os dados de interesse do respectivo Comando Militar da área;

d - Somente em caso de urgência deverá ser transmitido dado não confirmado, o que deverá ficar expresso na mensagem do documento de informação;

e - Simultaneamente, a 2ª Seção (P/2) da OPM fará difusão paralela à 2ª Seção do Estado Maior (PM/2) do assunto difundido;

f - Os Destacamentos PM e outros elementos subordinados obedecerão às seguintes normas:

1) Em princípio, o fluxo de informes, será do DPM para a 2ª Seção P/2 da Unidade, para obter um fluxo mais rápido e eficiente;

2) Quando se tratar de informes de grande importância na repercussão, a comunicação deverá ser feita diretamente à 2ª Seção/EM/PMGO, pelo meio de

comunicação mais rápido e seguro;

3) No caso mencionado no item acima, o DPM fará imediata comunicação do fato ao Sub Cmt da Sub área a que pertence;

4) Simultaneamente, o DPM fará comunicação ao P/2 da OPM a que pertencer, esclarecendo que o fato (INFE), já foi transmitido a PM/2.

16. COMUNICAÇÕES NA PM/2

As comunicações com a PM/2 serão realizadas através dos seguintes meios:

- 1 Correspondência Postal;
- 2 Correspondências enviadas nos malotes da OPM;
- 3 Estafetas da OPM ou mensageiros;
- 4 Redes de rádio da Corporação e telefone.

17 DOCUMENTOS UTILIZADOS NO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA POLÍCIA MILITAR

São os seguintes os tipos de documentos utilizados no Sistema de Informações:

1. Informe;
2. Informação;
3. Pedido de Busca;
4. Ordem de Busca;
5. Relatórios de Informações;

- a) Relatório Periódico de Informações de Seg. Pública;
- b) Relatório Periódico de Informações de Defesa Interna;
- c) Relatório Periódico de Informações de Contra Informações;
- d) Relatório da Situação e Atividades destinado à IGPM;
- e) Relatório Específico de Informações;
- f) Relatório do Agente;
- 6. Plano de Informações;
- 7. Plano de Busca;
- 8. Quadro de Eventos programados;
- 9. Levantamento de Dados Biográficos para fins internos;
- 10. Resenha periódica de notícias.

18. GRAUS DE CREDIBILIDADE

Com a finalidade de estabelecer um padrão a ser seguido pelas comunidades e dar incentivos aos oficiais P/2, a 2ª Seção do EM, atribuirá periodicamente um grau de credibilidade a cada Seção/P-2:

a. As normas para atribuição do grau de credibilidade supramencionada serão as seguintes:

- 1. *Categoria "A"* (Credibilidade Excelente)
- 2. *Categoria "B"* (Credibilidade ótima)
- 3. *Categoria "C"* (Credibilidade Boa)

1.
2.
3.

b. As classificações e reclassificações serão feitas, em princípio, durante as reuniões da Comunidade a critério da 2ª Seção do EM.

c. As Sub-Agências de Informações serão classificadas na categoria “A” (Credibilidade Excelente) quando satisfazerem no mínimo os seguintes itens:

1. seu titular ter no mínimo (01) um ano de permanência na função;
2. seu titular ter estágio ou curso de informações;
3. seu titular não acumular funções na OPM, e não ter sido designado encarregado de inquéritos ou escrivão de sindicâncias e membro de conselho de disciplina ou justificação;
4. dispor de, no mínimo, (03) três salas, sendo uma para o Chefe uma para os analistas e agentes e última que se destinará ao arquivo;
5. produzir documentação de conformidade com a doutrina de informações estipulada pela 2ª Seção da Ajudância Geral (PM/2), segundo este plano de informações;
6. observar o princípio da oportunidade, mantendo em dia o fluxo das informações;
7. manter em dia as cartas de situação compreendendo a Situação de Segurança Pública, Defesa Interna e Contra Informação e ainda Levantamento Estratégico na Circunscrição da OPM, da situação de Segurança Pública incluindo os dados estatísticos;
8. executar os Planos de Busca com os elementos subordinados com o fluxo constante de informes;
9. ter o arquivo organizado das entidades, de pessoas, de municípios e outros de interesse;
10. a instrução de Contra Informação, Guerra Revolucionária e Ação Psicológica para toda a tropa, seja encargo da P/2 ou conte com a sua participação;

11. ter o plano de segurança das instalações e material da Seção e normas geral de ação (interna) ;

12. manter em dia o registo e o fichário dos integrantes da Seção.

d. As SAI serão classificadas na categoria “B” (Credibilidade Ótima), quando satisfazer no mínimo dez (10) dos itens especificados;

e. Serão classificadas na categoria “C” (Credibilidade Boa), a P/2 que satisfazer no mínimo oito (08) dos itens;

f. Serão classificadas na categoria “D” (Credibilidade Razoável) a SAI que satisfazer no mínimo sete (07) itens;

g. Serão classificadas na categoria “E” (Credibilidade Insuficiente), a SAI que não satisfazer no mínimo sete (07) itens.

19. ORIENTAÇÃO PARA SELEÇÃO DO PESSOAL DE INFORMAÇÕES

19.1 ASPECTOS A APRECIAR:

Dentre os inúmeros aspectos válidos, os abaixo relacionados deverão ser apreciados, quando da indicação de oficiais e praças nas designações para o exercício de quaisquer funções ligadas ao problema de informações:

- a. Caracterológico (caráter)
- b. Éticos
- c. Sociais
- d. Intelectuais
- e. Físicos

19.2 TRAÇOS A SEREM PESQUISADOS NO ASPECTO CARACTEROLÓGICO.

- a. Tenacidade, capacidade de lutar até a consecução de objetivo;
- b. Perseverança, constância em trabalhar construtivamente sem oscilações;
- c. Organização, compreensão natural da hierarquia dos valores, sentidos de finalidades e importância, compreensão prática do que é essencial e do que é secundário, senso de oportunidade;
- d. Método, ordenação e esquematização;
- e. Paciência;
- f. Confiança em si mesmo;
- g. Iniciativa;
- h. Equilíbrio emocional;
- i. Prudência;
- j. Energia;
- l. Acentuada noção de responsabilidade;
- m. Humildade, capacidade de trabalhar anonimamente e de produzir o melhor, sem se importar com o valor que será dado ou não com o seu trabalho.

19.3 TRAÇOS A SEREM PESQUISADOS NO ASPECTO ÉTICO

- a. Disciplina intelectual;
 - b. Comportamento nos trabalhos de equipe;
 - c. Senso de justiça, capacidade de julgar com isenção;
-

d. Senso de hierarquia, funcional, capacidade para avaliar e discernir sobre a importância das decisões que lhe couber tomar;

e. Descrição;

f. Honestidade.

19.4 TRAÇOS A SEREM PESQUISADOS NO ASPECTO SOCIAL

a. Comunicabilidade;

b. Sociabilidade;

c. Capacidade de lidar com pessoas;

d. Espírito de cooperação;

e. Cortesia;

f. Capacidade de convencer;

g. Estrutura familiar.

19.5 TRAÇOS A SEREM PESQUISADOS NO ASPECTO INTELECTUAL

a. Inteligência;

b. Raciocínio dedutivo e intuitivo;

c. Memória visual ;

d. Memória auditiva;

e. Argúcia, agilidade intelectual, combinada com a sensibilidade humana e uma certa dose de intuição;

f. Imaginação criadora, capacidade de gerar novas idéias, de fugir da rotina, de buscar novas soluções.

19.6 TRAÇOS A SEREM PESQUISADOS NO ASPECTO FÍSICO

- a. Controle nervoso;
- b. Coordenação físico-motora;
- c. Vigor;
- d. Sensoriais:
 - boa visão
 - boa audição
- e. Resistência à fadiga.

19.7 TRAÇOS QUE CONTRA INDICAM:

- a. Viciado em jogo ou bebidas alcóolicas ou entorpecentes;
- b. Homossexual;
- c. Conquistador (dado a conquistas amorosas freqüentes), obssecado pelo sexo oposto;
- 4. Desregrado, descontrolado, gasta além das possibilidades financeiras;
- 5. Preguiçoso mental, não gosta de estudar, raciocinar;
- 6. Extrovertido, irreverente. Não sabe guardar sigilo, fala muito e ouve pouco;
- 7. Oportunista, tudo o que faz, tem em vista alguma vantagem pessoal, carreirista;
- 8. Apaixonado. Julga precipitadamente, antes pelo coração do que pela razão;

9. Presunçoso e arrogante. Só o que faz é que está certo, é vaidoso em excesso;
10. Materialista. Ateu, julga a religião um atraso;
11. Não tem condições técnicas ou profissionais para exercer a função no âmbito do sistema e exercendo-a, poderá constituir risco à segurança;
12. Ligações e amizades comprometedoras;
13. Prática de crime e conduta desabonadora.
14. Prática de atos negligentes, irresponsáveis ou temerários que indicam falhas ou discernimento ou instabilidade emocional.

19.8 MODO DE FAZER A APRECIÇÃO

1. Para cada candidato a ser admitido na Agência Central e demais órgãos do sistema será elaborado um processo de investigação, capaz de determinar o seu grau de lealdade, idoneidade e competência, em função dos padrões de segurança e eficiência necessária ao desempenho da função nos referidos órgãos;
2. Para a função de Chefe da 2ª Seção das Sub-Agências de Informações, o Cmt da OPM indicará o oficial de sua confiança, porém deverá consultar a PM/2/EM acerca dessa indicação, flexibilizando-se com uma possível contra indicação;
3. A responsabilidade pelas investigações cabe ao setor vital da Contra Informação que acionará o setor de busca da ordem de busca para as ações necessárias;
4. A admissão ou não de um candidato é da responsabilidade do Chefe do órgão de informação, que decidirá sobre o processo de investigação;
5. Os traços deverão ser apreciados, quanto aos aspectos positivos e

negativos, podendo deixar de ser considerados aqueles que não puderem constituir vulnerabilidades que poderão ser exploradas por agentes subversivos e ou adversos;

6. A preponderância de incidência de traços positivos ou negativos indicará ou contra-indicará o candidato.

20. EMPREGO DO PESSOAL DE INFORMAÇÃO

a. O pessoal designado para funções nos órgãos de informações da Corporação não podem ser empregados na segurança física de pessoas, autoridades ou instalações, salvo as indispensáveis à segurança orgânica do próprio órgão;

b. O pessoal empregado nos órgãos de informações não podem ser designados para encarregado ou escrivão de Inquérito, Sindicância ou Conselhos;

c. Os Agentes auxiliares das P/2 de OPMs, não devem ser empenhados em Policiamento Ostensivo Fardado.

21. SIGILO DE INTELIGÊNCIA

a – Os informes, Informações e documentos com classificação sigilosa, expedidos pelos órgãos integrantes do SIPOM ou em processamento. Não podem ser anexados a inquéritos, sindicâncias, conselhos, processos ou outros documentos ostensivos.

b – O pessoal de informações dos órgãos do SIPOM é responsável pelo absoluto sigilo e reserva sobre assuntos e trabalhos das Seções cumprindo a classificação sigilosa de acordo com o RSAS.

CAPÍTULO III

ASPECTOS DOUTRINÁRIOS

1. DOUTRINA

O estado moderno e democrático está reduzido em sua atuação à garantia dos direitos, à preservação da ordem pública, as atividades essenciais, ao poder de polícia, aos serviços públicos e às necessidades e valores emergentes, reclamados por uma população em crescimento desordenado e por classes sociais discriminadas, carentes e marginalizadas.

A evolução substancial exigiu, como imperativo de sobrevivência, o aperfeiçoamento dos métodos de decisão e ação, racionalizando as atividades políticas, anteriormente pautadas nas decisões políticas e em pontos de vistas pessoais, passou, portanto, a necessitar de um conjunto de princípios que, sem desconhecer os aspectos subjetivos da decisão e sem desvalorizar a força da criatividade, procura orientar as ações

de um modo geral. Esse corpo coordenador de idéias constitui uma doutrina.

Em sua origem, a doutrina seria o que se transmite pelo ensino, ou seja, um corpo de conhecimentos estruturados de maneira coerente e uniforme, com a finalidade de compreender a realidade e possibilitar a sua transformação .

A doutrina representa idéias que visam à conduta humana nos diversos setores em que atua, condicionando as ações individuais e coletivas.

A doutrina de informações é um conjunto de princípios, conceitos, normas, métodos, processos e valores que orienta e disciplina a atividade de informações.

A doutrina de informações tem nos seus ideais e nas práticas da democracia sua mais nobre fonte de inspiração.

1.1 PRINCÍPIOS

São proposições diretoras gerais, destinadas a orientar o desenvolvimento do corpo doutrinário.

1.2 CONCEITOS

São homogeneização sobre os objetos, os fenômenos e as relações fundamentais previstas pela doutrina.

1.3 NORMAS

São disposições que visam a fixar estritamente as relações propostas pela doutrina.

1.4 MÉTODOS

São orientações práticas e racionais, consagradas pela doutrina, para que se alcancem objetivos desejados com o menor dispêndio de meios, em menor tempo e com melhor resultado.

1.5 PROCESSOS

São maneiras de realizar o que está preconizado pelos métodos ou mesmo pelas normas.

1.6 VALORES

São convicções positivas de conduta, cultivadas pela sociedade e necessariamente respeitados pela doutrina.

2. CARACTERÍSTICAS

A doutrina de informações apresenta as seguintes características:

a. Sentido Assessorial

Propõe-se a orientar o exercício de uma atividade exclusivamente de assessoria.

b. Normativa

É normativa, uma vez que o seu conteúdo exprime preceitos orientadores do exercício da atividade de informação.

c. Dinâmica

É dinâmica, em razão do caráter evolutivo dos seus fundamentos.

d. Adogmática

Não está sujeita a dogmas formulados e impostos e seus preceitos derivam de fundamentos racionais e realísticos.

e. Consensual

Uma vez que a livre aceitação de seus preceitos pela maioria dos profissionais de informações resulta da convicção de sua procedência e acerto.

f. Unitária

Seus preceitos determinam unidade de pensamento, procedimento e

linguagem entre os profissionais de informações.

g. Democrática

Orienta o exercício de uma atividade regida por práticas e ideais democráticos cultuados pela nação brasileira.

Mas à conduta humana nos diversos setores em que atuar, condicionando as ações individuais e coletivas.

3. INTELIGÊNCIA

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A atividade de Inteligência compreende a produção de conhecimentos e a salvaguarda destes e de dados que ao Estado interesse preservar.

No presente item, é focado, especialmente, a produção de conhecimentos de Inteligência, sobre os quais são apresentadas noções fundamentais de interesse para a perfeita compreensão de seus múltiplos aspectos.

Para o correto exercício das Informações, é impositivo o uso de metodologia e de técnicas acessórias voltadas para a produção do conhecimento, que permitam afastar a prática de ações meramente intuitivas e a adoção de procedimentos sem uma orientação racional.

3.2 NOÇÕES FUNDAMENTAIS

a. Linguagem de Inteligência:

A doutrina de Inteligência preconiza o uso de uma linguagem especializada entre os profissionais de Inteligência e, em alguns casos, entre estes e os usuários de seus trabalhos.

Essa linguagem especializada é naturalmente constituída a partir da linguagem comum, de modo que:

- por um lado, sua adoção não signifique ruptura com o processo de comunicação global utilizado pela sociedade nacional como um todo;

- por outro, constitua garantia para que as relações de comunicação essenciais ao exercício da Atividade de Inteligência ocorram sem distorções ou incompreensões.

- As noções fundamentais que se seguem estão vinculadas a termos essenciais da linguagem de Inteligência.

b. Conhecimento:

O conhecimento é admitido em duas acepções: processo e produto.

Como processo, o conhecimento é a formação de uma imagem de um fato ou de uma situação na mente humana, podendo ocorrer de diferentes modos.

Como produto, o conhecimento é a representação (oral ou escrita) de fatos ou situações; é, assim, a exteriorização de uma imagem sobre um fato ou uma situação, antes restritas aos limites da mente humana.

No âmbito da Atividade de Inteligência:

- Conhecimento é a representação de um fato ou de uma situação, reais ou hipotéticos de interesse para a Atividade de Inteligência, processada pelo profissional de Inteligência.

Desse modo, qualquer representação de uma fato ou situação que não decorra da produção intelectual do profissional de Inteligência é considerada como dado na linguagem de Inteligência.

c. Verdade:

A verdade consiste na perfeita concordância do conteúdo do pensamento

com o objeto.

Para a Doutrina de Inteligência, a verdade é um atributo que se vincula à relação entre o conteúdo do pensamento (sujeito) e os fatos ou as situações (objeto).

Porém, a relação da mente com o objeto nem sempre efetiva-se de forma perfeita, pois algumas vezes, a mente encontra obstáculo que a impedem de formar uma imagem totalmente de acordo com o objeto. Em vista disso, e sendo a verdade a grande aspiração que norteia o exercício da Atividade de Inteligência, todos os profissionais que a exercem devem acautelar-se a mera ilusão da verdade ou seja, contra o erro.

Imperfeita que é a mente e complexa que é a realidade, a relação entre ambas naturalmente assume gradações. Assim, há oportunidades em que a mente adere inteligência à imagem, por ela mesma formada, de um objeto; outras há quem que esta adesão é apenas parcial; outras, ainda, em que se mostra incapaz de optar por imagens alternativas de um mesmo objeto; por último, há outras em que se coloca em estado puramente nulo com relação a determinado objeto.

d. Certeza, Opinião, Dúvida e Ignorância:

No tópico precedente, foi observado que a verdade e o seu contrário, o erro, são qualidades que permeiam a relação entre o sujeito e o objeto. Trata agora a Doutrina de adotar um critério capaz de traduzir com precisão os diferentes estados da mente ante a verdade.

Assim, a mente pode encontra-se, em relação à verdade, em quatro diferentes estados.

1) Certeza

A certeza consiste no acatamento integral, pela mente, da imagem por ela mesma formada, como correspondente a determinado objeto.

A certeza é, dessa forma, o estado em que a mente adere à imagem de um objeto, por ela mesma formada, sem temor de enganar-se. Há que se acrescentar que esta adesão é consequência da plena clareza com que o objeto se mostra ao espírito, sendo, portanto, a evidência o motivo supremo da certeza. Pode-se afirmar que a evidência é a marca da verdade. Assim, a mente, quando conduzida ao estado de certeza pela evidência, encontra a verdade.

Todavia a certeza, do mesmo modo que pode conduzir à verdade, pode levar ao erro. Se a verdade é a conformidade da mente com a realidade, o erro é a não-conformidade entre essas partes. Acresce-se que, se a evidência é a marca da verdade, a ilusão de evidência, que se lhe opõe, é o rótulo do erro.

2) Opinião

A Opinião é o estado em que a mente acata, porém com receio de enganar-se, a imagem por ela mesma formada, como correspondente a determinado objeto.

A opinião é, portanto, um estado no qual a mente se define por um objeto, porém com receio de equívoco.

Por isso, o valor do estado de Opinião, expressa-se por meio de indicadores de probabilidades.

3) Dúvida

A Dúvida é o estado em que a mente encontra, em situação de equilíbrio, razões para aceitar e razões para negar que a imagem, por ela mesma formada, está em conformidade com determinado objeto.

No que se refere a este estado da mente, a Doutrina ocupa-se tão-somente da dúvida metódica.

Na dúvida metódica, o espírito encontra-se impossibilitado de afirmar ou negar a validade da imagem elaborada por ele; é um estado que traduz a suspensão provisória da capacidade de optar, induzindo-o a procurar novas indicações sobre determinado objeto.

4) Ignorância

A ignorância é o estado da mente que se caracteriza pela inexistência de qualquer imagem determinado objeto.

A ignorância é um estado puramente nulo da mente. Nesta situação, o espírito encontra-se privado de qualquer imagem sobre uma realidade específica.

e. Idéia, Juízo e Raciocínio:

O ser humano, para conhecer determinados fatos ou determinadas situações, pode realizar três operações intelectuais: conceder idéias, formular juízos e elaborar raciocínios.

É, portanto, de interesse para a Doutrina investigar cada uma destas operações, em face dos desdobramentos que têm na estruturação das definições referentes aos conhecimentos e, ainda, em outros pontos básicos da Atividades de inteligência.

1) Idéia

A idéia é a simples concepção, na mente, da imagem de determinado objeto, sem adjetivá-lo.

2) Juízo

Juízo é a operação pela qual a mente estabelece uma relação entre idéias.

3) Raciocínio

O raciocínio é a operação pela qual a mente, a partir de dois ou mais juízos conhecidos, alcança outro que deles decorre logicamente.

3.3 TIPOS DE CONHECIMENTO

A Doutrina de Inteligência preconiza uma diferenciação dos conhecimentos produzidos.

Esta diferenciação resulta dos seguintes fatores:

- Os diferentes estados em que a mente humana pode situar-se em relação à verdade (certeza, opinião, dúvida e ignorância);
- Os diferentes graus de complexidades do trabalho intelectual necessário à produção do conhecimento (idéia, juízo e raciocínio);
- A necessidade de elaborar, além de trabalhos relacionados com fatos e/ou situações passados e presentes, outros, voltados para o futuro.

As definições que se seguem dizem respeito aos tipos de conhecimentos.

a. Informe:

É o conhecimento resultante de juízo(s) formulado(s) pelo profissional de Inteligência e que expressa o seu estado de certeza ou de opinião frente à verdade sobre fato ou situação passados e/ou presentes.

A partir da definição em presença, tem-se que o Informe:

1) É o Conhecimento

O vocábulo conhecimento, contido nesta parte da definição em estudo, traz, subjacentes, as seguintes características iniciais do Informe:

- é uma representação oral ou escrita;

- tem por objetivo fatos ou situações necessariamente de interesse das Atividades de Inteligência;

- é processado pelo profissional de Inteligência.

2) É resultante de juízo(s)

O Informe é a narração de um fato ou de uma situação, passados e/ou presentes, resultante exclusivamente de juízo(s) formulado(s) por um profissional de Inteligência.

O profissional, no ato da elaboração do Informe, não ultrapassa os limites do juízo, por não ter configurada uma base mínima sobre a qual possa desenvolver um raciocínio.

3) Formulado(s) pelo profissional de inteligência

Dentre os atributos exigidos para o profissional de Inteligência destaca-se como necessário à produção do conhecimento Informando os atributos de capacidade de julgamento e de análise e síntese, em níveis compatíveis com a complexidade desse tipo de conhecimento.

A produção do Informe exige, também, por parte do profissional, o domínio de metodologia específica, em especial da técnica da avaliação de dados.

4) É que expressa o seu estado de certeza ou de opinião frente à verdade.

O Informe admite gradação no que diz respeito ao Estado em que se situa a mente com relação a verdade. Assim, o Informe pode expressar certeza ou opinião, estados que são representados através do uso de linguagem apropriada.

5) Sobre um Fato ou uma Situação Passados e/ou Presentes

São objetos do Informe apenas os fatos e as situações pretéritos e/ou

presentes. Esta característica do Informe deixa claro que este conhecimento não pode traduzir qualquer tipo de evolução futura.

b. Informação:

É o conhecimento resultante de raciocínio(s) elaborado(s) pelo profissional de Inteligência e que expressa o seu estado de certeza à verdade sobre fato ou situação passados e/ou presentes.

Desdobrando-se presente definição, observa-se que a Informação:

1) É o conhecimento

Também aqui o vocábulo conhecimento tem o mesmo sentido destacado no desdobramento da definição do conhecimento Informe.

2) Resultante de raciocínio(s)

A Informação é conseqüente da operação mais apurada da mente, o raciocínio.

É portanto, um conhecimento que extrapola os limites da simples narração dos fatos ou das situações, contendo uma interpretação deste fatos ou destas situações.

3) Elaborado(s) pelo profissional de inteligência

Dentre os atributos exigidos para o profissional de Inteligência, destaca-se como necessário à produção do conhecimento Informação o atributo raciocínio lógico e flexível, em níveis compatíveis com a complexidade desse tipo de conhecimento.

4) E que expressa o seu estado de certeza frente à verdade

A Informação não admite gradação no que diz respeito ao estado em que se posiciona a mente com relação a verdade. Dessa forma, a Informação expressa unicamente o estado de certeza.

5) Sobre fato ou situação passados e/ou presentes

A Informação retrata, apenas, fatos ou situações passados e/ou presentes,

não comportando quaisquer projeções destes fatos ou destas situações para o futuro.

c. Apreciação:

É o conhecimento resultado de raciocínio(s) elaborado(s) pelo profissional de Inteligência e que expressa o seu estado de opinião frente à verdade sobre fato ou situação passados e/ou presentes.

A apreciação guarda grande semelhança com a Informação: Por isso, é dispensável o desdobramento de sua definição nos moldes adotados com relação aos anteriores. Todavia, é de conveniência doutrinária apontar a diferença entre estes dois tipos de conhecimento.

A diferença entre Apreciação e Informação reside no estado em que se posiciona a mente do profissional de Inteligência no ato de produzi-las: na Apreciação, o estado é o de opinião, ao passo que, na Informação, conforme visto anteriormente, o estado é o de certeza.

A apreciação é um conhecimento produzido quando se faz impositiva a consideração de frações que embora não representem o estado de certeza, são essenciais à compreensão de um fato ou de uma situação, passados e/ou presentes, para que possa o profissional de Inteligência atender integralmente a uma necessidade do usuário.

Apesar de a Apreciação ter essencialmente como objeto fatos e situações passados e/ou presentes, este conhecimento pode admitir a realização de projeções.

Porém, diferentemente do conhecimento Estimativa, que será abordado a seguir, as projeções na Apreciação resultam tão-somente da percepção, pelo profissional de inteligência de desdobramentos dos fatos e situações objeto da análise, e não da realização de estudos especiais, necessariamente auxiliados por métodos e técnicas prospectivas próprias.

d. Estimativa:

É o conhecimento resultante de raciocínio(s) elaborado(s) pelo profissional de Inteligência e que expressa o seu estado de opinião frente à verdade sobre a evolução futura de um fato ou de uma situação.

Tem-se, assim, que a Estimativa:

1) É o Conhecimento

Sob este aspecto, a Estimativa em nada difere dos conhecimentos estudados em linhas precedentes.

2) Resultante de Raciocínio(s)

Como ocorre nas Informações e na Avaliação, o tipo de operação desenvolvida pela mente do profissional de Inteligência durante a produção da Estimativa é o raciocínio. Todavia, a peculiar característica da Estimativa, de destinar-se especificamente ao estudo prospectivo, torna o raciocínio necessário à produção deste tipo de conhecimento dos mais complexos.

3) Elaborados(s) pelo Profissional de Inteligência

Dentre os atributos exigidos para o profissional de inteligência, destaca-se como necessário à produção do conhecimento Estimativa o atribuído raciocínio prospectivo, em níveis compatíveis com a complexidade desse tipo de conhecimento.

A produção da Estimativa requer não só o pleno domínio de metodologia própria, mas também do domínio de técnicas de previsão complementares a esta metodologia.

4) E que Expressa o seu Estado de Opinião Frente à verdade

A Estimativa trata, essencialmente, do futuro. Uma vez que só há sentido em cogitar do futuro em termos de probabilidade, ao estado da mente do profissional de

Inteligência, na produção de Estimativa, tem de ser, necessariamente, o de opinião.

5) Sobre a Evolução Futura de um Fato ou de uma Situação

Este aspecto da definição traduz a característica mais marcante do Estimativa: é o único tipo de conhecimento que resulta de estudo deliberadamente direcionados para a realização de projeções para o futuro e que pressupõem a utilização de métodos e técnicas prospectivas adequados.

3.4 PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

1) Definição

É o conjunto de procedimento realizados pelo profissional de Inteligência, do qual resulta determinado conhecimento.

2) Situação de Produção:

Um conhecimento é produzido pelo Órgão de Inteligência nas seguintes situações:

- Em atendimento a um plano de Inteligência

Neste caso, o Órgão de Inteligência obedece a especificações do plano, tais como a oportunidade em que os conhecimentos devem ser produzidos e os assuntos a serem cobertos.

- Em Conseqüência de um Estímulo o Externo Específico

Nesta situação, Órgão de Inteligência é acionado por um usuário ou mesmo por outro órgão congênere, mediante estímulo específico, para cobrir determinado fato ou situação.

- Por sua Própria Iniciativa

Ocorre toda vez que o Órgão de Inteligência decide que o usuário e/ou outro órgão congêneres devam conhecer determinado fato ou situação.

3) Metodologia de Produção:

Visando a tornar o trabalho de produção de conhecimento o mais científico possível, preconiza-se o emprego de uma metodologia. A apresentada a seguir é apenas um exemplo. A Doutrina não despreza quaisquer recursos metodológicos e técnicas acessórias, nem, tampouco, o peso de outros fatores que concorrem para o êxito do profissional de Inteligência na produção do conhecimento, dentre eles, particularmente, seus atributos pessoais, sua experiência e seu embasamento cultural.

A metodologia apresentada é aplicável, no todo ou em parte, aos quatro tipos de conhecimento, de acordo com as peculiaridades de cada um. Assim, por exemplos, alguns procedimentos estabelecidos para a produção de Estimativas não são aplicáveis à de Informe.

Tal metodologia de produção do conhecimento compreende as seguintes fases:

- Planejamento;
- Reunião;
- Análise e Síntese;
- Interpretação;
- Formalização e Difusão.

Essas fases não implicam procedimentos rigorosamente ordenados nem têm limites precisos. São fases que se interpenetram, inter-relacionam-se e interdependem. Assim, a seqüência apresentada é admissível somente para fins de

apresentação e estudo de cada uma delas.

3.5. FASE DO PLANEJAMENTO

A produção de um conhecimento é iniciada por um planejamento, no qual o profissional de Inteligência procura, de forma ordenada e racional, sistematizar o trabalho a ser desenvolvido tendo em vista os fins a atingir. Planejar, portanto, deve construir uma ação rotineira do profissional de Inteligência.

O planejamento pode ser esquematicamente apresentado da seguinte forma:

- Determinação do assunto a ser estudado;
- Determinação da faixa de tempo em que o assunto deve ser considerado;
- Determinação do usuário do conhecimento;
- Determinação da finalidade que vai ter o conhecimento;
- Determinação do prazo disponível para a produção do conhecimento;
- Determinação dos aspectos essenciais do assunto;
- Verificação dos aspectos essenciais conhecidos;
- Verificação dos aspectos essenciais a conhecer.

a. Determinação do assunto a ser estudado

Este procedimento consiste em determinar o fato ou a situação objeto do conhecimento a ser produzido através de uma expressão oral ou escrita.

O assunto deve ser preciso, bem determinado e específico. Desse modo, torna-se necessário proceder à sua delimitação. Delimitar significa definir o aspecto particular ou o ponto de vista sob o qual o assunto será focalizado.

É preferível aprofundar o assunto em lugar de deter-se em temas muito genéricos, que podem gerar análises superficiais.

A visão clara do assunto a ser tratado, a partir de determinado enfoque, completa-se com sua colocação em termos de problema. Formular um problema consiste em apontar qual a dificuldade com a qual nos deparamos e que pretendemos resolver, ou seja, buscar lacunas no conhecimento referente ao assunto. Faz sobre o assunto perguntas significativas e, após compará-las, o profissional de Inteligência seleciona qual a pergunta mais relevante a ser respondida. Aí estará o problema a ser desvendado.

No planejamento, a determinação do assunto é, muitas vezes, provisória, uma vez que, ao término do trabalho, poderá ser necessário redefini-lo de acordo com a representação final do fato ou da situação enfocada.

b. Determinação da faixa de tempo em que o assunto deve ser considerado

Este procedimento consiste em estabelecer limites no tempo para o assunto considerado. Tratar-se portanto, de determinar a abrangência do assunto. A determinação da faixa do tempo é feita levando-se em conta sobretudo as necessidades do usuário do conhecimento em produção.

Ressalte-se que, à semelhança do que ocorre com as faces da metodologia de produção do conhecimento, os procedimentos que compõem cada uma delas não são rigorosamente ordenados. Deste modo, como exemplo, observar-se que a determinação do assunto, da faixa de tempo e como se segue, do usuário e da finalidade são procedimentos intimamente relacionados, interdependentes e de execução quase simultânea.

c. Determinação do usuário do conhecimento

A execução deste procedimento objetiva identificar a autoridade governamental ou órgão congênere que, pelo menos potencialmente, utilizará o conhecimento que está sendo produzido. Não é contudo indispensável.

Este procedimento deverá ser levado em consideração sempre que contribuir para ajustar o conhecimento que está sendo produzido ao nível do usuário, auxiliar a definição de prioridades etc...

d. Determinação da finalidade que vai ter o conhecimento

Este tópico diz respeito à virtual utilização, pelo usuário, do conhecimento em produção. Também, como o anterior, não é indispensável.

Devido à compartimentação normal inerente ao exercício da Atividade de Inteligência, nem sempre é possível a determinação da finalidade. Neste caso, o planejamento é orientado para esgotar o assunto tratado, de tal modo que o usuário venha a encontrar, em algum ponto do conhecimento que está sendo produzido, subsídios úteis a sua atuação.

e. Determinação do prazo disponível para a produção do conhecimento

Nos casos de produção do conhecimento em obediência a planos de Inteligência ou estímulos específicos, é normal os prazos serem previamente estabelecidos.

Quando isso não ocorre ou quando a iniciativa de produção do conhecimento é do Órgão de Inteligência, os prazos são estabelecidos observando-se o princípio da oportunidade.

f. Determinação dos aspectos essenciais do assunto

Neste passo, procede-se a um levantamento dos aspectos que deverão ser abordados de modo que o assunto possa ser devidamente esclarecido. Essa dimensão do trabalho tem como essência levar o profissional de Inteligência a verificar o que ele deseja saber para responder ao assunto e atender plenamente à necessidade do usuário.

Os aspectos essenciais não devem ser confundidos com o problema, definido quando da determinação do assunto.

Pode ocorrer que o profissional de Inteligência não consiga obter respostas a um ou outro aspecto essencial listado. Neste caso, produz-se o conhecimento com base no material reunido disponível a fim de atender ao princípio da oportunidade.

Em conjunto, os aspectos essenciais compõem um arcabouço preliminar de conhecimento em produção.

Os aspectos essenciais podem ser redimensionados ao longo do trabalho de produção do conhecimento.

g. Verificação dos aspectos essenciais conhecidos

Este procedimento consiste em verificar, dentre os aspectos essenciais já determinados, aqueles para os quais já se tenha algum tipo de resposta, antes do desencadeamento de qualquer medida de reunião.

Sendo o planejamento de uso estritamente pessoal do elaborador do conhecimento, o seu equacionamento é livre. Em razão disto especificamente quanto à verificação dos aspectos essenciais conhecidos poderá este procedimento variar desde a simples indicação dos aspectos já conhecidos até o relacionamento de todas as respostas que a eles se vinculem. É importante, porém, que se separem as respostas completas das incompletas e as que expressam certeza das que não a expressam.

h. Verificação dos aspectos essenciais a conhecer

Neste procedimento, verificam-se os aspectos essenciais em relação aos quais o elaborador do conhecimento:

- Deve obter respostas, uma vez que não as possui;
- Necessita de novos elementos de convicção para as respostas já disponíveis; e/ou
- Deve obter complementos para as respostas que já possui.

Este procedimento poderá materizar uma listagem de o que obter para atender aos casos acima, como forma de preparar, com objetividade, a fase seguinte: reunião.

3.5 FASE DA REUNIÃO

A reunião é a fase da produção do conhecimento na qual o profissional de Inteligência procura reunir conhecimentos e/ou dados que respondam e/ou complementem os aspectos essenciais a conhecer.

Dois tipos de medida podem fazer-se presentes nesta fase: a coleta e a busca.

A coleta é a obtenção de conhecimentos e/ou dados disponíveis.

A busca é a obtenção de dados não disponíveis.

Por disponível entende-se o fato de o conhecimento e/ou o da de serem de livre acesso a quem procura obtê-los.

A reunião pode ser esquematizada do seguinte modo:

- Consulta aos arquivos;
- Pesquisa;
- Acionamento do Elemento de Busca;
- Ligações com órgãos congêneres.

Esses procedimentos não obedecem necessariamente à seqüência exposta.

Alguns critérios são observados no sentido de determinar a seqüência ideal para cada caso. São estes critérios:

- Partir de procedimentos mais simples para aqueles mais complexos;
- Partir de procedimentos de menor custo para outros mais dispendiosos;
- Partir de procedimentos de nenhum ou pouco risco (para o profissional de Inteligência, para o órgão e mesmo para o governo e para o país) para procedimento

mais arriscados;

- Esgotar, na medida do possível, a capacidade de reunião do próprio Órgão de Inteligência antes de recorrer a órgãos congêneres.

Não há, dentre os critérios apresentados, qualquer um que se sobreponha aos demais em importância. No julgamento da seqüência de procedimentos que adotará na reunião, o profissional de Inteligência deverá levar em consideração, além dos critérios em si mesmos, esta nuance que os reveste. Além disso, fatores como urgência na produção do conhecimento, amplitude do assunto tratado, grau de sigilo etc.... poderão também influenciar a determinação de seqüência dos procedimentos a serem adotados na reunião.

a. Consulta aos arquivos

Este procedimento consiste em procurar nos arquivos do órgão a que pertence o profissional de Inteligência conhecimentos e/ou dados que interessem ao trabalho.

b. Pesquisa

A pesquisa consiste em realizar contatos com pessoas, estudos em bibliotecas, ligações formais e/ou informais com organizações estranhas à Atividades de Inteligência; participar de eventos de interesse etc....

A pesquisa requer certos comportamentos e atitudes, como curiosidade, imaginação, diligência. O profissional de Inteligência deve procurar utilizar os meios possíveis, ou seja, sair a campo, e não simplesmente esperar que as respostas que deseja obter cheguem até ele.

Com resultado da pesquisa, o profissional de Inteligência reunirá exclusivamente dados, quaisquer que sejam a forma, a profundidade ou a característica que possam ter.

c. Acionamento do Elemento de Busca

Este procedimento consiste em acionar a fração de busca do Órgão de Inteligência.

Em decorrência, a fração de busca obterá dados, os quais serão normalmente transformados em conhecimento.

d. Ligação com órgão congêneres

Este procedimento consiste em solicitar o apoio de órgão congêneres para obtenção de conhecimentos ou dados que interessem ao trabalho em elaboração.

3.6 FASE DA ANÁLISE E SÍNTESE

A fase da análise e síntese abrange os seguinte procedimentos:

- Determinação do valor dos conhecimentos e/ou dados reunidos; e
- Integração.

1) Determinação do valor dos conhecimentos e/ou dados reunidos

Este procedimento compreende a verificação da pertinência e da credibilidade dos conhecimentos e/ou dados reunidos.

A verificação da pertinência é realizada estudando-se o interesse dos conhecimentos e/ou dados reunidos para o trabalho.

Este estudo é iniciado por um exame preliminar dos relacionamento dos conhecimentos e/ou dados com o assunto, objeto do trabalho em execução, esgota-se

pela decomposição de cada um destes conhecimentos e/ou dados em frações significativas, isto é, frações que tenham relação com os aspectos essenciais determinados na fase do planejamento.

Por vezes, partes dos conhecimentos e/ou dados reunidos são considerados de utilidade para o trabalho em andamento, embora não tenha correspondência com qualquer aspecto essencial levantado no planejamento. No caso, o rol de aspectos essenciais deve ser alterado por meio da inclusão de novos aspectos do assunto.

A verificação da credibilidade é inicialmente realizada através:

- de um estudo das frações significativas contidas nos conhecimentos reunidos;
- de um trabalho de julgamento das fontes e dos conteúdos dos dados obtidos.

Sua consolidação é feita comparando-se as frações significativas entre se e com o que o elaborador do trabalho sabe sobre o assunto.

Ao final do procedimento de determinação do valor dos conhecimento, e/ou dados reunidos, será obtida uma série de frações significativas devidamente verificadas em credibilidade.

Esse resultado poderá ensejar novas medidas de reunião, se julgado que certas funções significativas têm credibilidade insuficiente para serem aproveitadas.

2) Integração

O procedimento em questão resume-se em montar um conjunto coerente e ordenado com base nas frações significativas já devidamente trabalhadas.

Para a montagem de um conjunto coerente e ordenado, é de valia a observância do rol de aspectos essenciais determinado no planejamento e, eventualmente, reajustado na etapa anterior. Uma vez que, no planejamento, os aspectos essenciais foram distinguidos, em seu conjunto, como um arcabouço do conhecimento em produção, suficientes para atender à necessidade do usuário especificada quando do planejamento, constituem eles uma orientação a ser observada na integração.

No caso de produção do conhecimento informe, a fase que se segue, interpretação, é suprimida, passando-se, diretamente, para a fase da formalização e difusão.

3.7 FASE DA INTERPRETAÇÃO

Para o significado final a interpretação é a fase de produção do conhecimento em que o profissional de Inteligência esclarece o significado final do assunto tratado.

Relembre-se que a metodologia de produção do conhecimento não é composta por fases e procedimentos ordenados e com limites precisos. Esta assertiva é particularmente válida para a fase da interpretação, em que os procedimentos desenvolvidos se interpretam de tal forma que qualquer tentativa de ordenação e delimitação se torna difícil. Deste modo, a seqüência apresentada somente é cabível para fins de explicação destes procedimentos (delineamento de trajetória, estudo dos fatores

de influência e significado final).

Nos casos de pouca complexidade, não são necessariamente cumpridos todos os procedimentos da interpretação. Assim, é possível passar diretamente da integração para o significado final.

a. Delineamento de trajetória

Este procedimento nada mais é do que o encadeamento sistemático, com base na integração, de aspectos relacionados com o assunto, objeto do trabalho em execução. Integra, pois, todos elementos fundamentais, dentro de uma cadeia de causa e efeito, definindo, desta forma, o delineamento da trajetória do assunto. Os limites a serem considerados para o estabelecimento da trajetória são o início da faixa de tempo identificada no planejamento e determinado ponto do passado ou do presente.

Em certas circunstâncias, o procedimento em causa pressupõe a observância, pelo profissional de Inteligência, de técnicas acessórias para a identificação, especificação e interpretação de continuidade, descontinuidades e de correlações entre os fenômenos que formam uma cadeia de causalidade. O emprego dessas técnicas varia, naturalmente, com a complexidade do assunto.

Em algumas ocasiões, o delineamento de trajetória significa praticamente o término do trabalho, restando transmiti-lo ao usuário. São os casos em que o conhecimento se limita a traduzir o comportamento de uma situação em determinado período no passado ou em que se estenda desse passado até o presente.

Em outras circunstâncias, pode ser apenas parte do significado da situação em estudo. Nestes casos, é impositivo interpretar, também, outros aspectos da situação, de modo que se torne possível compreendê-la.

Finalmente, o delineamento de trajetória se presta, ainda, para substituir a execução de novos procedimentos. Isto ocorre quando o conhecimento que está sendo produzido tem por objetivo traduzir a provável evolução de um fato ou de uma situação até determinado ponto futuro.

b. Estudo dos fatores de influência

Este procedimento consiste em identificar e ponderar os:

- fatores que modelaram a trajetória da situação e que não possuam potencialidade para influenciá-las no futuro;
- fatores que modelaram a trajetória da situação e que possuam potencialidade para influenciá-la no futuro;
- fatores que, embora não presentes na situação estudada, dela sejam inferidos como virtualmente integrados nos desdobramentos desta situação no futuro;
- fatores eventualmente impostos pelo usuário como pressupostos a serem considerados necessariamente integrados nos desdobramentos da situação no futuro.

Os fatores de influência são, na maioria das vezes, encontrados na própria integração e identificados dinamicamente no delineamento de trajetória da situação. Algumas vezes, são inferidos a partir de evidências contidas na integração. Em outras oportunidades, devem ser, ainda, admitidos no estudo como imposições do usuário.

A identificação e a ponderação dos fatores de influência ocorrem simultaneamente, pois são procedimentos inter-relacionados e interdependentes.

A ponderação (considerada em separado para fins de explicação) compreende o estudo dos seguintes aspectos de um fator de influência:

- variação em frequência; e
- variação em intensidade.

A variação em frequência é aferida verificando-se o comportamento do fator, no que diz respeito as suas presenças, durante o período de tempo em que se delineou a trajetória do assunto estudado. Quando se trata da análise do comportamento futuro, é avaliada, ainda, a capacidade de o fator permanecer influenciando, contínua ou intermitentemente, os desdobramentos da situação no futuro.

Quanto ao aspecto da variação em intensidade, verifica-se o comportamento do fator no que se refere às oscilações da força de sua influência no delineamento da trajetória do assunto estudado. Em casos de trabalhos prospectivos (admitido o pressuposto de que o fator, de algum modo, permanecerá influenciando os desdobramentos da situação no futuro), a variação em intensidade é ponderada, também, avaliando-se a força que exercerá nos desdobramentos da situação no futuro.

No que se refere aos fatores inferidos e aos fatores impostos, a ponderação dos aspectos das variações em frequência e intensidade é feita mediante avaliações dos comportamentos que terão nos desdobramentos da situação no futuro, bem como da força que neles exercerão.

Não há regras precisas para o desenvolvimento do estudo dos fatores de influência; contudo, o profissional de Inteligência deve valer-se de técnicas acessórias adequadas para cada caso.

c. Significado final

Nesse momento, os resultados dos procedimentos anteriormente executados são revistos. Admitidos em conjunto, podem, assumir novas configurações.

A rigor, quando o profissional de Inteligência chega a este ponto da fase da interpretação, já tem sua mente, pelo menos, um esboço da solução do problema em estudo. Para tanto, contribuíram:

- O seu gradativo acesso aos elementos do problema em estudo;
- As naturais operações de associação dos elementos, que sua inteligência, espontaneamente, realizou, quando da execução dos procedimentos anteriores.
- Assim, o significado final será muito mais um procedimento de aperfeiçoamento do esboço, do que um procedimento integral do significado do problema em questão.

Os procedimentos desenvolvidos na fase da interpretação constituem essencialmente operações de raciocínio. Estes procedimentos tendem a crescer em complexidade, na medida em que se evolui na execução desta fase.

A evolução conduz a dois tipos de situação: interpretação de fato ou situação passadas e/ou presentes; e interpretação voltada para o futuro.

1) Interpretação de fato ou situação passados e/ou presentes

Conforme mencionado, a interpretação de uma situação estudada poderá construir o próprio delineamento de trajetória experimentado por esta situação em um período considerado. Neste caso, o trabalho de produção do conhecimento está praticamente encerrado, restando apenas formalizá-lo e difundi-lo para o usuário. Há ocasiões, no entanto, em que a interpretação pode representar outros aspectos da situação estudada, considerando ou não o delineamento de trajetória.

Nas situações acima relatadas, são produzidos conhecimentos dos tipos Informação e Apreciação.

2) Interpretação voltada para o futuro

Nesta circunstância, o profissional de Inteligência faz uma associação do estudo dos fatores de influência com o estudo da trajetória, visando a formar a base que sustentará, num segundo passo, a conclusão do raciocínio. Na associação, os elementos são considerados de forma diferenciada, de acordo com as peculiaridades e o valor de cada um, no âmbito do problema em estudo. Por meio de operações de raciocínio, atribui-se um significado para todo o conjunto, quando são definidas as relações entre os diferentes elementos e, ainda, a consistência de cada uma delas. As técnicas acessórias são recursos valiosos para o desenvolvimento desta etapa do trabalho.

A partir dessa base, procede-se ao estabelecimento de hipótese ou hipóteses de desdobramento da situação estudada. Este procedimento não consiste, necessariamente, em determinar meros prolongamentos lineares da trajetória da situação, mas em realizar extrapolações que traduzem a evolução provável de uma situação, sob a influência de fatores modeladores que, no futuro, não serão forçosamente os mesmos do passado e do presente, e se o forem, não terão obrigatoriamente idêntico comportamento. Por essa razão, o trabalho de extrapolação é sempre feito em nível de probabilidade,

precisamente explicada, podendo ser hierarquizado em suas opções.

São oportunidades em que se produzem conhecimentos do tipo Estimativa.

3.8 FASE DA FORMALIZAÇÃO E DIFUSÃO

É a fase na qual se dá a forma final ao conhecimento que está sendo produzido e se realiza sua expedição ao(s) usuário(s).

a. Formalização

Nesta fase, formaliza-se o conhecimento para que seja difundido ao usuário.

A formalização admite as seguintes opções:

- mediante a redação de um documento de Inteligência (opção preferencial);
- mentalmente para, quando necessário, transmitir, de forma oral, o conhecimento.

Qualquer que seja a opção a adotada, é indispensável que a formalização contenha todos os elementos necessários ao atendimento e à utilização do conhecimento pelo usuário.

A formalização inclui também a definição dos seguintes aspectos:

- a existência de outros usuários, uma vez que podem ocorrer casos em que o conhecimento, embora inicialmente orientado par atender ao usuário identificado no planejamento, passa a ser interesse para outros usuários.

- o grau de sigilo, de acordo com os preceitos do Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos (RSAS):

- o meio de comunicação a ser utilizado, de acordo com as especificações do RSAS e com normas complementares eventualmente adotadas pelo Órgão de Inteligência.

b. Difusão

Consiste na remessa do conhecimento, formalizado da maneira descrita na letra a anterior, para o(s) usuário(s).

3.9 ESQUEMATIZAÇÃO

A metodologia para a produção do conhecimento apresentada pode ser esquematizada da seguinte forma:

METODOLOGIA PARA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO				
Planejamento	Reunião	Análise e Interpretação	Interpretação	Formalização e Difusão
Assunto	Arquivos	Valor	Trajetória	Formalização
Faixa de Tempo	Pesquisa		Fatores de Influência	Difusão
Usuário	Elemento de Busca	*Pertinência	* Identificação	
Finalidade	Órgãos Congêneres	*Credibilidade	* Ponderação	
Prazo		Integração	Significado Final	
Aspectos Essenciais			*Passado e/ou Presente	
*Conhecidos				
*A conhecer				

Fonte: Doutrina de Inteligência – Secretaria de Assuntos Estratégicos

3.10 AVALIAÇÃO DE DADOS:

É o processo a que se submetidos os dados de interesse para o exercício da atividade.

Tem por objetivo aferir a credibilidade que pode ser atribuída a um dado.

a. Fontes de dados

Para fins práticos de avaliação, tem-se como fontes as pessoas, as organizações ou os documentos dos quais se obtém um dado:

- pessoas como fonte: são as autoras do dado, por terem percebido, memorizado e descrito um fato ou uma situação.

- organizações como fonte: são aquelas que detém a responsabilidade pelo dado, por tê-lo veiculado, tendo em vista a impossibilidade de se identificar o autor (pessoa) do mesmo.

- documento como fonte: são aqueles que expressam dado, mas não contêm indicações que permitam a identificação do autor ou de uma organização responsável pelo mesmo.

b. Pontos de Interesse

Na avaliação, uma das preocupações do profissional de Inteligência deve ser a definição do ponto de interesse do dado. Isto significa determinar qual o ponto do conteúdo de um dado recebido que interessa efetivamente ao Órgão de Inteligência para desempenho da sua atividade em determinado caso.

c. Técnica de Avaliação de Dados

A técnica de avaliação de dados compreende os julgamentos da fonte e do conteúdo, com a conseqüente determinação da credibilidade do dado.

1) Julgamento de fonte

- O julgamento da fonte é realizado com a finalidade de se estabelecer o grau de idoneidade dessa fonte. No julgamento, a fonte é considerada sob três aspectos:

- Autenticidade, confiança e competência.

Sob o aspecto da autenticidade, procura-se primeiro verificar se o dado provém realmente da fonte presumida. Este trabalho é desenvolvido através do estudo das particularidade e dos eventuais indicativos que permitam caracterizar a fonte. A seguir, verifica-se se foi nela que o dado foi gravado. Cuidados especiais são observados para distinguir fonte de canal de transmissão (fonte primária de fonte secundária), já que, muitas vezes, surge, entre a fonte e o avaliador, a figura do intermediário do dado. Esse intermediário é considerado como canal de transmissão e não deve ser confundido com a fonte do dado, embora tenha que ser submetido aos mesmos critérios de avaliação de fonte primária.

Sob o aspecto confiança, entre outros, são considerados os seguintes indicadores que a ela se relacionam:

- antecedentes (criminal, político, de lealdade, de honestidade etc.);
- padrão de vida compatível ou não com o seu poder aquisitivo;
- contribuição já prestada ao Órgão de Inteligência (precisão de dados etc.);

- motivação (pagamento, patriotismo, ideologia, interesse pessoal, vingança etc.).

Sob o aspecto da competência, a fonte é julgada levando-se em conta, essencialmente, os seguintes indicadores:

- habilitação; e
- condições de obtenção do dado.

O primeiro indicador diz respeito aos atributos pessoais da fonte presumida para perceber, memorizar e descrever especificamente o fato ou a situação objeto do dado. A fonte é, portanto, julgada com base no estudo de sua capacidade pessoal para perceber o fato ou a situação.

O segundo se refere à possibilidade de fonte (pôr si mesma) perceber o fato ou a situação que descreve.

Ressalta-se que os indicadores aqui relacionados são mais adequados para o julgamento de pessoas como fonte e podem ser adaptados para o julgamento de organizações como fonte. Porém, na eventualidade de se ter que julgar um documento como fonte de dados, o profissional de Inteligência terá que se valer de outros indicadores e técnicas especiais.

2) Julgamento do conteúdo

O julgamento do conteúdo considera o dado sob os aspectos de: coerência, compatibilidade e semelhança .

A coerência em determinar se o dado em julgamento não apresenta contradições em seu conteúdo; busca-se assim, verificar a harmonia interna do dado, o

seu encadeamento lógico.

A compatibilidade é aferida estabelecendo-se o relacionamento do dado com o que se sabe sobre o fato ou a situação que é objeto do mesmo; procura-se, deste modo, examinar o grau de harmonia com que o dado se relaciona com os outros dados conhecidos anteriormente.

A semelhança consiste em verificar se há outro dado, oriundo de fonte diferente, cujo conteúdo esteja conforme com o do dado em julgamento.

3) Determinação da credibilidade do dado

Após julgamento a fonte e o conteúdo, o profissional de Inteligência terá condições de determinar a credibilidade do dado.

A credibilidade das frações que compõem o conhecimento será traduzida, quando de sua formalização, através de recursos de linguagem que expressam o estado de certeza ou de opinião do profissional de Inteligência.

Segue-se um quadro-resumo contendo os indicadores a serem observados quando do julgamento da fonte e do conteúdo dos dados.

ASPECTO	PERGUNTA-SE	VERIFICAM-SE
AUTENTICIDADE	O dado provém realmente da fonte presumida? Foi nela que o dado foi gerado?	Particularidade e indicativos que permitam caracterizar a fonte. - Circunstâncias que permitam distinguir fonte de canal de transmissão
CONFIANÇA	Quem é a fonte Qual é o interesse da fonte em fornecer o dado?	Antecedentes (criminal, político, de lealdade, de honestidade, etc.) Compatibilidade do padrão de vida com o poder aquisitivo. Contribuição já prestada ao Órgão (precisão dos dados, etc.) Motivação (pagamento, ideologia, interesse pessoal, vingança, ciúme, etc.)
COMPETÊNCIA	A fonte está habilitada a perceber, memorizar e descrever o objeto do dado? Quais as condições de obtenção do dado?	Atributos pessoais, profissionais e técnicos da fonte Indicadores sobre a possibilidade de observação do fato (data, hora, local, etc.)
COERÊNCIA	O dado em julgamento apresenta contradição lógica?	A harmonia interna do dado. O encadeamento lógico do dado
COMPATIBILIDADE	O dado se harmoniza com outros dados conhecidos?	O relacionamento do dado com o que se sabe sobre o fato ou situação que é objeto do mesmo. O grau de harmonia.
SEMELHANÇA	Há outro dado, de fonte diferente, cujo conteúdo seja semelhante ao dado em julgamento?	A existência de dados semelhantes gerados em outra fonte Conformidade entre o dado em julgamento e o da outra fonte.

Fonte: Doutrina de Inteligência – Secretaria de Assuntos Estratégicos

CAPÍTULO IV

CONTRA-INTELIGÊNCIA

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente capítulo, complementando as noções expostas no capítulo 3, explicitará os procedimentos e as medidas voltadas para as ações de salvaguarda. Desta forma, serão abordados, genericamente, diversos aspectos que envolvem a Proteção ao Conhecimento, a Contra-Espionagem, o Contraterrorismo e a Contrapropaganda.

2. PROTEÇÃO AO CONHECIMENTO

A Proteção ao Conhecimento é implementada por meio de ações de salvaguarda voltadas objetivamente para proteger conhecimentos e/ou dados sigilosos oriundos da estrutura de inteligência ou por ela manuseados ou custodiados, e para proteger dados sigilosos, gerados ou custodiados por outras entidades nacionais, públicas ou privadas.

Em última análise, tais ações resultam na aplicação correta das medidas de Segurança Orgânica no âmbito de cada entidade custodiante.

As medidas de Segurança Orgânica agrupam-se em segmentos, a seguir discriminados.

2.1 SEGURANÇA DO PESSOAL

Compreende um conjunto de medidas objetivamente voltadas para os recursos humanos, no sentido de assegurar comportamentos adequados à salvaguarda de conhecimentos e/ou de dados sigilosos.

As medidas de segurança do pessoal têm por finalidade, particularmente, prevenir e obstruir as ações adversas de infiltração, recrutamento e entrevista, que possam ser utilizadas em decorrência de falhas no processo seletivo e no acompanhamento funcional dos servidores.

A implementação das medidas de segurança do pessoal ocorre paralelamente ao desenvolvimento do processo de gerenciamento dos recursos humanos, que envolve etapas que vão do ingresso ao desligamento das pessoas.

A segurança do pessoal abrangerá, ainda, providências relativas à proteção física de indivíduos detentores de conhecimentos e de dados sigilosos que, em função de sua natureza, requeiram excepcionais providências.

2.2 SEGURANÇA DA DOCUMENTAÇÃO E DO MATERIAL

Compreende um conjunto de medidas objetivamente voltado para os documentos e materiais, no sentido de salvaguardar os conhecimentos e dados sigilosos neles contidos.

Os documentos e materiais, ao constituírem suportes mais comuns desses conhecimentos e dados, tornam-se alvos permanentes de ações adversas, em particular da sabotagem.

Nesse caso particular, as medidas de segurança da documentação e do material visam a fazer frente às ações adversas efetivadas por meio de furto ou que explorem técnicas especializadas, tais como fotografia e memorização. Merecem destaque, também, as ações adversas que objetivam destruir ou adulterar o documento ou material sigiloso, impedindo o correto aproveitamento de seu conteúdo.

As medidas de segurança da documentação e do material visam, portanto, a fazer frente a estas ameaças. No Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos (RSAS), estão previstos os procedimentos fundamentais para a segurança da documentação e do material; no entanto, tais procedimentos devem ser adaptados ou complementados para atender às peculiaridades de cada organização.

De um modo geral, os documentos e materiais sigilosos têm um ciclo que pode ser desdobrado nas seguintes etapas: produção, classificação, marcação, controle de entrada, manuseio, arquivamento e destruição.

2.3 SEGURANÇA DAS COMUNICAÇÕES

Compreende um conjunto de medidas objetivamente voltado para as comunicações, no sentido de salvaguardar conhecimentos e/ou dados sigilosos que trafegam pelos vários meios.

É freqüente a busca de conhecimentos e de dados sigilosos através de ações desenvolvidas no âmbito das comunicações. Essa prática implementa-se por meio de um trabalho inicial de interceptação, complementando por análises simultâneas ou não dos meios de comunicação envolvidos, do fluxo de mensagens entre os correspondentes e do conteúdo dessas mensagens. Em suma, a busca adversa de conhecimentos e/ou dados sigilosos através das comunicações exige, além da capacidade de interceptar, a competência para desenvolver a análise de transmissão, a análise de tráfego e a criptoanálise.

Por último, quando de posse do conhecimento e/ou dado, o interceptador irá utilizá-los com a preocupação de não revelar ao interceptado qualquer indício sobre a violação de seus canais de comunicações, mantendo o aparente estado de segurança do sistema de comunicações.

É assim que, para fazer frente a esta ação adversa, são efetivadas as medidas de segurança das comunicações, que se referem particularmente aos meios de comunicações, ao fluxo das mensagens e ao seu conteúdo.

2.4 SEGURANÇA EM INFORMÁTICA

Compreende um conjunto de medidas objetivamente voltado para a salvaguarda de conhecimentos e/ou dados sigilosos gerados, armazenados e trafegados

através da informática, bem como para a segurança do software e do hardware empregados no seu tratamento.

A segurança, neste caso, não é em si uma disciplina autônoma, mas a aplicação conjunta de diversas disciplinas com o objetivo de evitar a destruição e a manipulação indevida e o acesso não autorizado.

Para enfrentar essas novas ameaças e vulnerabilidades, as disciplinas envolvidas com processamento de dados devem evoluir com o intuito de minimizar os riscos criados pela tecnologia.

Dessa forma, a segurança deve estabelecer normas, nos níveis físico e lógico, que garantam a implementação de medidas destinadas a assegurar a integridade e o sigilo da informação, o controle de acesso e a autenticação de dados e do usuário.

2.5 SEGURANÇA DAS ÁREAS

Compreende um conjunto de medidas objetivamente voltado para os locais onde são elaborados, tratados, manuseados ou guardados conhecimentos e/ou dados sigilosos, com a finalidade de salvaguardá-los impedindo o acesso não autorizado.

É importante dizer que, para a consecução do acesso, o adversário poderá utilizar de ações especializadas que permitam sua entrada nas instalações sem deixar vestígios e, ainda, valer-se de instrumentos ópticos e/ou eletrônicos explorados mesmo à distância.

Poderão, ainda, ocorrer acidentes de qualquer natureza que também desencadeiam o comprometimento. Em consequência, os atos praticados inconscientemente e os fenômenos naturais também devem ser motivo de preocupação da

segurança das áreas.

A implementação dessas medidas exige como providências prévias o cumprimento das prescrições contidas no RSAS referentes à definição, à demarcação, à classificação e à sinalização das áreas.

Para tanto, impõe-se a avaliação das necessidades de segurança das áreas que configuram a organização. Esta providência objetiva definir as áreas a serem preservadas por abrigarem conhecimentos e/ou dados sigilosos (áreas sigilosas) ou por serem consideradas vitais para o pleno funcionamento da organização (áreas restritas).

As necessidades de segurança das áreas sigilosas dependem dos diferentes graus de sigilo, e as necessidades das áreas restritas derivarão dos níveis de importância de cada uma delas.

Na avaliação das necessidades de segurança, devem ser levados em conta, também, fatores de origem externa, tais como localização, conjuntura política, etc.

3. CONTRA-ESPIONAGEM

A Contra-espionagem tem sua atenção centrada nas ações adversas de busca de conhecimentos e/ou dados sigilosos.

Com vistas a identificar e a neutralizar as citadas ações, são implementadas medidas específicas, a saber.

3.1 LIGAÇÃO COM SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA DE OUTRAS ORGANIZAÇÕES

Visa ao intercâmbio de aspectos a respeito de estruturas, objetivos, formas de atuação e integrantes de serviços de inteligência e de outros organismos adversos e ainda de elementos adversos independentes.

As ligações, por serem importantes, e por envolverem profissionais de inteligência de serviços de outras organizações, devem ser centralizadas pela contra-espionagem. O produto do intercâmbio poderá, muitas vezes, beneficiar também outros aspectos da Atividade de Inteligência, tais como:

- produção de outros conhecimentos de interesse para o órgão de inteligência.
- Aperfeiçoamento do pessoal orgânico através de visitas, cursos e estágios.

3.2 CONTROLE DAS COMUNICAÇÕES

É exercido através do acompanhamento sistemático e permanente das telecomunicações, dos serviços postais e de outros meios de comunicação social.

O controle proporciona dois tipos de resultados:

- primeiro, possibilita a detecção de ações de espionagem a partir do uso de comunicações pelo pessoal adverso;
- segundo, propicia a detecção dessas ações, a partir do posicionamento público (discurso, entrevista, nota oficial etc.) de outro centro de decisão (governo etc.) cujo conteúdo revele o acesso não autorizado ou o interesse potencial por conhecimentos

e/ou dados que devam ser protegidos pelo Estado.

- Para o primeiro resultado, o controle deve ser planejado a contar com o trabalho de profissionais especializados em criptoanálise, pois podem ser captados mensagens cifradas e/ou codificadas, ou, ainda, dissimuladas em textos normais .

- Para o segundo resultado, torna-se fundamental que os profissionais de inteligência, responsáveis pelo exercício deste controle, sejam conhecedores das técnicas adequadas.

Em decorrência deste controle, podem, ainda, ser obtidos dados que possibilitem a produção de outros conhecimentos de interesse do órgão.

Essa peculiaridade do controle das comunicações caracteriza a íntima ligação entre os dois segmentos da Atividade – Inteligência e Contra-inteligência – pois, ao mesmo tempo que serve à finalidade de salvaguardar conhecimentos, oferece subsídios a setores que têm por finalidade precípua a produção de conhecimentos.

3.3 ESTABELECIMENTO DE REDE DE INFORMANTES

Consiste em formar uma rede com pessoas recrutadas operacionalmente em organizações passíveis de ser alvo de ações de espionagem com vistas a detectar estas mesmas ações quando desenvolvidas. Podem, ainda, ser recrutadas pessoas que, por suas atividades, tenham alguma relação com o crime organizado.

Nesse particular, denota-se a íntima ligação entre esta medida e a que trata do controle de estrangeiros, pois têm, entre si, sentido de complementação, unindo a produção de conhecimentos à execução de operações. Tal medida implementa-se, portanto, através da aplicação de técnicas especializadas.

3.4 INFILTRAÇÃO DE AGENTE

Pode ser feita de duas formas. A primeira, colocando-se o agente em organizações passíveis de se constituir alvos de ações de espionagem; o objetivo principal, neste caso, é a detecção de investidas. A segunda, colocando o agente no sistema operativo da espionagem; neste caso, a infiltração visa basicamente a neutralizar a ação adversa.

Essa medida implica, também, a utilização de técnicas especializadas.

4. CONTRATERRORISMO

O Contraterrorismo, por sua vez, tem sua atenção voltada para fazer frente às ações adversas de natureza política que possam vir a ser perpetradas, por mecanismos violentos, contra pessoas ou instalações.

As medidas de Contraterrorismo guardam similitude com as medidas de Contra-espionagem, sofrendo, na sua aplicação, as adaptações que se fizerem concernentes em cada caso.

5. CONTRAPROPAGANDA

A Contrapropaganda tem seu esforço direcionado para a identificação e a neutralização de Propaganda Adversa disseminadas através dos diversos meios de comunicação social, merecendo, portanto, um trabalho sistemático de acompanhamento desses meios para permitir uma oportuna e adequada resposta.

CAPÍTULO V

CARACTERÍSTICAS DO PROFISSIONAL DE INTELIGÊNCIA

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No mundo moderno, apesar da alta tecnologia, necessitamos de um profissional de inteligência, especializado, para atuar em áreas onde possa desempenhar um papel exclusivo, a exemplo da previsão de eventos provocados por transtornos na opinião pública, tais como: as animosidades públicas dirigidas contra um governo ou aumentos de criminalidade impelidos por fatores sociais ou econômicos. É imprescindível, também, na obtenção do dado negado através da técnica de recrutamento operacional ou dos meios humanos. Em nosso caso, também temos uma divisão dedicada à análise, que é importante tanto para o embasamento teórico quanto para a experiência prática.

A inteligência é a principal matéria-prima de toda empresa e a mais

valerosa mercadoria do planeta. Ela é a única coisa capaz de transformar problemas em soluções e oportunidades em realizações.

2. TÉCNICAS OPERACIONAIS E SEUS RESPECTIVOS CONCEITOS

1) Recrutamento Operacional

Convencer ou persuadir um elemento a trabalhar, consciente ou inconsciente, em proveito de um Órgão de Inteligência.

O recrutamento possui as seguintes fases:

Assinalação – É a fase que consiste em levantar nomes de pessoas que tenham acesso, real e/ou potencial a dados de interesse ao órgão de inteligência, ou que possam vir a cooperar na execução de operações de inteligência.

Investigação – Fase que consiste num levantamento, o mais completo possível, sobre os alvos assinalados.

Seleção – Fase na qual o recrutador decidirá pelo recrutamento ou escolherá o melhor alvo a ser recrutado, na hipótese de mais de um investigado.

Aproximação - Fase na qual o recrutador, valendo-se dos conhecimentos adquiridos sobre o alvo, iniciará um relacionamento pessoal com o mesmo.

Abordagem – É a fase na qual o recrutador colocará a sua intenção em termos claros ao alvo.

Treinamento – É a fase que consiste em preparar o recrutado para desempenhar suas tarefas de forma segura e eficaz.

Utilização – É a fase na qual o recrutado passará a trabalhar em benefício

do órgão de inteligência.

Dispensa – É a fase na qual o recrutado deixará de trabalhar em benefício do órgão de inteligência.

2) Infiltração

É a introdução de pessoal de busca orgânica ou não, no objetivo da ação de busca.

3) Vigilância

É a técnica de busca que consiste em manter sob observação objetos, pessoas, áreas e instalações. A Vigilância é classificada quanto ao grau de sigilo em Ostensiva (de controle e de provocação) e Sigilosa. Quanto à forma, em Fixa (a coberto e a descoberto) e o Móvel (a pé e transportada).

A vigilância tem por finalidade:

- identificar alvos, averiguar suas atividades e contatos;
- localizar e/ou controlar alvos;
- identificar meios de comunicações utilizados pelos alvos;
- provocar reações dos alvos;
- observar atividades de rotinas e/ou áreas;
- confirmar dados;
- verificar lealdade de agentes recrutados.

Cuidados na execução da vigilância:

- dividir a área em setores na carta;
- evitar contato diretos com o alvo;
- evitar a vontade de obter todos os dados de uma única vez;

- ficar atento para as desconfianças do alvo;
- obedecer ao planejamento do encarregado de caso;
- preocupar-se com o pedido da missão;
- agir com iniciativa sem precipitação;
- atentar para as modificações ocorridas no ambiente;
- preocupar-se com a segurança não operacional.

Decálogo do vigilante:

- não encarar o alvo;
- não se comportar de maneira suspeita;
- não se esconder;
- não correr sem necessidade;
- não esquecer as distâncias convenientes;
- não se distrair;
- não usar disfarces exagerados ou anormais.

4) Reconhecimento

É a identificação de áreas, instalações ou pessoas, com o objetivo de obter dados que irão influir no planejamento e na execução das ações de busca.

5) Estória-Cobertura

É um complexo de enredos, argumentações, fachadas e documentos utilizados nas ações de busca.

6) Entrevista

Uma conversa mantida com propósitos definidos, planejada e controlada pelo entrevistador. Suas finalidades são: colher dados, fornecer dados e mudar comportamento.

Têm como princípios básicos:

- observar ao máximo;
- ouvir com atenção;
- perguntar corretamente;
- registrar adequadamente.

Durante uma entrevista devemos observar ao máximo as reações físicas e psicológicas:

- pulsação acentuada da carótida;
- atividade excessiva do pomo-de-adão;
- secura da boca ou salivação abundante;
- impossibilidade de encarar o entrevistador;
- juras pela veracidade das informações;
- a conhecida alegação de “não me lembro”;
- alegações como, por exemplo, de que tem “um passado sem manchas...”

“é um homem religioso...” “é amante da verdade...” etc.

O controle da entrevista por parte do entrevistador irá depender não só de um planejamento detalhado, mas também de alguns fatores a saber:

- conhecimento do local onde a entrevista será realizada;
- adequação do vocabulário ao entrevistado;
- conhecimento profundo dos assuntos a serem tratados;
- utilização adequada dos dados que dispõe sobre o entrevistado.

Ao entrevistar elaborar corretamente as perguntas:

- iniciar com assuntos agradáveis;
- perguntas de respostas certas;
- facilmente compreensível;
- evitar ambigüidade;
- uma pergunta de cada vez;
- do simples ao complexo;

- evitar sim ou não;
- não induzir.

O registro adequado de uma entrevista permite a verificação e a análise; é um registro permanente, e caso esteja gravando sigilosamente, para não despertar suspeita, o entrevistador deve realizar algumas anotações ostensivas.

7) Observação, Memorização e Descrição

É o ato pelo qual o agente examina minuciosa e atentamente as pessoas e o ambiente que o cercam através da máxima utilização dos sentidos.

Observar é olhar com atenção. Observar operacionalmente implica não só em prestar atenção, mas, sim, em utilizar todos os sentidos, visando captar o maior número de estímulos possível e, concomitantemente, eliminar os fatores que possam interferir durante uma observação.

Dos estímulos captados, 85% são através da visão, 13% através da audição e os 02% encontram-se distribuídos entre o olfato e o tato.

Elementos psicológicos da Observação:

Atenção – Processo psicológico que faz com que se note a presença ou a

existência de um fato.

Percepção – Capacidade de entender, de compreender o fato o qual a atenção foi atraída ou despertada.

Impressão – Capacidade de imprimir no cérebro o fato percebido, podendo, posteriormente, traduzi-lo por palavras.

Memorização – É o conjunto de ações e reações voluntárias e metódicas que tem a finalidade de auxiliar a memória na lembrança dos fatos.

8) Retrato Falado

É a representação de uma pessoa através da ação de um desenhista, da utilização de artifícios técnicos, ou da combinação de ambos, segundo a descrição de seus aspectos físicos gerais, específicos e de seus caracteres distintivos.

9) Fotografia

É a gravação de imagens em emulsão fotossensível através de equipamento adequado de camuflagem ou não, usado nas ações de busca.

10) Disfarce

É a técnica de modificar os traços fisionômicos de uma pessoa, ou mesmo sua aparência física, com a finalidade de dificultar sua identificação.

11) Comunicação Sigilosa

São as transmissões realizadas no decorrer das ações de busca, segundo planos preestabelecidos.

12) Documentoscopia

É o exame pericial de documentos com o objetivo de aferir a

autenticidade, determinar a autoria ou constatar adulterações.

13) Datiloscopia

É um processo de identificação baseado nas impressões digitais.

14) Entrada

É a técnica utilizada nas ações de busca que permite obter dados protegidos por mecanismos de fechamento, sem deixar vestígios.

15) Eletrônica

É a obtenção de dados e/ou observação de um alvo, através da utilização de equipamentos eletrônicos.

16) Cobertura Postal

É a técnica empregada na busca, que visa ao controle da correspondência.

CAPÍTULO VI

ANÁLISE CRÍTICA

1. GENERALIDADES

A atuação da Polícia Militar em tempo de paz, está essencialmente ligada a ações preventivas de caráter permanente e repressivas de caráter episódico, no quadro de Segurança Pública. Em consequência, além da organização, da instituição, do aparelhamento em pessoal e material deverá dispor de um Sistema de Informações (Inteligência), que atenda às necessidades de assessoramento aos diversos níveis de Comando, para os quais devem convergir os conhecimentos necessários à tomada de decisões, tendo em vista o emprego de força Policial-Militar em suas missões específicas e sua integração a outros sistemas de informações, como: (Exército, Secretaria de Assuntos estratégicos e Secretaria de Segurança Pública).

2. ANÁLISE CRÍTICA - PROPRIAMENTE DITA

O serviço de inteligência da Polícia Militar do Estado de Goiás (PM/2) especificamente, ao longo de sua existência, tem sido estigmatizado por grande parte

Monografia
1930 da
1930 da

dos componentes da Corporação devido à atividade desenvolvida por esta seção.

O trabalho desenvolvido está, em grande parte, voltado tão somente para apuração de faltas cometidas por componentes da instituição, o que, em decorrência disto, dado ao corporativismo, criou um serio desgaste tanto para a atividade como para os profissionais que nela realizam seus trabalhos, sendo estes denominados de "fuxiqueiros" ou "fofoqueiros".

Acreditamos que, talvez devido à falta de divulgação da organização, quando do levantamento de atos que desabonavam a imagem de determinado componentes da instituição, o restante da organização cria tais procedimentos como perseguições e não como uma seção que policiava a boa conduta de seus membros, conduta esta que é exigida pela sociedade e cobrada nos regulamentos disciplinares.

Gostaríamos que todo esse estigma fosse discriminado da tropa de nossa organização, levando-se em consideração que a diversificação da atividade criminosas, hoje, faz com que muitos marginais transmitem em diferentes momentos e ações pelo campo de atuação específico. O chamado crime organizado é uma demonstração dessa afirmativa.

Embasado nas propostas elencadas no capítulo VIII, podemos observar que nelas estão contidas, a partir de uma visão estratégica, sugestões no tocante a racionalização e aperfeiçoamento do Sistema de Informações da Polícia Militar (SIPOM) e adequação da doutrina à missão da PMGO e à padronização nacional do sistema de indicadores de segurança pública. No tocante a racionalização, propõem, na concepção estratégica, a partir de análise crítica, a "adequação dos aspectos estruturais e funcionais do SIPOM à conjuntura atual." Para atingir este objetivo sugere a reestruturação do SIPOM, que consiste na reavaliação da estrutura e organização do sistema, redefinindo sua atuação nos níveis estratégico, tático e operacional, capacitando dessa forma aquele setor da PMGO para o desenvolvimento de sua missão precípua: Segurança Pública.

Merece também ser destacada a proposta no sentido de adequar a doutrina de inteligência vigente à missão da corporação, e que por extensão é válida para outras Polícias Militares. Nesta questão trata da "...necessidade de se adotarem estratégias para

R. Por que não reavaliaram o SIPOM as mudanças com bases científicas. @ Adequar a doutrina a missão. Como se faz isso?

que aspectos devo abordar nesse trabalho?

melhor utilização do potencial da área de informações (Inteligência) , objetivando a maximização da efetividade das ações e operações afetas à corporação”. Para atingir tal objetivo , considera importante a revisão doutrinaria que sustenta a atividade de informações vigente na Policia Militar, de forma a ajustá-la à conjuntura nacional e às necessidades atuais de organização. Nesse sentido, elencamos as principais críticas do atual sistema de informações da PM/2 – PMGO:

Def. 150
quadra 1) A atual estrutura da PM /2, não esta em pleno funcionamento, *Com base em que voce faz tal afirmacao?*
 conforme as normas estabelecidas pelo SIPOM, especificamente nas Sub-seções de Segurança Pública, e Defesa Interna, isto está ocorrendo, devido a falta de efetivo e oficial qualificado nas áreas. *qual a sugestão? quantos homens seriam necessários*

2) As Instalações físicas da PM/2 não estão condizentes para o cumprimento de suas atribuições, inclusive deixando a desejar na parte de compartimentação (espaço fisico, sala de escuta e sala de reconhecimento). *ideu?*

3) A Sub-Seção de “Operações e Busca”, devido a sua importância, deveria ser extra-quartel, evitando o contato e reconhecimento por tropas fardadas (Publico Interno). *OK!*

4) Faltas de viaturas e equipamentos modernos (rádios, aparelhos de gravação, filmagem, espionagem e outros), armamentos, material de disfarce (roupas, barbas, bigodes (falsos) etc., para que o trabalho tenha pleno êxito nas missões a cumprir.

5) Em pesquisa realizada na PM/2, verificamos o descaso para com o Serviço de Informações, deixando o sistema para segundo plano.

6) Falta de recursos financeiros (verbas), para as equipes de Operações de buscas, cumprirem suas missões (Estória e Cobertura), devido a isso, são facilmente identificados, pois, a única alternativa para cumprir as suas missões é a chamada “carteirada”.

7) A PM/2 deverá deixar a Corregedoria cumprir os ditames do direito para com o público interno (se for o caso, deixar plantões), bem como deverá preocupar-se mais com a área de Segurança Pública (a qual estar esquecida nos últimos tempos),

buscando assim, combater o crime e o criminoso, como também, assessorando o Serviço Operacional nos levantamentos atinentes a planejamento e Instrução.

8) Maior critério na Seleção de Agentes de Informação, vez que , a maioria não possui qualidade morais, vocação e cultura profissional.

9) Que os levantamentos de dados biográficos (L.D.B), devem ser preenchidos por pessoas qualificadas (P/2 e PM/2), e não por componentes de destacamento, como vem acontecendo.

10) A maioria da comunidade de Informações não possui cursos, bem como, não há uma preocupação na especialização.

11) Constatamos a grande quantidade de expedição de "Identities", concedida a colaboradores e informantes, onde os mesmos, recebe tal documento, simplesmente para fazer uso em benefício próprio, não prestando nenhuma informação ao órgão; sugerimos a redução e que seja adotado critérios e condições no fornecimento desta carteira.

Corradicar, o Assunto de fazer em nenhuma hipótese deve ser identificado sob qualquer nome com tal

Nessa linha de pensamento , a PMGO deverá processar modificações

profundas na estrutura de sua Segunda Seção de Estado-Maior Geral (PM/2), inclusive no que tange a própria designação deste segmento. As ações desenvolvidas pelas Segundas Seções no passado, as quais não cabe avaliar, criaram estigmas da atividade, pejorativamente identificada como algo não tão nobre. Voltadas para a preocupação de atender a demanda no campo da segurança interna , cumprindo exigências da situação política que se apresentava naquele momento, tinha por foco a produção de conhecimentos, prioritariamente, no campo psicossocial. Outro fator marcante, também responsável pelo estigma, foi o fato de muitas PM/2 "terem sido empregadas em assuntos internos, mas de baixo nível, o que rendeu o apelido de "dedos-duros" aqueles que desenvolviam a atividade", marca indelével que , com maior ou com menor intensidade, persiste até hoje.

CAPÍTULO VII

METODOLOGIA

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Nos caminhos percorridos para a realização desta pesquisa buscou-se a consonância com as características do assunto tratado. De caráter eminentemente técnico, a Inteligência Policial tem como peculiaridade o aspecto do sigilo. O Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos (RSAS), dispositivo legal já mencionado, estabelece as regras para o acesso e manuseio a documentos, materiais e locais em que são tratados assuntos que, por sua natureza e especificidade, requerem proteção. O artigo 12º do RSAS prevê que: “Toda e qualquer pessoa que tome conhecimento do assunto sigiloso fica, automaticamente, responsável pela manutenção de seu sigilo”.

Essas particularidades fazem com que o produto desta pesquisa seja de “Circulação Restrita”, devendo ter acesso a ela profissionais que tenham necessidade de conhecer e credencial de segurança adequada para lidar com assuntos relacionados à questão da segurança pública. Tais aspectos limitadores influenciaram nos rumos e condução deste trabalho. Por exemplo, a carência de fontes de pesquisa, tendo ainda como situação a ser considerada o fato de que as poucas fontes existentes estão classificadas sigilosamente, de acordo com o Capítulo II, artigos 3º ao 9º do RSAS. Outras fontes, objeto de entrevistas por parte do grupo, face a fator de segurança, não

puderam ser identificadas, muito embora tenham contribuído com conteúdo, principalmente no referencial teórico.

2. QUESTÕES NORTEADORAS

Visando atender aos objetivos da pesquisa, que estão voltados para o problema, formulou-se as seguintes questões norteadoras:

- A atividade de informação policial no contexto da segurança pública?

- Aplicabilidade da atividade de informações na assessoria do processo decisório nos níveis estratégicos táticos e operacional?

- Doutrina que pode ser sugerida no exercício da atividade de informação na nova realidade político-institucional que norteia a existência das Polícias Militares?

3. DEFINIÇÃO DE TERMOS

É possível que alguns termos aqui utilizados deixem margem a dúvidas quanto ao seu real entendimento ou significado. Desta forma, para que se tenha perfeita clareza na comunicação com o leitor, os termos empregados neste trabalho, abaixo relacionados, têm as seguintes definições:

1) Ação Pública

O policiamento ostensivo é exercido, visando a preservar o interesse geral de segurança pública nas comunidades, resguardando o bem comum em sua maior amplitude.

2) Ação de Presença

É a manifestação que dá à comunidade a sensação de segurança, pela certeza de cobertura policial-militar.

3) Criminalidade Pesada

“Os crimes de maior grau de violência, os chamados, crimes “pesados”, que são praticados por bandidos ditos da “pesada”: Assalto à mão armada, com ou sem reféns; seqüestros, motins e terrorismo.”

4) Local de Risco

É todo local que, por suas características, apresente elevada probabilidade de ocorrência policial militar.

5) Operação Policial Militar

É a conjugação de ações, executada por fração de tropa constituída, que exige planejamento específico.

6) Polícia Militar

É a instituição oficial, hierarquicamente organizado, encarregada da manutenção da ordem pública nos respectivos Estados, Territórios e no Distrito Federal.

7) Patrulhar

É exercer atividade móvel de observação, de fiscalização de proteção, de reconhecimento, ou mesmo, de emprego de força.

8) Tática Policial Militar

É a arte de empregar a tropa em operações policiais-militares que visam a garantir ou restabelecer a Ordem Pública.

9) Terrorismo

Modo de coagir, ameaçar ou influenciar outras pessoas, ou de impor-lhes

a vontade pelo uso sistemático do terror; forma de ação política que combate o poder estabelecido mediante o emprego da violência.

10) Técnica Policial Militar

É o conjunto de métodos e procedimentos usados para a execução eficiente das atividades policiais militares nas ações e operações que visem à manutenção da Ordem Pública.

11) Observação, Memorização e Descrição (OMD)

É a técnica especializada que consiste em observar de forma pormenorizada, memorizar com perfeição e descrever com veracidade.

12) Vigilância Técnica

Consiste no emprego de meios auxiliares – mecânicos, eletro-eletrônicos, óticos, fotográficos, etc. – na busca de dados.

13) Assuntos Internos

Que trata de questões envolvendo Polícias Militares. Também conhecido como Campo Policial Militar e Público Interno.

14) Conhecimento

Materialização de fato ou situação produzida em função de uma atividade de inteligência, elaborado por um órgão de inteligência (OI).

15) Crime

Todo fato típico, antijurídico e culpável, violação dolosa ou culposa da lei penal.

16) Criminalidade

Qualidade de criminoso, grau de crime; história e estatística dos crimes.

17) Criminoso

Que cometeu crime; pertencente ou relativo ao crime; que concebe o crime ou serve para o executar.

18) Dado

Qualquer fato ou situação que não foi objeto de processamento inteligenciado em um órgão de inteligência (OI); matéria-prima para produção do conhecimento.

19) Defesa Nacional

Garantia proporcionada à Nação para conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes.

20) Doutrina

Conjunto de princípios em que se baseia o sistema de inteligência.

21) Estratégia

Planejamento global, de visão externa, “a arte de vencer sem lutar” (SUN TZU); a arte de superar o adversário, sabendo que ele está tentando fazer a mesma coisa em relação a você.

22) Ideologia

Conjunto de idéias ou crenças que reúne grupos de adeptos que se apresentam como normas de ação coletiva; pode atuar tentando mudar ou manter a ação do grupo.

23) Informações

Atividade desenvolvida por um órgão, voltada a produção e salvaguarda de conhecimentos, destinados a assessorar autoridades governamentais no tocante ao planejamento, execução e acompanhamento de suas diretrizes políticas, também

conhecida como inteligência por algumas correntes doutrinárias.

24) Inteligência Policial

Atividade desenvolvida pelo setor competente de uma organização policial, voltada para detecção e acompanhamento da evolução da criminalidade e de outros assuntos de interesse dos respectivos comandos ou chefias, de modo à assessorá-los no planejamento, execução e acompanhamento de suas políticas. Pressupõe a produção de conhecimentos através do exercício de ações sistemáticas e especializadas; também conhecida como informações por algumas correntes doutrinárias.

25) Segurança Pública

Garantia que o Estado proporciona à Nação a fim de assegurar a ordem pública; dever o Estado, direito e responsabilidade de todos; exercício da preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

26) Serviço de Inteligência

Órgão constituído com a finalidade exclusiva de desenvolver a atividade de inteligência.

27) Tática

Planejamento parcial e de visão interna; está relacionada com a análise interna das organizações e a maneira de pensar; decorre do pensamento estratégico; do pensamento tático resultarão as ações operacionais.

4. DELINEAMENTO

A realização de pesquisa pressupõe o caminhar de forma sistematizada na busca de um objetivo. Este trabalho visa, de forma clara, tratar da questão que envolvem

a aplicação da atividade de inteligência policial e apresenta proposta de modernização da PM/2-PMGO. Para tanto, optou-se inicialmente pela abordagem exploratória, tendo em vista que esta aumenta “a familiaridade com o problema, aprimorando as idéias” (Costa, 1992). Ander-Egg in Marconi & Lakatos (1990, p. 15), a respeito da técnica de pesquisa diz que ela consiste no “procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”.

Ainda em relação a caracterização desta pesquisa, ela pode situar-se também como sendo do tipo aplicada, “como o próprio nome indica caracteriza-se por seu interesse prático, isto é, que os resultados sejam aplicados ou utilizados, imediatamente, na solução de problemas que ocorrem na realidade” (Ander-Egg in Marconi & Lakatos op. cit. P. 19). Percorrendo o campo da investigação exploratória para fixar-se no da aplicada, utilizou-se dos instrumentos que possibilitaram chegar-se às respostas adequadas à abordagem qualitativa do tema, com base no que foi procedida a análise e interpretação metodológica dos dados.

5. POPULAÇÃO E AMOSTRA

Foi incluído no universo pesquisado a totalidade das Unidades Operacionais (PMGO), tendo sido enviados vinte e oito questionário aos Chefes das 2ª Seções (P/2) dos quais obteve em tempo hábil para processamento respostas representando 50% deste universo pesquisado.

Optou-se pela escolha dos pesquisados, utilizando-se métodos não probabilísticos, consistindo de “...amostragens em que há uma escolha liberada dos elementos de amostra” (Martins, 1992, p. 33). A intencionalidade da amostragem, ainda segundo o autor, acontece em função do critério adotado. Ela ocorre quando “...é escolhido intencionalmente um grupo de elementos que irão compor a amostra. O investigador se dirige intencionalmente a grupos de elementos dos quais deseja saber a opinião” (Op. cit., p. 34).

6. INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS

As ferramentas empregadas para consolidação e validação da investigação consistiram de:

- Entrevistas semi-estruturadas, realizadas com profissionais da área de inteligência;
- Pesquisa documental através de leis pertinentes e dos anais de seminário ocorrido na Câmara dos Deputados, promovido pela Comissão de Defesa Nacional daquela Casa Legislativa, onde tratou-se da questão relativa à atividade de Inteligência no Brasil;
- Pesquisa bibliográfica;
- Observação direta extensiva, realizada por intermédio de questionários elaborados de forma específica para o fim proposto na investigação.

“O questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com melhor exatidão o que se deseja” (Cervo & Bervian, 1978, p. 106). Os formulados para esta investigação, todos com perguntas abertas tendo em vista a intenção de se obter respostas livres e amplas, teve a vantagem de poder ter sido estendido à totalidade do principal público envolvido na pesquisa: as Unidades Operacionais (PMGO), obtendo-se 50% de respostas, conforme já mencionado.

Os questionários foram elaborados de forma específica para o fim proposto na pesquisa, tinham por fulcro as três grandes questões norteadoras formuladas, em torno das quais orbitam, em última análise, os objetivos centrais da pesquisa. O emprego das ferramentas objetivou angariar-se subsídios que propiciassem a ampliação da compreensão da atividade de Inteligência.

7 TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS

Juntamente com a interpretação, a análise constitui o núcleo central de uma investigação científica (Marconi & Lakatos, 1990, p. 31). Na análise desenvolvida nesta, pretendeu-se evidenciar o relacionamento das respostas obtidas através das

ferramentas aplicadas na coleta de dados, ao fim proposto pela investigação.

Os dados foram tabulados em quadros, onde colocou-se os enfoques centrais das respostas dos questionários. Investigação de cunho eminentemente qualitativa, complexa por sua própria natureza, a análise constitui em buscar-se compreender, interpretar, explicar e especificar o conteúdo dos dados obtidos nos questionários, cruzá-los com os conhecimentos contidos no referencial teórico e, chegar a partir daí ao significado final.

8. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO

A coleta e tabulação de dados obtidos na pesquisa, proporcionam condições para se desenvolver a importante e imprescindível fase de análise e interpretação.

A análise tem como objetivo, organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já, a interpretação tem como objetivo a procura de sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (Gil, 1987, p. 166).

Na análise, as respostas remetidas nos questionários foram decompostas e tabuladas de forma a extrair o núcleo da idéia, permitindo-se cotejar posições dos participantes da pesquisa. Para a interpretação foi associado o conteúdo das respostas aos instrumentos, com os conhecimentos amplos contidos no Referencial Teórico que aglutina elementos históricos, bibliográficos, dispositivos legais e conceitos doutrinários; e muito importante, além desses, reflexões a partir do que se propõe desenvolver nessa pesquisa.

8.1 QUESTÕES NORTEADORAS

A análise e interpretação dos dados será procedida tendo como enfoque central, cada uma das questões norteadoras. Em número de três, e com uma seqüência lógica crescente que parte de fatores genéricos para fatores específicos, a cada questão norteadora estão vinculadas perguntas que, em última instância, visam atender os objetivos propostos, conforme demonstrado a seguir:

QUADRO I

QUESTÃO NORTEADORA Nº 1

<i>Questão norteadora</i>	<i>Perguntas dos Questionários</i>
	Unidades Operacionais da PMGO
A atividade de informação Policial no contexto da segurança pública?	<p>1) A incompreensão do público interno com relação à atividade de Informações, ainda é patente em virtude da cultura do “dedo-duro”, cristalizada ao longo do tempo gerando; “desconfiança”, “desinteresse”, “indignação”, “preconceito”, “antipatia”, etc., diante deste prisma, qual a sua opinião e de seus oficiais, para a mudança da denominação “Serviços de Informações” para a denominação “Serviço de Inteligência Policial” Esta nova denominação já está sendo utilizada por várias policias Militares do Brasil. Inclusive aqueles voltadas exclusivamente para o campo da Segurança Pública, deixando assim, as Corregedorias PM agirem, nos ditames da Lei para com os integrantes do Público Interno (campo policial militar)?</p> <p>2) Como está estruturada a atividade da 2ª Seção - P/2 na sua OPM ?</p> <p>3) Qual a prioridade no desenvolvimento das atividades desenvolvidas pela 2ª Seção de sua OPM?</p> <p>4) Quais os níveis de importância atribuídos à produção de conhecimentos nos campos: Defesa Interna, Segurança Pública e Público Interno (Campo Policial Militar)?</p>

Fonte: Pesquisa de Campo CAO/97

QUADRO II
QUESTÃO NORTEADORA Nº 2

<i>Questão Norteadora</i>	<i>Perguntas dos questionários</i>
<p>Aplicabilidade da atividade de informação na assessoria do processo decisório nos níveis estratégico, tático e operacional?</p>	Unidades Operacionais da PMGO
	<p>5) Os conhecimentos produzidos por essa 2ª Seção são direcionadas para quais setores da Corporação ?</p> <p>6) Os conhecimentos produzidos por essa 2ª seção são utilizados na tomada de decisões pelo comando, nos níveis estratégico, tático e operacional?</p> <p>7) Os conhecimentos produzidos por essa Seção são levados em consideração quando da realização do planejamento do policiamento ostensivo? De que forma ? Qual a sua opinião?</p> <p>8) Essa 2ª Seção possui banco de dados? Em caso positivo, quais os conhecimentos armazenados?</p> <p>9) Qual a sua opinião a respeito da integração nacional, informatizada, dos bancos de dados das 2ª seções das Polícias Militares?</p> <p>10) Quais as principais carências para o desenvolvimento da 2ª seção nas ações no campo da Segurança Pública?</p> <p>11) Quais os conhecimentos produzidos pela 2ª seção de sua OPM, referente ao crime organizado?</p> <p>12) De que forma o público interno reage nas atividades de informação desenvolvidas pela 2ª Seção?</p> <p>13) Em que proporção se dá a demanda para a produção de conhecimentos relacionados a assuntos internos (campo policial militar)?</p> <p>14) Quais as suas sugestões para estruturar o campo policial militar (público interno) nas Organizações Policiais Militares?</p>

Fonte: Pesquisa de Campo CAO/97

QUADRO III
QUESTÃO NORTEADORA Nº 3

<i>Questão Norteadora</i>	<i>Perguntas dos questionários</i>
<p style="text-align: center;">Doutrina que pode ser sugerida no exercício de atividades de informação na nova realidade politico-institucional que norteia a existência das policias Militares?</p>	Unidades Operacionais da PMGO
	<p>15) Qual a origem da doutrina de informações empregada na sua Organização policial Militar?</p> <p>16) Na sua opinião , existe diferença na doutrina a ser aplicada na atividade de inteligência de Segurança Pública e na de Segurança Interna? Qual?</p> <p>17) Como a metodologia aplicada no desenvolvimento das atividades dessa 2ª Seção está contextualizada à missão de atividade de Policial Militar?</p> <p>18) Como sua OPM interpreta a existência da 2ª Seção voltada, exclusivamente, para a detecção, acompanhamento e evolução da criminalidade para accessorar o policiamento ostensivo na preservação da Ordem Publica?</p> <p>19) Essa 2ª Seção (P/2), ao voltar-se totalmente à atividade de inteligência no campo de Segurança Pública , necessita rever quais aspectos doutrinários.?</p> <p>20) Qual a sua sugestão para o desenvolvimento de uma doutrina de inteligência policial voltada para a produção de conhecimento no campo da Segurança Publica ?</p>

Fonte: Pesquisa de Campo CAO/97

8.2 ANÁLISE

O Universo da Pesquisa foi formado pela 2ª seção das Unidades Operacionais da PMGO. Nos questionários enviados, para as OPMS quatorze chegaram a tempo para a tabulação, equivalendo a 50% dos enviados às Unidades Operacionais. Sendo que no total de 28 questionários, retornaram 22, oito foram desprezados, haja vista, falta de vários dados e seis não retornaram até a presente data.

QUADRO IV
QUADRO DEMONSTRATIVO DE DISTRIBUIÇÃO
QUESTÃO NORTEADORA/ PERGUNTAS

<i>PERGUNTAS / QUESTÃO NORTEADORA</i>	<i>PERGUNTAS DOS QUESTIONÁRIOS</i>		
	UNIDADES OPERACIONAIS DA PMGO		
1	1	a	4
2	5	a	14
3	15	a	20

Obs: Segue-se os Quadros de números V e XXIV contendo às sínteses das respostas das Unidades Operacionais da PMGO.

QUADRO V

RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS - OPM

1) Incompreensão do público interno com relação à atividade de informações, ainda é patente em virtude da cultura do “dedo duro”, cristalizada ao longo do tempo gerando “Desconfiança, “desinteresse”, “indignação”, “preconceitos”, “antipatias” etc. Diante deste prisma, qual a sua opinião e de seus oficiais, para a mudança da denominação “SERVIÇO DE INFORMAÇÕES”, para a denominação “SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL”. Esta nova denominação já está sendo utilizada por várias policiais Militares do Brasil. Inclusive aquelas voltadas exclusivamente para o campo da Segurança Pública, deixando assim, as corregedorias PM agirem, nos ditames da Lei para com os integrantes do público interno(campo policial Militar)?

<i>OPM</i>	<i>SÍNTESE DA RESPOSTA</i>
1. PM/2	Não adianta mudar somente a denominação é necessário desenvolver uma atividade voltada para a Segurança Pública, com o tempo esses preconceitos acabam.
2. APM	Mudar o nome para serviço de Inteligência é uma consequência natural, todavia, deve-se, mudar também o campo de atuação.
3. BPMRv	É preciso mudar iniciar uma mudança nessa área, e já poderíamos começar pelo rótulo.
4. BPMChoque	A mudança seria favorável, inclusive pela aceitação da tropa, pois, serviço de Inteligência denota colaboração com toda organização, não somente com apenas setores específicos.
5. 2º BPM	Sim. Entendimento da essência da atividade, torna o termo mais adequado, grande aceitações.
6. 3º BPM	A mudança certamente trará uma nova mentalidade junto ao público interno.
7. 4º BPM	Sou favorável, mesmo porque a atividade de Inteligência hoje desempenhada pelas segundas seções não satisfazem as necessidades.
8. 6º BPM	Sim sou favorável
9. 10º BPM	A mudança é necessária, desde que, haja uma reformulação na estrutura, bem como, sua atuação na área da Segurança Pública.
10. 11º BPM	Concordamos com a mudança da denominação, contudo, a visão do público Interno somente será mudança na área de Segurança

<i>OPM</i>	<i>SÍNTESE DA RESPOSTA</i>
	Pública.
11. 12º BPM	Sim. Sou favorável, desde que, haja mudanças na estruturação do sistema
12. 13º BPM	Sim. Mudar também o modo de agir no campo da Segurança Pública, bem como, modernizar seus métodos de trabalhos e equipar o sistema
13. 4º CIPM	Sim, desde que faça algumas modificações na atual estrutura e principalmente que insere no planejamento uma nova mentalidade do serviço de P/2.
14. 7º CIPM	Sim, porém deverá mudar o atual sistema existente.

Fonte: Questionários CAO/97 - PMGO

QUADRO VI

RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS - OPM

2. Como está estruturada a atividade da 2ª Seção - P/2 na sua OPM?

<i>OPM</i>	<i>SÍNTESE DA RESPOSTA</i>
1. PM/2	Chefia, Sub-Chefia, Sub-Seção de Operações e Buscas – SSOB, Sub Seção de Defesa Interna - SSDI, Sub- Seção de Segurança Pública - SSSP e Sub seção de Contra Informações - SSCI
2. APM	Prejudicada
3. BPMRv	Esta estruturada com 03 equipes de Operações e buscas e (01) uma turma de Expediente
4. BPMChoque	Prejudicada.
5. 2º BPM	Administração e equipes externas dioturnamente.
6. 3º BPM	Serviço Administrativo e com equipe de buscas e operações funcionando diretamente.
7. 4º BPM	Prejudicada.
8. 6º BPM	Uma equipe de expediente administrativa, duas equipes para o serviço externo.
9. 10º BPM	Chefe da 2ª Seção, equipe da Administração, equipe de busca, equipe de informações e contra informações.
10. 11º BPM	Chefe da 2ª Seção, administração e uma equipe para serviço de informações
11. 12º BPM	Prejudicada
12. 13º BPM	Chefia, turma de expediente, turma de busca, turma de informações de Segurança Pública, Defesa interna e Contra - Informações.
13. 4º CIPM	Encontra-se com uma estrutura regular de Funcionamento. E em condições precárias com relação à materiais de equipamentos e principalmente efetivo.
14. 7º CIPM	Ainda não possui uma estrutura definida, face a não existência de sede própria com repartições apropriadas, porém, com previsão do término da nova sede ainda este ano.

Fonte: Pesquisa de Campo CAO / 97 - PMGO

QUADRO VII

RESPOSTA AOS QUESTIONÁRIOS - OPM

3. Qual a prioridade no desenvolvimento das atividades desenvolvidas pela 2ª seção de sua OPM?

<i>OPM</i>	<i>SÍNTESE DA RESPOSTA</i>
1. PM/2	Público Interno.
2. APM	Assessoramento ao comando junto ao corpo docente, discente e administrativo.
3. BPMRv	Público interno e Segurança Pública.
4. BPMChoque	Público Interno.
5. 2º BPM	Público Interno e Segurança Pública.
6. 3º BPM	Campo Policial Militar.
7. 4º BPM	Assessorar o comando e público Interno.
8. 6º BPM	Público Interno.
9. 10º BPM	Serviço Operacional da unidade.
10.11º BPM	Auxiliar o P/3, patrulhamento disciplinar reservado.
11.12º BPM	Público Interno, invasores de terra e possíveis traficantes de drogas.
12.13º BPM	Planejar, coordenar, executar e fiscalizar as atividades de informações e contra-informações.
13. 4º CIPM	Público Interno e levantamentos para o emprego do policiamento na área operacional.
14. 7º CIPM	Prejudicado.

Fonte: Pesquisa de campo CAO/97 - PMGO

QUADRO VIII

RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS - OPM

4) Quais os níveis de Importância atribuídos à produção de conhecimentos nos campos: Defesa Interna, Segurança Pública e Público Interno (Campos Policial Militar)?

<i>OPM</i>	<i>SÍNTESE DA RESPOSTA</i>
1. PM/2	A importância é priorizada de acordo com a análise do cliente, ou seja, do Cmt Geral, CPM, CPI, CMT de OPM, ETC.
2. APM	Defesa Interna, público interno são tratados como prioridades por se tratar de uma Unidade de Ensino.
3. BPMRv	Público Interno e Segurança Pública.
4. BPMChoque	Público Interno, Segurança Pública e Defesa Interna.
5. 2º BPM	Público Interno, Segurança Pública.
6. 3º BPM	Público Interno, Segurança Pública e Defesa Interna.
7. 4º BPM	Público Interno, Segurança Pública e Defesa Interna.
8. 6º BPM	Público Interno, Segurança Pública e Defesa Interna.
9. 10º BPM	Segurança Pública e Público Interno.
10.11º BPM	Defesa Interna e Público Interno.
11.12º BPM	Defesa Interna e Público Interno.
12. 13º BPM	Todas são importantes, bem como, são necessários para desenvolver um bom trabalho de informações.
13. 4º CIPM	Todas são importantes, para termos uma produção de conhecimento, nestes campos, devemos manter um bom relacionamento com todos e principalmente a troca de Informações.
14. 7º CIPM	É dada importância em igual a todos os campos, pela peculiaridade da região.

Fonte: Pesquisa de campo CAO/97- PMGO

QUADRO IX

RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS - OPM

5) Os conhecimentos produzidos pela 2ª Seção de sua OPM, são direcionados para que setores da corporação?

<i>OPM</i>	<i>SÍNTESE DA RESPOSTA</i>
1. PM//2	Comando Geral, CPM, CPI, Corregedoria da PM, OPM (Capital e Interior), GM, outras Policias Militares e outros órgãos de informações.
2. APM	PM/2 e DEIP.
3. BPMRv.	PM/2 e alguns dos Conhecimentos são mensalmente repassados a 3ª Brigada da Inf. Mtz.
4. BPMChoque	CMDO e Agência Central.
5. 2º BPM	PM/2, CPI, GM e Corregedoria.
6. 3º BPM	CPI e PM//2.
7. 4º BPM	PM/2.
8. 6º BPM	Planejamento P/3, CPI, PM/2 e Corregedoria.
9. 10º BPM	PM/2 e P/3.
10. 11º BPM	Planejamento de Operações, Público Interno e Assessoramento ao policiamento Fardado.
11. 12º BPM	PM/2, CPI e CMT Geral.
12. 13º BPM	PM/2, CPI e CMT Geral.
13. 4º CIPM	CMT Geral, CPI e PM/2.
14. 7º CIPM	CPI e PM/2.

Fonte: Pesquisa de campo CAO/97 - PMGO

QUADRO X

RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS - OPM

6) Os conhecimentos produzidos, por essa 2ª Seção, são utilizados na tomada de decisões pelo comando, nos níveis estratégico, Tático e Operacional?

<i>OPM</i>	<i>SÍNTESE DA RESPOSTA</i>
1. PM/2	Sim.
2. APM	Não, por se tratar de uma unidade de ensino.
3. BPMRv	Algumas vezes sim, porém ainda há um distanciamento muito grande entre os vários setores da OPM.
4. BPMChoque	Operacional, as vezes no nível estratégico.
5. 2º BPM	Em todos os níveis.
6. 3º BPM	Sim.
7. 4º BPM	Níveis tático e operacional.
8. 6º BPM	Sim.
9.10º BPM	Sim.
10.11º BPM	Sim, a OPM funciona com uma grande aproximação entre a P/3 e P//2.
11. 12º BPM	Sim, são através destes que as decisões são tomadas, quase que na totalidade, principalmente no nível Operacional.
12. 13º BPM	Sim.
13. 4ª CIPM	Sim. Mas, não com a qualidade que desejamos. Pois, com um melhor incentivo a produção aumentará.
14. 7ª CIPM	Sim.

Fonte: Pesquisa de campo CAO/97 -PMGO

QUADRO XI

RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS - OPM

7) Os conhecimentos produzidos por essa 2ª Seção são levados em consideração quando da realização do planejamento do Policiamento Ostensivo? De que forma? Qual a sua opinião?

<i>OPM</i>	<i>SÍNTESE DA RESPOSTA</i>
1. PM/2	Sim, produzindo informações a respeito das reais necessidades do emprego do Policiamento, bem assim, buscando detectar os locais de maior incidência de criminalidade, entretanto, o serviço de informações da PMGO, atua também durante a realização do Policiamento, apoiando bem como observando o comportamento e atuação do mesmo.
2. APM	Não. Haja vista que atendemos planejamento direto do Escalão Superior.
3. BPMRv	Em algumas ocasiões são utilizados através de informações verbais transmitidas pelo chefe da 2ª seção ao P/3 e Oficiais de dia.
4. BPMChoque	Não. Deveria ter um melhor entendimento com a 3ª Seção.
5. 2º BPM	Sim, a maioria dos levantamentos usado nos planejamentos do P/3.
6. 3º BPM	Sim, no auxílio de dados junto ao P/3.
7. 4º BPM	Sim, todas ações de planejamento a P/2 realiza levantamento antes.
8. 6º BPM	Sim. Na forma de definir a quantidade de efetivo e local a empregá-lo.
9. 10º BPM	Sim
10. 11º BPM	Sim. Na elaboração de planos do policiamento feitos pela 3ª seção.
11. 12º BPM	Sim. Nas ações de policiamento ostensivo de eventos significativos, são desencadeadas de acordo com os conhecimentos produzidos.
12. 13º BPM	Sim. Pois sem informações não é possível fazer um bom plano.
13. 4ª CIPM	Sim. Através da coleta de dado, antes de ser empregado a tropa.
14. 7ª CIPM	Sim. Através dos conhecimentos produzidos são elaborados os planejamentos.

Fonte: Pesquisa de campo CAO/97 -PMGO

QUADRO XII

RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS - OPM

8) Essa 2ª seção possui banco de dados? Em caso positivo, quais os conhecimentos armazenados?

<i>OPM</i>	<i>SÍNTESE DA RESPOSTA</i>
1. PM/2	Sim. Sobre o público Interno, Segurança Pública e Defesa Interna.
2. APM	Sim. Possui referênte ao público Interno.
3. BPMRv	Sim. Quanto ao público Interno, bem como, número de crimes ocorridos na área, desempenho operacional, etc.
4. BPMChoque	Não possui.
5. 2º BPM	Sim, bastante precários.
6. 3º BPM	Sim, com pricariedade.
7. 4º BPM	Sim, com a recente aquisição de um computador para a P/2.
8. 6º BPM	Sim.
9. 10º BPM	Não.
10. 11º BPM	Não.
11. 12º BPM	Sim, conhecimentos sobre invasões de terra e público interno.
12. 13ºBPM	Sim.
13. 4º CIPM	Sim.
14. 7º CIPM	Não.

Fonte: Pesquisa de campo CAO/97 - PMGO

QUADRO XIII

RESPOSTAS DOS QUESTIONÁRIOS - OPM

9) Qual a sua opinião a respeito da integração nacional, informatizada, dos bancos de dados das 2ª Seções das policias Militares?

<i>OPM</i>	<i>SÍNTESE DA RESPOSTA</i>
1. PM/2	Somos a favor da integração nacional, porém entendemos que se deve resguardar os conhecimentos pertinentes ao público Interno.
2. APM	Excelente e necessário, pois facilitará o acesso rápido de dados.
3. BPMRv	Prejudicada.
4. BPMChoque	Favorável.
5. 2º BPM	Favorável, Delinquentes não respeitam fronteiras.
6. 3º BPM	Favorável.
7. 4º BPM	Favorável.
8. 6º BPM	Favorável.
9. 10º BPM	Favorável.
10. 11º BPM	Prejudicada
11. 12º BPM	Prejudicada
12. 13º BPM	Prejudicada.
13. 4ª CIPM	Prejudicada.
14. 7ª CIPM	Prejuducada.

Fonte: Pesquisa de campo CAO/97 -PMGO

QUADRO XIV

RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS - OPM

10) Quais as principais carências para o desenvolvimento de ações no campo da Segurança pública?

<i>OPM</i>	<i>SÍNTESE DA RESPOSTA</i>
1. PM/2	— Meios materiais e <u>peçoal qualificado</u> . <i>Qualid</i>
2. APM	— Materiais e <u>recursos Humanos</u> . <i>Quant.</i>
3. BPMRv	— Viaturas e equipamentos.
4. BPMChoque	<u>Pessoal qualificado</u> e recursos materiais. <i>Qualid</i>
5. 2º BPM	— Recursos materiais e <u>peçoal</u> . <i>Quant.</i>
6. 3º BPM	Prejudicada.
7. 4º BPM	— Materiais e <u>recursos Humanos</u> . <i>Quant</i>
8. 6º BPM	— Meios materiais, <u>peçoal qualificado</u> . <i>Qualid</i>
9. 10º BPM	— Viaturas, comunicações, <u>ursos e peçoal humano</u> . <i>Quant</i>
10. 11º BPM	— Viaturas.
11. 12º BPM	— Recursos materiais.
12. 13º BPM	— Falta de equipamentos.
13. 4º CIPM	— <u>Recursos Humanos e Materiais</u> . <i>Quant.</i>
14. 7º CIPM	<u>Pessoal qualificado</u> . <i>qualid</i>

Fonte: Pesquisa de campo CAO/97 - PMGO

11 - material

QUADRO XV

RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS - OPM

11) Quais os conhecimentos produzidos pela 2ª Seção de sua OPM, referente ao crime organizado?

<i>OPM</i>	<i>SÍNTESE DA RESPOSTA</i>
1. PM/2	Armazenamento de dados a respeito, veiculado pela Imprensa.
2. APM	Nenhum , mas quando surgi passa para agência central.
3. BPMRv	Catalogados possíveis pontos de drogas, rota e contrabandos.
4. BPMChoque	Nenhum.
5. 2ºBPM	Muitos. Por exemplo cargas roubadas e drogas.
6. 3º BPM	Não existe.
7. 4º BPM	Praticamente inexistente.
8. 6º BPM	Comércio de armas e drogas.
9. 10º BPM	Nenhum.
10. 11º BPM	Não existe nada registrado na área.
11. 12º BPM	Prejudicado.
12. 13º BPM	Ocorre com frequência este delito.
13. 4ºCIPM	Prejudicado.
14. 7ºCIPM	Ocorre rotas de drogas, roubos de carros e assaltos.

Fonte: Pesquisa de campo CAO/97 PMGO

QUADRO XVI

RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS - OPM

12. De que forma o público Interno de sua OPM, reage nas atividades de informações desenvolvidas pela 2ª Seção?

<i>OPM</i>	<i>SÍNTESE DA RESPOSTA</i>
1. PM/2	Com indignação.
2. APM	Receio e indiferença.
3. BPMRv	Com antipatia e desprezo.
4. BPMChoque	Prejudicada.
5. 2º BPM	Indiferença.
6. 3º BPM	Com antipatia.
7. 4º BPM	Com reserva e preconceito.
8. 6º BPM	Não gostam muito desta atividade.
9. 10º BPM	Reage com desconfiança, preconceitos.
10. 11º BPM	Satisfatória (não há indiferenças).
11. 12º BPM	Prejudicada.
12. 13º BPM	Reação positiva , inclusive colaboram na emissão de dados.
13. 4º CIPM	Pouca aceitação.
14. 7º CIPM	Antipatias, reservas e muito preconceito.

Fonte: Pesquisa de campo CAO/97 - PMGO

QUADRO XVII

RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS - OPM

13) Em que proporção se dá a demanda para a produção de conhecimentos relacionados a assuntos internos(Campo Policial Militar)?

<i>OPM</i>	<i>SÍNTESE DAS RESPOSTAS</i>
1. PM/2	De acordo com a necessidade e denuncia.
2. APM	Demanda é pequena.
3. BPMRv	Produção de conhecimentos relacionados a assuntos internos.
4. BPMChoque	90%.
5. 2° BPM	30%.
6. 3° BPM	No momento em que a agência de informações tem noticia.
7. 4° BPM	Público interno.
8. 6°BPM	Prejudicado.
9. 10° BPM	Atua com público interno e externo.
10. 11° BPM	Prejudicado.
11. 12° BPM	A proporção é de 1/3.
12. 13° BPM	50%.
13. 4°CIPM	Em boa proporção, público interno.
14. 7ª CIPM	Público Interno.

Fonte: Pesquisa de campo CAO/97 - PMGO

QUADRO XVIII

RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS - OPM

14) Quais as suas sugestões para estruturar o campo policial (público interno) nas organizações policiais militares?

<i>OPM</i>	<i>SÍNTESE DAS RESPOSTAS</i>
1. PM/2	Implementar a corregedoria / PM e criar um grupamento de patrulhamento disciplinar.
2. APM	Deixar de fazer serviço de investigação para corregedoria agir neste campo.
3. BPMRV	Aparelhamento e cumprir a doutrina.
4. BPMChoque	Cumprir a doutrina existente.
5. 2º BPM	Preocupar-se com a segurança pública e seguir a doutrina.
6. 3º BPM	Criar cursos e fazer a reciclagem dos agentes, aperfeiçoando e atualizando.
7. 4º BPM	Melhores salários, formação condizente.
8. 6º BPM	Seção operacional e seção pessoal.
9. 10º BPM	Melhor seleção, salários e curso.
10. 11º BPM	Prejudicado.
11. 12º BPM	Valorizar e remunerar melhor os integrantes da corporação.
12. 13º BPM	Melhor seleção, salários e reciclagem.
13. 4º CIPM	Prejudicado.
14. 7º CIPM	Prejudicado.

Fonte: Pesquisa de campo CAO/97 - PMGO

QUADRO XIX

RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS - OPM

15) Qual a origem da doutrina de informações empregadas na sua organização policial militar ?

<i>OPM</i>	<i>SÍNTESE DAS RESPOSTAS</i>
1. PM/2	Adaptação de doutrinas de outros policias militares.
2. APM	Normas do SIPOM que tem origem no antigo SNI.
3. BPMRV	Não temos doutrinas.
4. BPMChoque	Exército Brasileiro.
5. 2º BPM	SNI.
6. 3º BPM	Prejudicado.
7. 4º BPM	Através do SIPOM.
8. 6º BPM	Através do RSAS.
9. 10º BPM	Forças Armadas.
10. 11º BPM	RSAS.
11. 12º BPM	Prejudicado.
12. 13º BPM	Através das policias militares.
13. 4º CIPM	SNI.
14. 7º CIPM	Policias Militares.

Fonte: Pesquisa de campo CAO/97 - PMGO

QUADRO XX

RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS - OPM

16) Na sua opinião, existe diferença na doutrina a ser aplicada na atividade de Inteligência de Segurança Pública e na Segurança Interna ?
Qual ?

<i>OPM</i>	<i>SÍNTESE DAS RESPOSTAS</i>
1. PM/2	Adaptação da doutrina utilizada pela secretaria de Assuntos Estratégicos, adaptação de doutrina utilizada por outras policias.
2. APM	Sim, há diferenças.
3. BPMRV	Não temos doutrina especifica.
4. BPMChoque	Não. Ambos possuem o mesmo padrão.
5. 2º BPM	Prejudicado.
6. 3º BPM	Sim. Uma ao combate ao crime e a outra combate ao público interno.
7. 4º BPM	Prejudicado.
8. 6º BPM	Não.
9. 10º BPM	Prejudicado.
10. 11º BPM	Prejudicado.
11. 12º BPM	Prejudicado.
12. 13º BPM	Não existe diferença.
13. 4ª CIPM	Não, o objetivo é um só.
14. 7ª CIPM	Desconhece.

Fonte: Pesquisa de campo CAO/97 - PMGO

QUADRO XXI

RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS - OPM

17) Como a metodologia aplicada no desenvolvimento das atividades desta 2ª Seção (P/2) esta contextualizada à missão de atividade policial Militar?

<i>OPM</i>	<i>SÍNTESE DAS RESPOSTAS</i>
1. PM/2	Como assessoramento ao processo decisório do comando, produzindo conhecimentos oportunos nos campos administrativos e operacional.
2. APM	Assesorameto em diversos níveis.
3. BPMRv	Deve sofrer reformulação e adequar-se a nova realidade.
4. BPM Choque	Através do policiamento velado.
5. 2º BPM	A necessidade de adequar metodologia as reais necessidades do emprego operacional.
6. 3º BPM	Esta voltado para segurança do cidadão.
7. 4º BPM	Prejudicado.
8. 6º BPM	No cumprimento das diretrizes contidas nesta seção a atividades PM.
9. 10º BPM	Prejudicado.
10. 11º BPM	Assesoramento em diversos níveis.
11. 12º BPM	Prejudicado.
12. 13º BPM	Aquela que tem por resultado a produção de maiores conhecimentos para a realização do policiamento ostensivo.
13. 4ª CIPM	Produções de informações visando racionalizar e aperfeiçoar a atividade PM.
14. 7ª CIPM	Esta voltada para a segurança do cidadão.

Fonte: Pesquisa de campo CAO/97 - PMGO

QUADRO XXII

RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS - OPM

18) Como sua OPM interpreta a existência da 2ª Seção voltada exclusivamente, para a detecção, acompanhamento e evolução da criminalidade para assessorar o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública ?

<i>OPM</i>	<i>SÍNTESE DA RESPOSTA</i>
1. PM/2	Entendemos seu ideal para melhor reestruturação do serviço.
2. APM	Forma otimista , não se deve esquecer do público interno.
3. BPMRv	Funciona como seção corregedora.
4. BPMChoque	Voltado para o assessoramento operacional.
5. 2º BPM	Prejudicado.
6. 3º BPM	Voltado para o público interno.
7. 4º BPM	Fiscalizar o público interno.
8. 6º BPM	Manutenção da ordem pública.
9. 10º BPM	Planejamento operacional e assessoramento ao comando.
10. 11º BPM	É de grande importância trabalhando em conjunto com P/3
11. 12º BPM	Prejudicado.
12. 13º BPM	Acompanhamento de “Modus Operandi” dos delinquentes.
13. 14ª CIPM	Fiscalização do Público Interno.
14. 7ª CIPM	Atividades essenciais na área operacional.

Fonte: Pesquisa de campo CAO/97 - PMGO

QUADRO XXIII

RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIOS - OPM

19) Essa 2ª Seção (P/2) ao voltar-se totalmente à atividade de inteligência, no campo da segurança pública, necessita rever quais aspectos doutrinários?

<i>OPM</i>	<i>SÍNTESE DAS RESPOSTAS</i>
1. PM/2	Criar uma doutrina própria.
2. APM	Reverendo principais métodos e processos.
3. BPMRv	Nenhum.
4. BPMChoque	Prejudicado.
5. 2º BPM	Promoção de novos cursos.
6. 3º BPM	Nova doutrina.
7. 4º BPM	Reformular a doutrina.
8. 6º BPM	Nenhum.
9. 10º BPM	Deixar de lado o público interno e preocupar-se com a segurança pública.
10. 11º BPM	Prejudicado.
11. 12º BPM	Prejudicado.
12. 13º BPM	Prejudicado.
13. 4ª CIPM	Necessita adequar alguns conceitos.
14. 7ª CIPM	Nova filosofia de trabalho junto as co-irmãs voltada principalmente para o crime organizado.

Fonte: Pesquisa de campo CAO/97 - PMGO

QUADRO XXIV

RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS - OPMS

20) Qual a sua sugestão para o desenvolvimento de uma doutrina de inteligência policial voltada para a produção de conhecimentos no campo da segurança pública ?

<i>OPM</i>	<i>SÍNTESE DAS RESPOSTAS</i>
1. PM/2	Proporcionar uma nova estruturação da atividade de inteligência.
2. APM	Manter intercâmbio com a SAE.
3. BPMRv	Restruturação da agencia central.
4. BPMChoque	Formação para área com doutrina própria.
5. 2º BPM	Prejudicado.
6. 3º BPM	Cursos e especializações na área.
7. 4º BPM	Serviços de inteligências moderno.
8. 6º BPM	Aquisição de equipamentos.
9. 10º BPM	Trabalho voltado para o público interno.
10. 11º BPM	Prejudicado.
11. 12º BPM	Prejudicado.
12. 13º BPM	Treinar e equipá-lo o público interno.
13. 4ª CIPM	Integração com a sociedade.
14. 7ª CIPM	Prejudicado.

Fonte: Pesquisa de campo CAO/97 - PMGO

8.3 INTERPRETAÇÃO

A metodologia para a produção do conhecimento científico pressupõe o caminhar com convicção na busca da verdade. “Estudar o problema da verdade não é outra coisa senão a análise da relação de conformidade do pensamento humano com seu objeto de conhecimento” (Ruiz, 1991, p. 111).

De acordo com Lakatos e Marconi (1992, p. 25 e seguintes), o saber científico, no campo das ciências factuais, tem como característica, dentre outras, a falibilidade. Assim, busca-se nesse trabalho, como também deve ser buscado no dia-a-dia da atividade de Inteligência, a verdade dos fatos e situações observadas, tendo sempre em mente a possibilidade da existência das falácias e dos paralogismos, que pode gerar, no profissional de Inteligência, a falsa certeza, a ilusão da verdade, o erro.

A interpretação, como fase da produção de conhecimento, proporciona ao pesquisador condições de desvelar o significado final do assunto tratado.

8.4 QUESTÃO NORTEADORA Nº 1

Para atender o primeiro objetivo desta pesquisa, qual seja, buscar compreender a inserção de atividade de inteligência no contexto da estrutura da Segurança Pública, foi formulada a questão norteadora número 1:

A ATIVIDADE DE INFORMAÇÃO POLICIAL NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA?

Nas respostas dos quadros V a VIII, podemos observar que as 2ª Seções das OPM estrutura organizacional semelhantes, sendo que em sua maioria, contam com as informações voltadas à questão do Público Interno de forma prioritária. A mudança da designação INFORMAÇÕES para INTELIGÊNCIA POLICIAL foi aceito de forma unânimes as 2ª Seções das OPM da PM GO. Inclusive a título de exemplo, algumas corporações como a PMMG, PMRJ, PMPB, e PMDF, já utilizam. Outras, embora não utilizando, já vêm incutindo nas corporações, o terno, como a PMPE. É interessante

serem destacadas as causas para a mudança pela PMMG: ajuste à nova realidade política, acompanhando mudanças ocorridas em outros; atendimento à nova conceituação técnica e, principalmente, buscando um trabalho de Inteligência Policial voltando à missão constitucional da PM.

8.5 QUESTÃO NORTEADORA Nº 2

Observado o pretendido no segundo objetivo dessa pesquisa, repensar a atividade de Inteligência (informação) nas Polícias Militares, quanto a assessoria no processo decisório nos níveis estratégico, tático e operacional, compôs-se a questão norteadora número 2:

**APLICABILIDADE DA ATIVIDADE DE INFORMAÇÕES
NA ASSESSORIA DO PROCESSO DECISÓRIO NOS
NÍVEIS ESTRATÉGICO, TÁTICO E OPERACIONAL?**

Essa questão norteadora constitui um ponto importantíssimo na realização da pesquisa. As respostas dadas às perguntas de números 5 a 14 (Quadros IX a XVIII), evidenciam dificuldades para compreensão e aplicação da doutrina de Inteligência existente. Embora sejam carreados para os grandes comandos os conhecimentos produzidos, pode ser observado que, dificilmente, eles são empregados na realização de planejamentos nos níveis estratégicos e táticos, que pressupõe o pensar a médio e longo prazo. O que se verifica é o emprego da atividade de Inteligência, de forma direta no nível operacional, ou seja, no gerenciamento de crises.

Dos problemas destacados para realização das atividades de Inteligência na Polícia Militar, são relevantes os recursos materiais e humanos; neste, evidenciando-se a carência na especialização, ausência de cultura própria e falta de treinamento (Quadro XIV).

A incompreensão com relação à atividade, ainda é patente em virtude da cultura de “dedo-duro”, cristalizada ao longo do tempo; “desconfiança” “desinteresse”, “receio”, “indignação”, “preconceitos”, “antipatia”, “descaso e “descrédito” são alguns

dos termos que exteriorizam o sentimento do público interno, em relação à ela (Quadro XVI). Ora, esse sentimento presente nas corporações afeta todos os níveis hierárquicos, gerando incompreensões, provocando a inobservância e o descaso da importância da atividade de Inteligência no processo decisório. A ausência de demandas, o esvaziamento das 2ª seções, a não utilização dos conhecimentos produzidos são fatores ilustrativos dos problemas mencionados.

Cuidar do público interno dentro das 2ª seções, provoca e retro-alimenta estigma contra a atividade, em prejuízo de uma verdadeira multiplicação de “olhos e ouvidos” a serem usados pela atividade de Inteligência em proveito da segurança pública, pois o policial militar se distribui pela sociedade e é detentor de conhecimentos, os quais poderiam ser carreados para as segundas seções e, de regra, não o são.

8.6 QUESTÃO NORTEADORA Nº 3

A busca e a reflexão, apresenta o terceiro objetivo desta pesquisa, o de propor doutrina voltada para o exercício da atividade de inteligência policial dentro da atual realidade político-institucional que norteia a existência das Polícias Militares, o que determinou a questão norteadora de número 3:

**DOCTRINA QUE PODE SER SUGERIDA NO EXERCÍCIO
DE ATIVIDADE DE INFORMAÇÃO NA NOVA
REALIDADE POLÍTICO-INTITUCIONAL QUE NORTEIA
A EXISTÊNCIA DAS POLÍCIAS MILITARES?**

Com relação a exclusividade da detecção, acompanhamento e evolução da criminalidade, ou seja, no trato com a segurança pública, a maioria dos pesquisados posicionou-se contrário. Defendem que também deve ser dado ênfase à segurança interna e ao público interno. Como menciona o 3º BPM: as missões constitucionais não permitem, assim a 2ª seção não está voltada exclusivamente para os objetivos de

Segurança Pública, ou a PM-2 que diz: não pode ser exclusivista, pois defesa pública, defesa interna e contra-inteligência são indispensáveis; se interpenetram. Defende apenas que haja prioridade no trato da segurança pública (Quadro XXII).

Externando posição contrária, a 13^o BPM diz ter convencimento dessa necessidade, porém afirma que não há ainda nos órgãos de inteligência, estrutura que proporcione condições para que o sistema volte-se exclusivamente para a Segurança Pública. Entretanto, entende que caminha-se para tal objetivo. Nessa mesma linha estão a 6^o BPM e 10^o BPM (Quadro XXII).

As Polícias Militares favoráveis ao trato, com exclusividade da Segurança Pública propõem adaptações doutrinárias, como é o caso da PMPE que fala da necessidade de serem revistos aspectos de ordem estrutural; a PMPR que fala da necessidade de serem revistos aspectos da doutrina antiga, ou da PMTO que fala da necessidade de se adequar conceitos.

Assim, a doutrina para o exercício da atividade de inteligência policial sugerida pelos pesquisados, passa pela adaptação da doutrina existente, considerada de excelente qualidade pela P/2 das OPMs, necessitando de rever e atualizar apenas alguns aspectos no entender da chefia da PM/2. Em síntese, as sugestões para o desenvolvimento de uma doutrina de inteligência policial giram em torno de legitimação da atividade, uniformização, conscientização, integração, especialização, padronização de procedimento, ou seja, como coloca a PMMG: a doutrina de inteligência policial deve ter por base estudos “lato sensu” sobre os fatos e situações de interesse para a Segurança Pública, sendo importante o emprego da atividade operacional.

CAPÍTULO VIII

PROPOSTA DE MODERNIZAÇÃO

No mundo moderno, o exercício da atividade de Inteligência pelo governo de um Estado democrático é uma verdade inquestionável. Há, mesmo, consenso mundial pois o Serviço de Inteligência constitui em fator indispensável de assessoria na estrutura administrativa do Estado.

O emprego do serviço de Inteligência, quando usado para o domínio e o poder do equilíbrio, pode gerar segurança, estabilidade e auto-defesa. O serviço de Inteligência quase nunca é divulgado, e pode tornar-se uma poderosa arma na execução dos vários objetivos, geralmente através de seus “modus operandi”, visam conseguir, de maneira prática, rápida, oportuna e segura, a solução dos diversos problemas a custo médio e longo prazos.

Nos moldes das Polícias Militares, os serviços de Inteligência destacam-se por informar ao comando as ocorrências nos transcurso das operações, valendo-se muito pouco do caráter preventivo, baseando-se em estatísticas ou em estudo técnico e científico das causas e efeitos dos crimes, ainda mais em se tratando de sua origem, que, como sabemos, em sua maioria são causadas pelo desequilíbrio social.

A modernização e a utilização das técnicas especializadas no serviço de Inteligência, como elemento de apoio à atividade operacional, que permitirá ao Comando

da Polícia Militar um melhor planejamento e emprego do serviço operacional. O conhecimento de locais onde a criminalidade é mais acentuada permitirá uma correção na execução de suas atividades, alcançando-se assim o objetivo final que é o da adequação das ações de Polícia, dentro do que a instituição das ações de Polícia, dentro do que a instituição e a sociedade esperam.

Desta feita, é necessário identificar os pontos críticos daqueles locais onde há maior índice de criminalidade, pois esse é um fato preocupante para a comunidade, o que faz com que a atuação da PM seja questionada.

Tais serviços se distinguem dos demais pelas suas características investigatórias, funções estas exclusivas das Polícias Cíveis como é previsto pela Constituição Brasileira.

Sabemos que hoje nossa sociedade clama por maior segurança, haja vista, que a criminalidade cresce assustadoramente. Pensa mas que se houver harmonia no trabalho desenvolvido pelo serviço operacional, juntamente com o Serviço de Inteligência, várias situações podem ser resolvidas, conforme casos apresentados no presente trabalho.

É natural admitir-se que a atividade de Inteligência deve operar como um dos componentes de assessoria de tanto na concepção política, quanto, sobretudo, na formulação da estratégia, na medida em que, através de seus meios, possam levantar, identificar e analisar as origens, natureza e intensidade de possíveis óbices, que venham a interferir, em forma e grau variados, na sua aplicação, conformando um quadro que permita a tomada de decisões oportuna, dentro da polícia concebida e da estratégia do governo.

Portanto, não há como tomar decisões, principalmente, sem o apoio de um sistema de informações inteligente, moderno, eficiente, racional e ágil.

Nesse mister, ainda não foram atingidos patamares confiáveis, principalmente na área de execução, embora a corporação venha tendo uma evolução sensível no seu gerenciamento e equipando, com recursos humanos especializados e materiais modernos, nos diversos setores de informações.

A modernização proposta, desta feita, privilegiará o nível de execução envolvendo comandantes de todos os níveis (Btl e CIPM), que é imprescindível à execução de nossa missão. Diante da evolução dos segmentos de inteligência, propomos

o seguinte:

1. mudança da denominação "Informação" por "Inteligência", ao Serviço Reservado da Polícia Militar, desenvolvendo uma perfeita mentalidade no serviço de Inteligência no âmbito da Corporação;
2. criar condições para que, efetivamente o SIPOM, em todos os níveis, inteire-se e trabalhe em comum ainda com as outras seções do EM das Unidades; *como seria isso?*
3. envidar esforços para conseguir o máximo de recursos materiais, principalmente de tecnologia moderna. *Quais recursos?*
4. incrementar a instrução especializada, motivando oficiais e praças envolvidos nesta área;
5. realizar, ao nível do SIPOM, cursos, estágios nas áreas de análise e operações;
- um sério?* 6. facilitar a busca de informações e o intercâmbio entre as diversas fontes;
7. manter um contato próximo com as Secretarias de Estado, outras Corporações e órgãos de segurança, intercambiando informações e idéias;
8. interligar os sistemas computadorizados de inteligência da PMGO e SSP/GO, bem como dos órgãos que integram o Sistema de Defesa Social, Ministério da Justiça, Polícia Federal (INFOSEG);
9. ter acesso às informações relativas aos sistemas de persecução penal, justiça criminal, penitenciário e proteção à criança e ao adolescente, cuja integração é absolutamente necessária para o bom funcionamento do sistema; *informação e sistema?*
10. agilizar o SIPOM, de tal forma que o fluxo de informações possa percorrer toda a estrutura articulada da Corporação, nas duas mãos de direção, e atender o princípio da oportunidade;
11. investir na instrução sobre coleta, difusão e aproveitamento das informações, em todos os níveis, como forma de conscientização de todo o pessoal para a necessidade e importância das informações no dia-a-dia da Polícia Militar, restabelecendo-se, assim, o hábito de informar e usar as informações;
12. buscar a ~~internalização~~ do novo enfoque de informações, voltado às atividades de defesa pública e contra-informações, principalmente nas instruções; *Qual a sugestão? PI tal?*
13. expedir novos "Planos" e "Manual", estabelecendo novas metas na "atividade de inteligência", adaptando estruturas e abrindo espaço para que o oficial PM

Não informar

possa realmente dominar a sua atividade, tecnicamente, aperfeiçoando o sistema;

14. recrutar e dirigir os agentes na atividade de Inteligência e contra-
informações; *Não seria contra-inteligência?*

15. estabelecer as ligações necessárias para o cumprimento de sua missão;

16. rigor nos critérios para seleção de Agentes de Inteligência, conforme determina a Doutrina;

17. implantação da seção "SSOB" (Sub-seção de Operações e Busca),
extra-quartel, desenvolvendo um trabalho de melhor qualidade; *discurso que você com*
infância da 2ª Seção do 1º Bm queria fazer tal modificação.

18. destinação de verba especial para que a equipe (operação de busca), *Como você*
possa realizar com êxito suas missões, evitando sua identificação; *faria?*

19. implantação do Sistema de Computadores na PM/2, para facilitar o acervo de bancos de dados;

20. aquisição de viaturas (automóveis e motos), bem como, aparelhos de rastreamentos (gravadores, filmadoras, microfone sem fio, binóculos, lunetas e outros);

21. cumprir os critérios específicos na Doutrina de Inteligência, para o bom andamento do serviço;

22. assessoramento a todo planejamento a processo de execução das ações de Defesa Pública e Defesa Interna, bem como, o fornecimento da realidade sobre a qual vai operar;

23. tornar o sistema altamente confiável, possibilitando segurança total nas informações produzidas;

24. realização de levantamentos de dados que visem ao combate ao roubo e furto de veículos, bem como o combate ao narcotráfico e ao crime organizado, ponto de vendas de distribuição de drogas, fatos que muito têm preocupado nossa sociedade, e tem atingido, principalmente, os nossos jovens.

25. dar atenção especial às 2ª Seções (P/2) das Unidades Operacionais da Polícia Militar, elaborando um Plano de Inteligência, manual, bem como, dando maior credibilidade a seus componentes;

26. que a atuação do serviço reservado, volte-se para o campo da segurança pública, tendo por fito a criminalidade, o conhecimento, claro e preciso do crime e do criminoso. Quanto ao público interno, deve atuar apenas de forma subsidiária, produzindo conhecimentos a respeito de desvios de conduta dos policiais, porém,

canalizando seu produto de trabalho para o setor competente à corregedoria, a quem, caberá tomar as providências e não o órgão de informações como vem ocorrendo no dia-a-dia.

CONCLUSÃO

O ponto de partida desta pesquisa firmou-se no texto bíblico, para dar destaque ao tema abordado. Ao longo do corpo deste trabalho, ficou evidenciado, de forma clara, a necessidade e a importância da atividade de inteligência no exercício das funções de Estado. Não se concebe decidir sem saber e, dir-se-ia mais, saber o certo.

Almeja-se a verdade dos fatos e situações, quando se trabalha no campo do conhecimento científico. Efêmero, falível, consegue-se chegar com ele, no máximo, ao estado mental da certeza e, é neste, que as autoridades devem decidir. A tomada de decisões em estado de dúvida ou de opinião, e pior ainda, no estado de ignorância, deve ser evitada, sob pena de se incorrer em erros.

Os Comandantes, aquelas autoridades à frente de uma organização policial, estão sempre decidindo, e suas decisões envolvem pessoas, vidas e destinos. Logo, nessas decisões não se permitem erros, invariavelmente provocadores de situações lamentavelmente irreversíveis. Assim, mister se faz que a atividade de inteligência policial, deve ser voltada à produção de conhecimentos e à salvaguarda destes, de modo a assessorar os diversos comandos considerados, e que seja desenvolvida de forma científica, eficiente, eficaz e segura. É assim que devem ser combatidas as ações delituosas.

A história da atividade de inteligência desenvolvida nas Polícias Militares acompanha as preocupações relacionadas às questões em torno da segurança do Estado. É necessário o rompimento desse paradigma. Urge que, atendendo às situações conjunturais, a inteligência policial volte-se, se não exclusivamente, com certeza prioritariamente, para o campo da Segurança Pública, tendo por fito a criminalidade, o conhecimento certo, claro e preciso do crime e do criminoso. Assim procedendo, caminharão as organizações policiais ao encontro da tão almejada profissionalização, do domínio das técnicas para enfrentamento da criminalidade com os fatores segurança X eficiência; custo X benefício, pendendo favoráveis à ação policial, que sem dúvida atenderão aos clamores da esmagadora maioria da população brasileira, ordeira e trabalhadora.

Há que se planejar para ter sucesso. O futuro não é algo que está por acontecer; ele está sendo gestado hoje. A Polícia Militar de daqui a cinco, dez, vinte anos está sendo construída agora. Portanto, o gerenciamento estratégico a médio e longo prazos deve, definitivamente, suplantar a carcomida tendência do gerenciamento de crises, onde se atua apenas de forma reativa.

A ação marginal do fim do milênio perdeu o seu romantismo, o seu amadorismo. O crime organizado, estrutura-se em moldes empresariais: planeja, primando por resultados satisfatórios. O seu combate não mais pode ser desenvolvido de forma empírica, arcaica e improvisada, usando apenas a força. Há que se utilizar de inteligência, que pressupõe a sistematização do trabalho mental de forma a antever os passos dos criminosos. Requer-se, assim, a especialização do profissional de inteligência e a inserção efetiva desta atividade na estrutura da Polícia Militar.

Enfatiza-se que, para o atingimento desse “status” há que se fortalecer a atividade de inteligência policial com recursos materiais e humanos adequados. O criminoso não reconhece fronteiras físicas entre os diversos Estados da Federação. Cada dia essa mobilidade se acentua, com facilidade muito grande, face às deficiências do aparelho de segurança do Estado. Há necessidade urgente de integração entre as Polícias Militares no sentido de tornarem-se comuns os conhecimentos a respeito de criminalidade, crime e criminoso. Os avanços tecnológicos na área da informática e das telecomunicações devem ser empregados para diminuir as distâncias entre as Polícias Militares. Os segmentos de inteligência policial, que já possuem banco de dados

protegidos contra acessos indesejáveis e seguros, podem ser interligados em rede.

A forma estigmatizada e deturpada com que é visualizada a atividade de inteligência na Polícia Militar, decorre de seu emprego em passado recente junto ao campo psicossocial do poder nacional para defesa do Estado, e mantém-se ainda hoje em relação ao seu público interno, face ao trabalho que desenvolve junto a este, quando apura desvios de conduta e acompanha a vida profissional e particular dos policiais.

Em uma instituição na qual seus integrantes são confundidos com a própria, é prioritária a preocupação em torno do pessoal. Entretanto, este acompanhamento não deveria ser realizado exclusivamente pela inteligência policial, cujo caráter maior é o sigilo na condução do seu trabalho. O ideal é que, como algumas Polícias já vêm procedendo, o acompanhamento de assuntos referentes a policiais seja feito por um setor específico, fora da inteligência (corregedoria, assuntos internos, chefia de polícia, etc.). A inteligência policial deve atuar nesse campo apenas de forma subsidiária, produzindo conhecimentos a respeito de desvios de policiais que sejam tipificados como ilícitos, mas canalizando o produto de seu trabalho para o setor competente, a quem caberá tomar as providências.

Finalizando, propõe-se que para o sucesso do necessário fortalecimento das atividades de inteligência na Polícia Militar, seja procedido o intercâmbio de conhecimentos. A implementação dessa proposta poderia ser dada através da criação de uma Comissão de Oficiais da qual participaria representantes das unidades operacionais, que discutiriam todos os aspectos importantes relacionados à atividade de inteligência.

BIBLIOGRAFIA

BÍBLIA, V.T. Números. Português. Bíblia Sagrada. Trad. João Ferreira de Almeida.
Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro:
1988

_____. Decreto nº 23.873, de 15 de fevereiro de 1934. Dá organização ao Conselho de
Defesa Nacional. Rio de Janeiro: 1934

_____. Decreto nº 7, de 03 de agosto de 1934. Altera a designação do Conselho de
Defesa Nacional para Conselho Superior de Segurança Nacional. Rio de Janeiro:
1934

_____. Decreto-Lei nº 4.783, de 05 de outubro de 1942. Define a organização do
Conselho de Segurança nacional. Rio de Janeiro: 1942

_____. Decreto nº 9.775-A, de 06 de setembro de 1946. Dá as atribuições dos órgãos
complementares do Conselho de Segurança Nacional. Rio de Janeiro: 1946

_____. Decreto nº 89 “A”, de 15 de setembro de 1958. Normatiza o Serviço Federal de
Informações e Contra Informações. Rio de Janeiro: 1958

_____. Decreto nº 45.040, de 06 de dezembro de 1958. Dá detalhamento estrutural do
Serviço Federal de Informações e Contra Informações. Rio de Janeiro: 1958

_____. Decreto nº 46.500 “A”, de 20 de julho de 1959. Dispõe sobre a organização e
regula as atribuições da Junta Coordenadora de Informações. Rio de Janeiro: 1959

- _____. Decreto nº 79.099, de 06 de janeiro de 1977. Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos. Brasília: 1977
- _____. Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações. Brasília: 1964
- _____. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Crime Organizado no Brasil. Brasília: 1964
- _____. Serviço Nacional de Informações. Manual de Informações. Brasília: 1976
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de Defesa Nacional - Seminário. *Atividades de inteligência em um Estado democrático; o caso do Brasil: atualidade e perspectivas*. Brasília: 1994
- CERVO, Amado Luiz e BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia Científica: para uso de estudantes universitários. São Paulo: 2 ed., Mc:Graw-Hill do Brasil, 1978
- COSTA, Antônio Luiz de Macêdo. Elementos para o planejamento de pesquisa. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1992
- EMÍLIO, Luis Antônio Bitencourt. *Atividades de inteligência - a questão legal*. Brasília: Temas em debate. 1990
- ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA DO BRASIL. Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa. V. 1 e 2, 5 ed. São Paulo: 1981
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1987
- LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica. 2 ed., São Paulo: Atlas, 1991
- LAZZARINI, Álvaro et al. Direito Administrativo da ordem pública. 2 ed., Rio de Janeiro: Forense, 1987
- MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1990
- MARTINS, Gilberto de Andrade. Manual para elaboração de monografias. São Paulo: Atlas, 1992
- POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Diretrizes de operações policiais militares n. 11. Belo Horizonte: 1990
- POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Políticas para a ação de comando. Belo Horizonte: 1990
- RUIZ, João Álvaro. *Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1986
-

SILVA, Jorge da. *Controle da criminalidade e segurança pública na nova ordem constitucional*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1990

TZU, Sun. *A arte da guerra*. Trad. Euclides L. Calloni; Cleuza M. Wasgrau, da versão inglesa de Thomas Cleary. São Paulo: Pensamento, 1988

SIGLAS

Para melhor compreensão deste trabalho, relacionamos aqui, algumas siglas e termos técnicos usados.

ABIN - Agência Brasileira de Inteligência

AIOP - Assessoria de Inteligência Operacional

CIA - Agência Central de Inteligência

CSN - Conselho de Segurança Nacional

CSSN - Conselho Superior de Segurança Nacional

DPF - Departamento de Polícia Federal

EMG - Estado Maior Geral

ESG - Escola Superior de Guerra

ESNI - Escola Nacional de Informações

EUA - Estados Unidos da América

FAB - Força Aérea Brasileira

JCI - Junta Coordenadora de Informações

KBG - Comitê de Defesa do Estado

OI - Órgão de Inteligência

OPM - Organização Policial Militar

P/2 - 2ª Seção do Estado Maior de UOP

PM - Polícia Militar

PM/2 - Segunda Seção do Estado Maior Geral

QCG - Quartel do Comando Geral

SAE - Secretaria de Assuntos Estratégicos

SFICI - Serviço Federal de Informações e Contra-informações

SG/CSN - Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional

SIDE - Serviço de Inteligência e Defesa do Estado

SIPOM - Sistema de Informações da Polícia Militar

SISNI - Sistema Nacional de Informações

SNI - Serviço Nacional de Informações

SSI - Subsecretaria de Inteligência

UOP - Unidade Operacional

CNI - Central Nacional de Informações

PNI - Plano Nacional de Informações

ESI - Estudo de Situação de Inteligência

DIRI - Diretrizes de Inteligência

DCN - Desdobramento do Conhecimento Necessário

ANEXOS

ANEXO I

ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS - 97

OF. N° ___/CAO/97

Senhor Comandante,

Nem precisamos reportar-nos quão grave é a situação sócio-econômica que atravessa o País. As conseqüências desta situação são desastrosas, afligindo não só a sociedade organizada como um todo, mormente as instituições financeiras. A criminalidade, sem sombra de dúvidas, é fruto das desigualdades sociais e da má distribuição de rendas. Vem crescendo de forma alarmante, trazendo preocupação às autoridades e, por conseguinte, força aos organismos responsáveis pela Segurança Pública, a buscarem uma dinâmica mais ágil com vistas a busca de soluções viáveis que coibam ou exterminem de vez a intranquilidade reinante de Norte a Sul deste país.

Diante deste quadro tão vexatório, houve-se, a necessidade de elaboração, dentre outros, de um trabalho Técnico Profissional - CAO/97 (monografia), cujo tema versa sobre "SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA PM - ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSTAS DE MODERNIZAÇÃO", tendo a Polícia Militar do Estado de Goiás como partícipe direta.

Assim sendo, solicito de V. Sa., juntamente com seus oficiais, a colaboração e presteza em responder o questionário abaixo proposto, a fim de se colher subsídios importantes para a confecção do referido trabalho.

A devolução, via malote ou pessoalmente à PM/2 será oportuna até o dia 26/05/97.

Certo do pronto atendimento de V. Sa., aos termos deste, apresentamos protestos de mais alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

MILTON ANTÔNIO ANANIAS - CAP PMGO

ANTÔNIO J. MARTINS BENVIDO - CAP PMTO

QUESTÃO NORTEADORA N° 1

* A ATIVIDADE DE INFORMAÇÃO POLICIAL NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA:

1) A incompreensão do público interno com relação à atividade de Informações, ainda é patente em virtude da cultura do "dedo-duro", cristalizada ao longo do tempo; gerando "desconfiança", "desinteresse", "indignação", "preconceitos", "antipatias" etc., diante deste prisma, qual a sua opinião e de seus oficiais, para a mudança da denominação "SERVIÇO DE INFORMAÇÕES" para a denominação "SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL". Esta nova denominação já está sendo utilizada por várias Polícias Militares do Brasil. Inclusive aquelas exclusivamente para o campo da Segurança Pública, deixando assim, as Corregedorias PM agirem, nos ditames da Lei para com os integrantes do Público Interno (campo policial militar)?

2) Como está estruturada a atividade da 2ª Seção - P/2 na sua OPM?

3) Qual a prioridade no desenvolvimento das atividades desenvolvidas pela 2ª Seção de sua OPM?

4) Quais os níveis de importância à produção de conhecimentos nos Campos: Defesa Interna, Segurança Pública e Público Interno (Campo policial Militar)?

QUESTÃO NORTEADORA Nº 2

*** APLICABILIDADE DA ATIVIDADE DE INFORMAÇÕES NA ASSESSORIA DO PROCESSO DECISÓRIO NOS NÍVEIS ESTRATÉGICOS, TÁTICOS E OPERACIONAL**

5) Os conhecimentos produzidos, pela 2ª seção de sua OPM são direcionados para quais setores da Corporação?

6) Os conhecimentos produzidos, por essa 2ª seção, são utilizados na tomada de decisões pelo comando, nos níveis estratégico, tático e operacional?

7) Os conhecimentos produzidos por essa 2ª seção são levados em consideração quando da realização do planejamento do policiamento ostensivo? De forma? Qual a sua opinião?

8) A 2ª seção de sua OPM possui banco de dados? Em caso positivo, quais os conhecimentos armazenados?

9) Qual a sua opinião a respeito da integração nacional, informatizada, dos bancos de dados das 2ª seções das Polícias Militares?

10) Quais as principais carências para o desenvolvimento da 2ª seção no campo da Segurança Pública?

11) Quais os conhecimentos produzidos pela 2ª seção de sua OPM, referente ao Crime Organizado?

12) De que forma o Público Interno de sua OPM, reage nas atividades de informações desenvolvidas pela 2ª seção?

13) Em que proporção se dá a demanda para a produção de conhecimentos relacionados a assuntos internos (campo policial militar)?

14) Quais as suas sugestões para estruturar o campo policial militar (Público Interno) nas Organizações Policiais Militares?

QUESTÃO NORTEADORA Nº 3

*** DOUTRINA QUE PODE SER SUGERIDA NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE INFORMAÇÃO NA NOVA REALIDADE POLÍTICO-INSTITUCIONAL QUE NORTEIA A EXISTÊNCIA DAS POLÍCIAS MILITARES.**

15) Qual a origem da doutrina de informações empregadas na sua Organização Policial Militar?

16) Na sua opinião, existe diferença na doutrina a ser aplicada na atividade de inteligência de Segurança Pública e na segurança interna? Qual?

17) Como a metodologia aplicada no desenvolvimento das atividades desta 2ª seção (P/2) está contextualizada à missão de atividade de Policial Militar?

18) Como sua OPM interpreta a existência da 2ª seção voltada, exclusivamente, para a detecção, acompanhamento e evolução da criminalidade para assessorar o policiamento ostensivo na preservação da Ordem Pública?

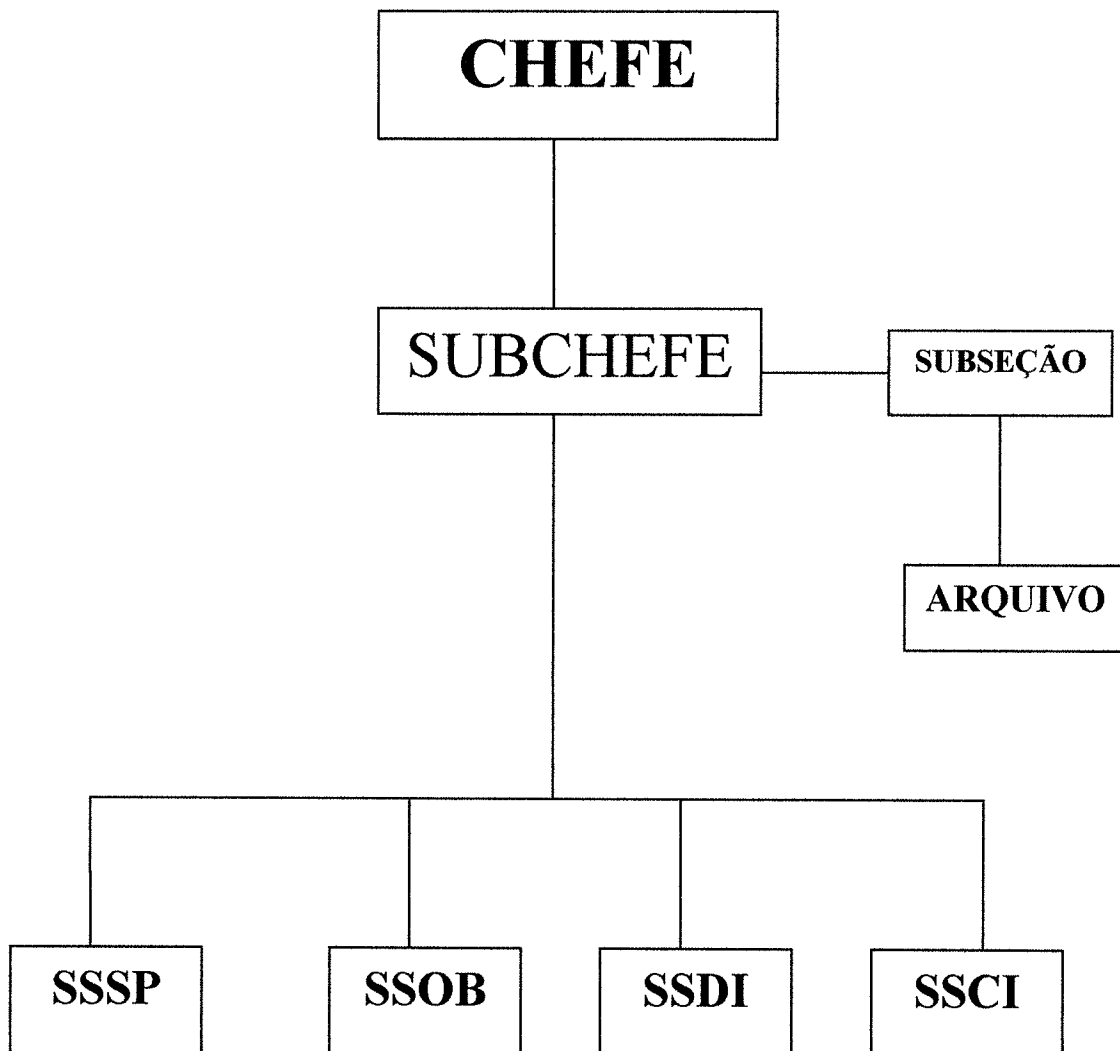
19) Essa 2ª seção (P/2), ao voltar-se totalmente à atividade de inteligência, no campo da Segurança Pública, necessita rever quais aspectos doutrinários?

20) Qual a sua sugestão para o desenvolvimento de uma doutrina de inteligência policial voltada para a produção de conhecimentos no campo da Segurança Pública?

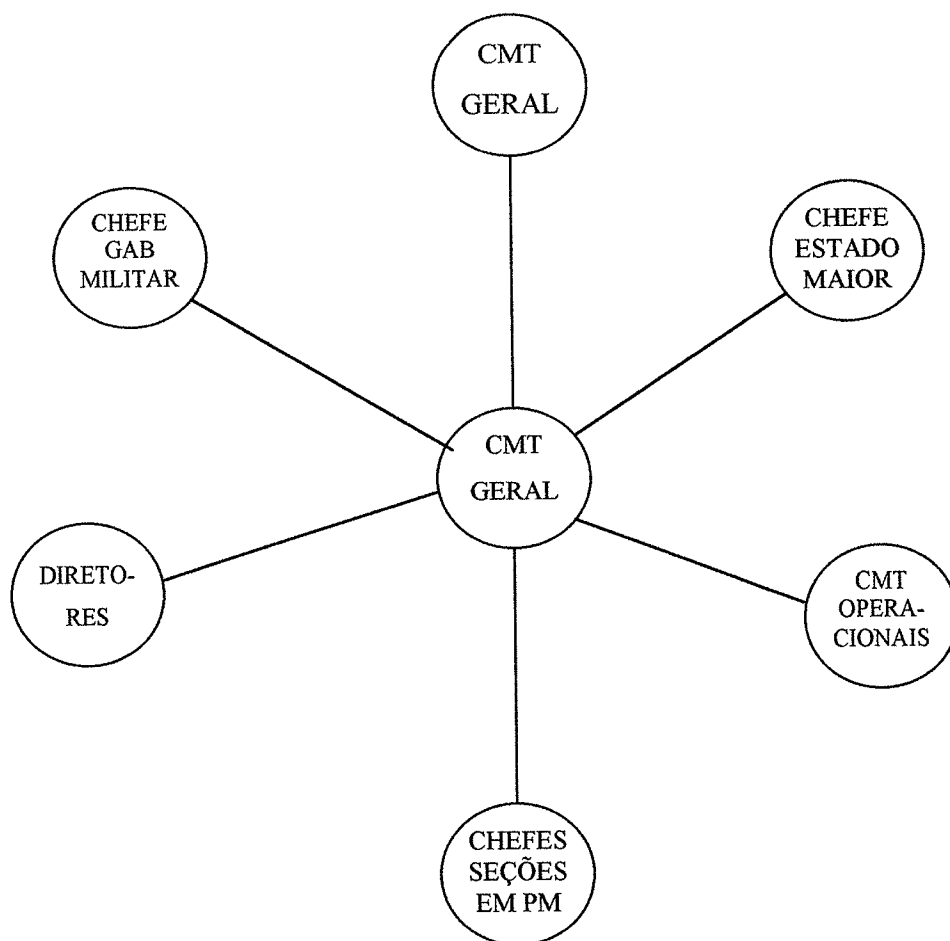
OBS.: Outras considerações, julgadas úteis por V. Sa.:

Muito Obrigado!

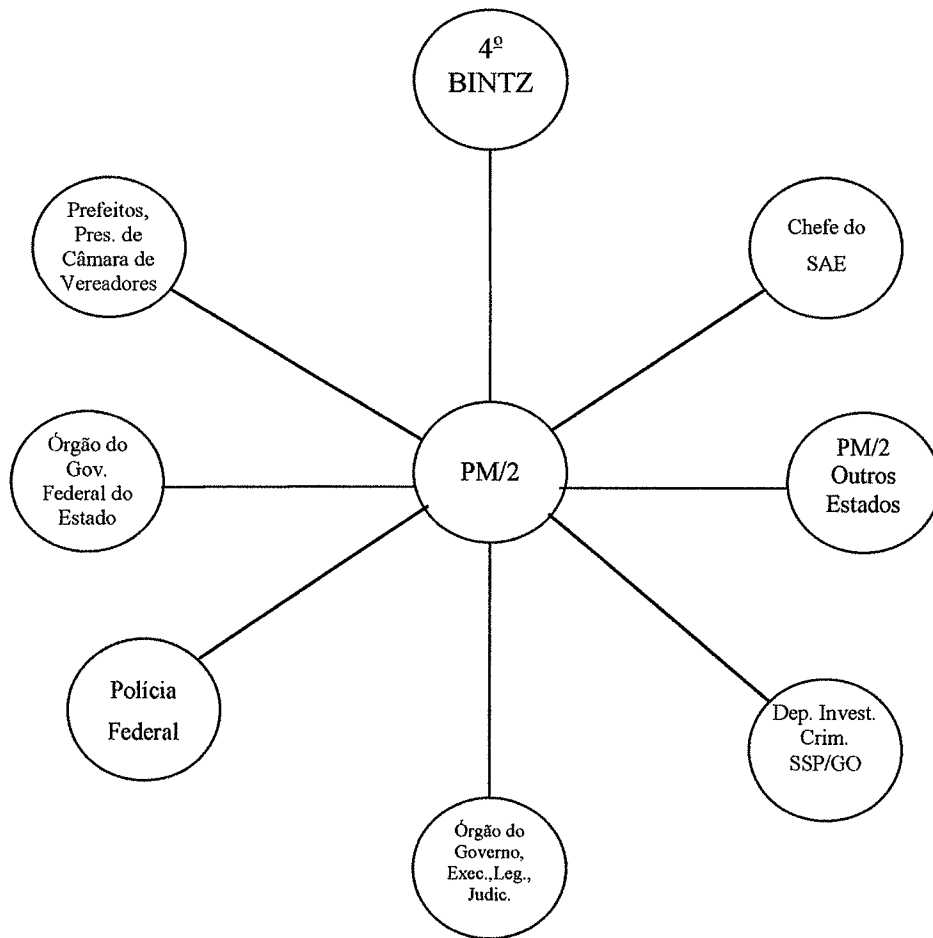
ANEXO II
ORGANOGRAMA DA PM/2



ANEXO III
LIGAÇÕES INTERNAS DA PM/2



ANEXO IV
LIGAÇÕES EXTERNAS DA PM/2



ANEXO V

[Empty box]

ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR
Q C G
2ª SEÇÃO / EM

INFORME N^o _____ / _____

DATA :
ASSUNTO :
REFERÊNCIA :
ORIGEM :
DIFUSÃO :
DIFUSÃO ANTERIOR :
ANEXOS :

[Empty box]

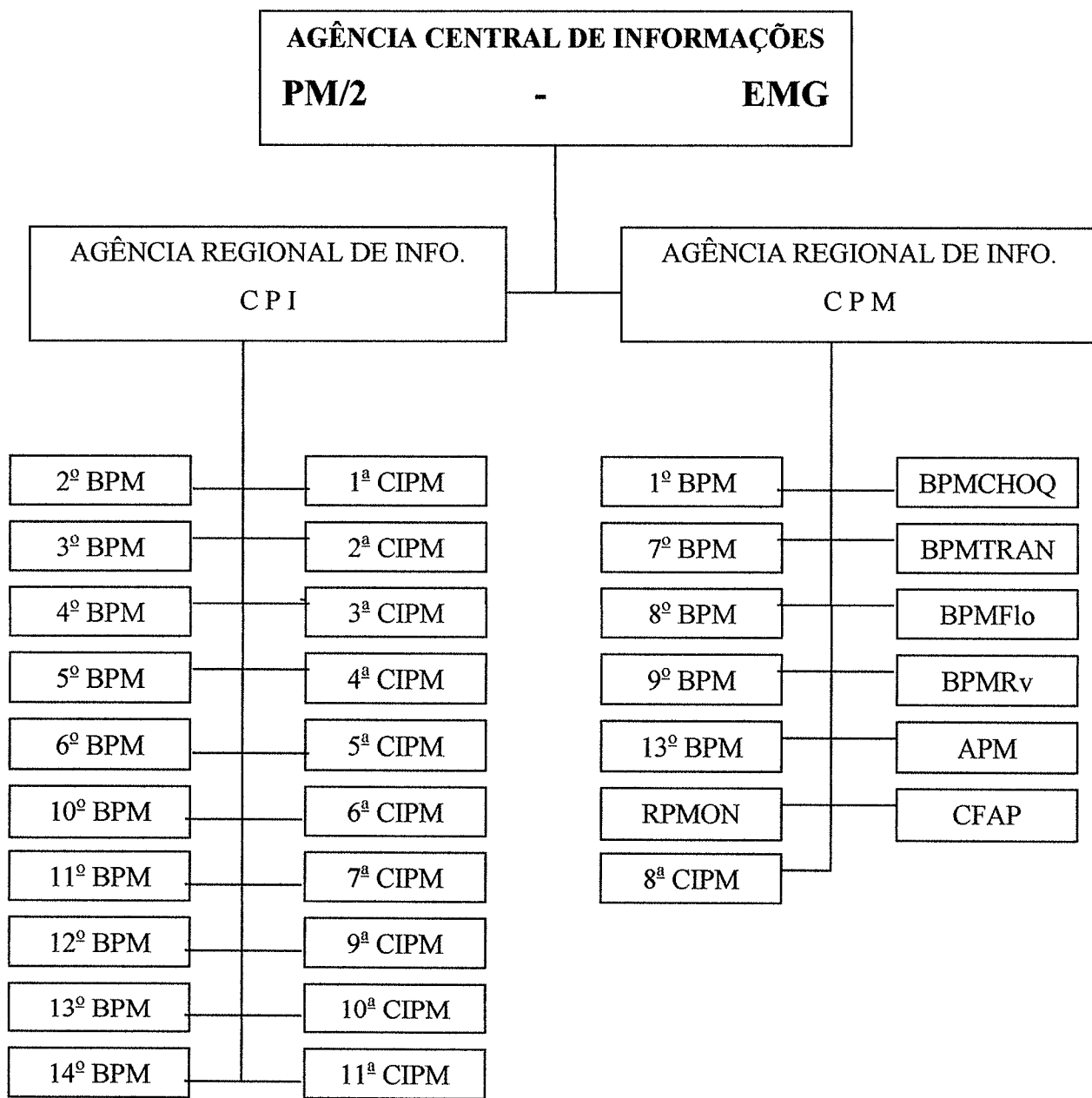
ANEXO VI

ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR
Q C G
2ª SEÇÃO / EM

PEDIDO DE BUSCA Nº _____ / _____

DATA :
ASSUNTO :
REFERÊNCIA :
ORIGEM :
DIFUSÃO :
DIFUSÃO ANTERIOR :
ANEXOS :

ANEXO VII
ORGANOGRAMA DO SIPOM



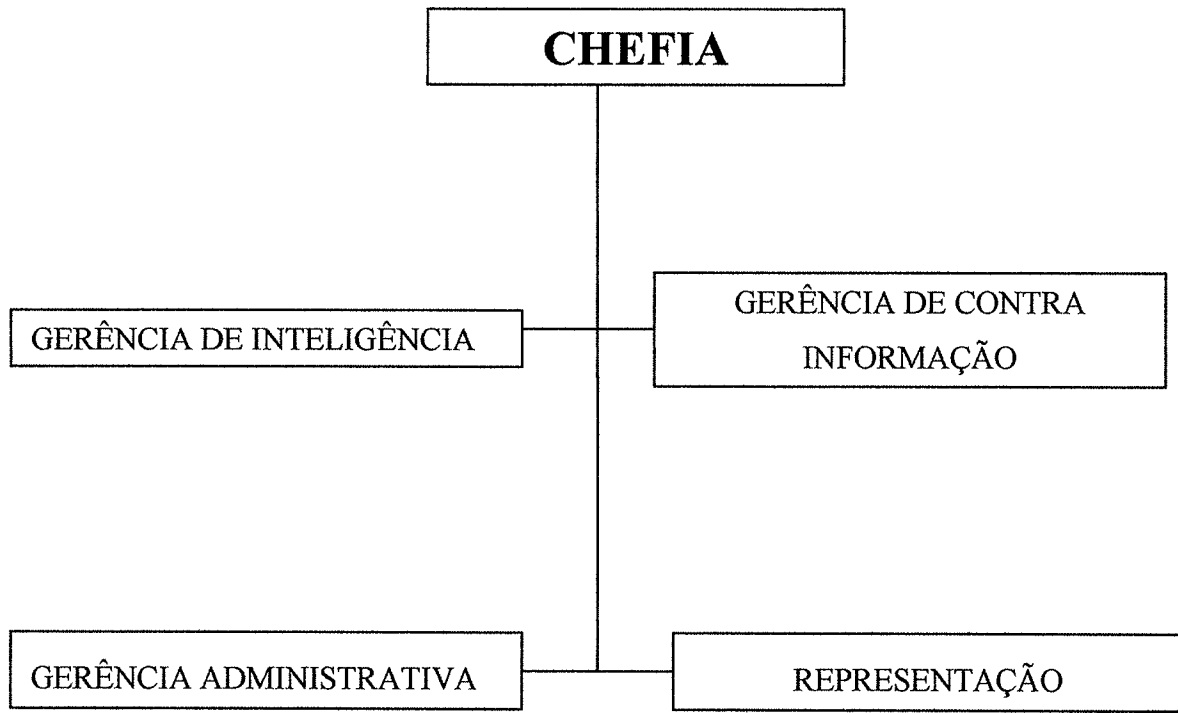
ANEXO - VIII

ORGANOGRAMA DA SSI



ANEXO IX

ORGANOGRAMA DA AGÊNCIA REGIONAL DE GOIÁS – (AGO)

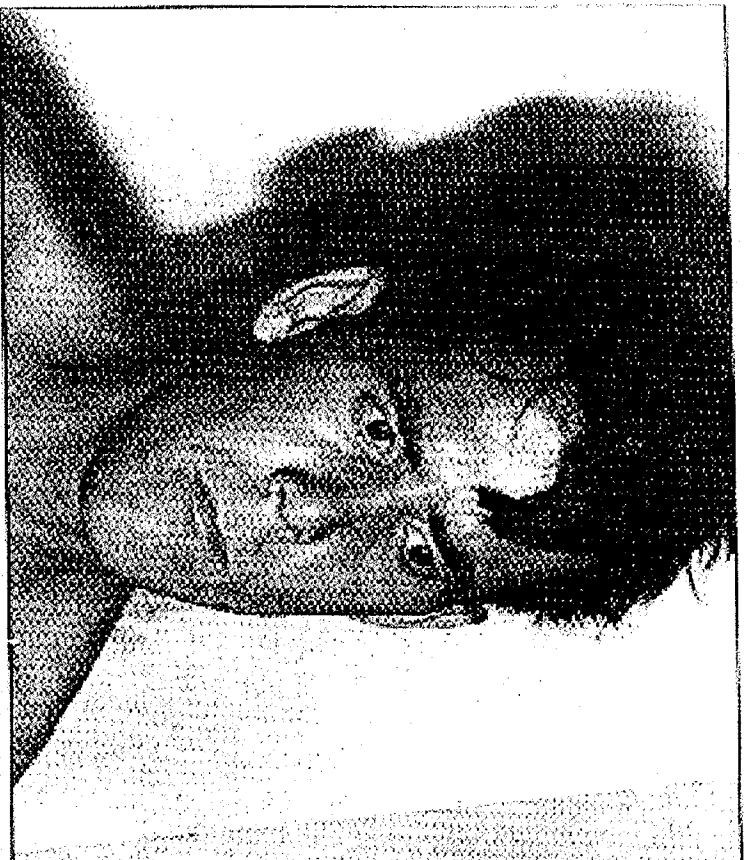


Foragido do Cepaigo ameaçava policiais

Foragido do Cepaigo desde o dia 7 de janeiro, Cicero Washington Alves, 27, acabou preso na tarde de ontem por homens do Serviço Reservado da Polícia Militar — P-2. Condenado a 17 anos de prisão por assalto à mão armada, Cicero acabou denunciado por um policial militar, que estava sendo ameaçado de morte pelo bandido.

No momento em que foi preso, o fugitivo encontrava-se na casa de sua mãe, no Setor Palmares, em Trindade. Na residência, os policiais encontraram uma passagem com destino ao Pará, e que tinha a data de hoje. Segundo o preso, ele, que é operador de montanha, iria para aquela cidade, a fim de trabalhar em uma madeireira. Cicero

Foto: Edison Caldeira



Cicero foi preso pelo Serviço Reservado da Polícia Militar

contou ainda que foi beneficiado o indulto de Natal, e que como irmão irmão mortera, e sua mãe e sozinha, resolveu não retornar ao presidio para fazer companhia à genitora. O irmão do fugitivo, com me ficou apurado pelos policiais, bem era assaltante.

Ameaça — Com receio de delatado, Cicero, várias ve ameaçou de morte um policial mi que morava próximo à residência sua mãe.

O policial no entanto, delat foragido aos homens da P-2, que vam à sua procura há mais de 15. Ontem mesmo, ele foi recambi para o Cepaigo.

Preso mecânico acusado de 40

José Carlos da Silva Filho era fugitivo da cadeia local. Ele foi indiciado em 26 inquéritos na Capital e 14 em Aparecida, todos por estupro

ROSANA MELO

Aparecida de Goiânia

O mecânico José Carlos da Silva Filho, 35 anos, que fugiu dia 28 de setembro com outros 18 presos da cadeia local, foi recapturado no sábado por agentes do serviço reservado da Polícia Militar na casa onde morava na Vila Finsocial. José Carlos responde a 26 inquéritos em Goiânia e 14 em Aparecida de Goiânia sob a acusação de estupro. Ainda sem condenação, o mecânico é conhecido entre os companheiros de prisão como "Jack Esprapador".

O titular da Delegacia Geral de Aparecida de Goiânia, Luiz Batista de Rezende, informou que no dia 28 de setembro, às 16 horas, 18 presos e um menor fugiram durante o horário de visitas depois de cavar um buraco na parede da cela 2 com uma chave de fenda e uma pequena lima de ferro. Dos 19 fugitivos, 13 foram recapturados e cinco já foram encaminhados para o Cápulo.

José Carlos da Silva Filho disse que depois de um mês preso, resolveu fugir ao ver o buraco na parede da cela. "Fui direto para casa ver

minha esposa e meu filho. Fiquei quieto por lá até ser preso", alega. A prisão do mecânico aconteceu quando ele estava dormindo. Quatro homens do serviço reservado da PM chegaram na casa de José Carlos, que ainda tentou correr e foi atingido com quatro projéteis de arma de fogo, sendo três nas pernas e um no ombro esquerdo. O preso passou o final de semana em uma das celas da Delegacia Estadual de Furtos e Roubos de Veículos Automotores e transferido ontem para a Delegacia Geral.

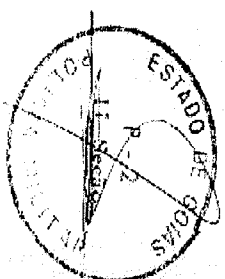
Perigoso - Para o delegado Luiz Batista de Rezende, o preso recapturado era considerado o de maior periculosidade entre os fugitivos. Segundo ele, a polícia sabe de 40 vítimas até agora, aborridas por ele em locais isolados e escuros, levadas para algum lugar onde são estupradas sob a mira de um revólver calibre 22. Duas das vítimas chegaram e ser baleadas pelo estuprador.

Ele foi preso pela primeira vez por agentes do 4º Distrito Policial, Sedor Garavola, depois de ser recapturado por uma das vítimas baleada. O mecânico havia tentado escapar a vítima, que foi socorrida por



José Carlos:reconhecido por 40 vítimas

um policial militar, também baleado pelo estuprador. Dias depois da tentativa, José Carlos apresentou-se no 4º DP. "Achava que seria indiciado somente por lesões corporais", disse. Depois de ler sua fotografia publicada nos jornais pela tentativa de estupro, outras 39 vítimas procuraram o distrito para identificar o criminoso. "Sabemos que deve existir um número bem maior de vítimas que, pela vergonha que sentem, não procuraram a polícia", informou o delegado.



Recapturar fugitivos é meta do Secretário da Segurança

□ Serviço Reservado da PM vai trabalhar na "caça" a presidiários do Cepaigo

A recaptura de presos fugitivos de presídios e cadeias públicas do Estado, é mais uma campanha desenvolvida pelo secretário da Segurança Pública, cel. Joneval Gomes de Carvalho, que ciente das reincidências sentiu a necessidade de tomar providências no sentido de levar de volta à prisão esses criminosos.

Uma das medidas tomadas pelo titular da SSP de apoio à diretoria do Cepaigo foi a criação de uma equipe composta por quatro policiais militares do Serviço Secreto da PM, a fim de investigar e recapturar presos fugitivos daquele estabelecimento prisional.

Outra providência tomada por Joneval é o empenho junto ao diretor-geral da Polícia Civil, Hitler Mossolini, no sentido de doar a Delegacia de Captauras de, pelo menos, um veículo para os serviços daquela especializada.

Ainda Joneval vem se empenhando na prisão de autores de crimes diversos ocorridos em Goiás com mandatos de prisão expedidos, como no caso do

CEPAIGO - GOIÂNIA

Nome: Paula Bandeira de Oliveira

Prisão: Prisão de Goiania

Data do Nascimento: 27/01/63

Atual: 1,72m

Tipos: normal

Trabalho: na prisão

Local de Nascimento: Goiania

Profissão: atendente

Coatão de identidade: 22.001.948

Endereço na penitenciária: 22.001.948

Trabalho na penitenciária: na cozinha

Comissão: de limpeza

Prisão: de Goiania

Prisão no Território: Prisão de Goiania

Autodeterminação pessoal: trabalha, mas sem desempenhar suas atividades

Foto: Jerônimo Lito



Coronel Joneval G. de Carvalho

Presos de alta periculosidade devem voltar para o Cepaigo preso recentemente na cidade de Crato, no Estado do Ceará, e que participou do assassinato do agrônomo Nícodemus Benguiron de Macedo, crime ocorrido dia 22 de janeiro passado. Ao participar de uma reunião na Acieir, Joneval foi procurado pela irmã

que fossem tomadas providências na prisão do assassino do seu irmão. Afirmou Joneval que ela podia estar certa de que as medidas seriam tomadas imediatamente por ele junto à Polícia Civil, o que resultou sendo na prisão do perigoso assassino.

mo rigor na vigilância de presos, feito pedidos ao comandante-geral da PM e ao diretor-geral da PC para apertarem com muita rigidez os de facilitação de fuga, punindo a tratativa e penalmente os culpados secretário Joneval entende que "

DIPLOMACIA

Selva verde-oliva

Militares e diplomatas brasileiros criticam tropa dos EUA formada para "defender a floresta amazônica"

HÉLIO CONTREIRAS E OSNAR FREITAS JR., DE NOVA YORK

A notícia cam como uma bomba nos círculos militares e diplomáticos brasileiros. Na quarta-feira 4, a tenente da Marinha americana Jane Campbell, porta-voz do Comando Sul dos EUA, sediada no Panamá, anunciou que Tio Sam já tem pronta uma força de elite para "guardar a floresta amazônica", denominada Grupo Verde. "O envio de tropa estrangeira para a Amazônia com a finalidade de proteger a floresta seria uma violação da nossa soberania. A Amazônia, como território brasileiro, tem que ser devidamente respeitada por estrangeiros", declarou a ISTOÉ o brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla, ministro do Superior Tribunal Militar e um dos líderes da corrente nacionalista nas Forças Armadas. "A floresta amazônica está sendo preservada pelo Brasil e não necessitamos de ajuda militar para essa preservação", acrescentou Ferolla.

O assunto da chamada tropa verde, na verdade, não é novo. Fontes do governo dos EUA dizem que a formação desses soldados começou há quatro anos e já foi motivo de conversa entre militares brasileiros e americanos. "Nós concordamos em conversar sobre essas tropas. Mas sempre mantendo que o Brasil não admite presença militar estrangeira guardando seu território. Essa tropa ecológica poderia até ser recebida como convidada. Mas o Brasil continua afirmando que não precisa ser ensinado sobre como proteger suas riquezas e interesses", disse a ISTOÉ uma fonte do Itamaraty. Oficialmente, entretanto, a reação do governo brasileiro foi bem mais amena: "Não acho que essas tenham sido as palavras exatas do subsecretário Timothy Wirth", declarou em Washington o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima. "No entanto, o Brasil continua com sua posição de que não necessita de tutela na preservação de seu território."

O ânimo do Comando Sul pela tropa

verde foi esvaziado já no dia seguinte ao anúncio oficial. Procurada por ISTOÉ, a tenente Campbell informou que não poderia dar declarações. "Este é um assunto do Departamento de Estado. Muitas ordens vão para dirigir os interessados nesse assunto para o subsecretário Timothy Wirth", desviou-se. Perguntada sobre a possibilidade de uma visita aos campos



Soldado americano camuflado de olho na Amazônia

de treinamento dessa tropa, a porta-voz do Comando Sul foi evasiva: "Mande um requerimento, vou ver o que se pode fazer. Tenho que consultar o comando que ainda não mudou completamente do Panamá para Miami. Em todo caso, acho difícil que possa ser conseguido."

O mais estranho é que vários correspondentes de publicações latino-americanas, inclusive brasileiras, já fizeram a visita no ano passado, sob a condição de que o assunto não fosse publicado. O subsecretário Wirth estava participando de uma reunião em Miami. Procurado por ISTOÉ, sua secretária disse que iria falar sobre o assunto com a revista, mas Wirth não compareceu o prometido.

Não resta dúvida de que os militares americanos estão muito interessados em obter informações de caráter estratégico so-

bre a Amazônia. Esse interesse está, inclusive, documentado. Em um desses papéis, com o carimbo "Secret", um general americano defende a cooperação mais intensa na região e sugere a criação de uma escola interamericana na região. A proposta foi recusada pelo governo brasileiro.

Tentativas também foram feitas pela Marinha dos EUA para a realização de exercícios conjuntos na Amazônia. Um oficial brasileiro impediu que fosse tirada a cópia de um documento no qual a proposta é feita. O documento estava em sua mesa na sexta-feira 6, no Rio de Janeiro. Mas o almirante Hernani Fortuna, da Escola de Guerra Naval, confirmou a sugestão: "O almirante Kado, ex comandante de Operações Navais dos EUA, nos fez essa proposta. Expliquei a ele que a operação conjunta não seria conveniente na Amazônia."

Mas o que provocou maior irritação

nos militares brasileiros foi o texto assinado pelo presidente Bill Clinton, com previsão sobre o uso das Forças Armadas americanas em 1995/1996 e renovado para o atual período. Neste, Clinton endossa a estratégia de que "a Força Aérea deve estar preparada para intervir em qualquer parte do mundo em que os EUA têm interesses". Com base nesse documento, o brigadeiro Murilo Santos, presidente do Conselho Deliberativo do Clube da Aeronáutica, acusa os EUA de quererem ser o xerife do planeta. Segundo essa análise, por ser a única região em que os americanos ainda não fizeram demonstrações de poder, a Amazônia é considera-

da objeto de seus interesses futuros.

E não é só. Já foi dito em diversas publicações e em declarações de autoridades do governo americano que o Pentágono teve a ideia de fazer os chamados "Parques Nacionais". Seriam áreas de floresta, principalmente na Amazônia, onde uma força internacional cuidaria da preservação e da integridade do território. Um primeiro parque seria numa área de fronteira entre Venezuela e Colômbia e que está sob litígio. "O problema é que essa mesma área é riquíssima em petróleo", diz uma fonte diplomática. Outro parque estaria localizado no Brasil. "Existem planos confidenciais para possíveis instalações de oito parques florestais guardados por forças internacionais. Pelo menos um deles fica na Amazônia", garantiu a ISTOÉ uma fonte do Pentágono.

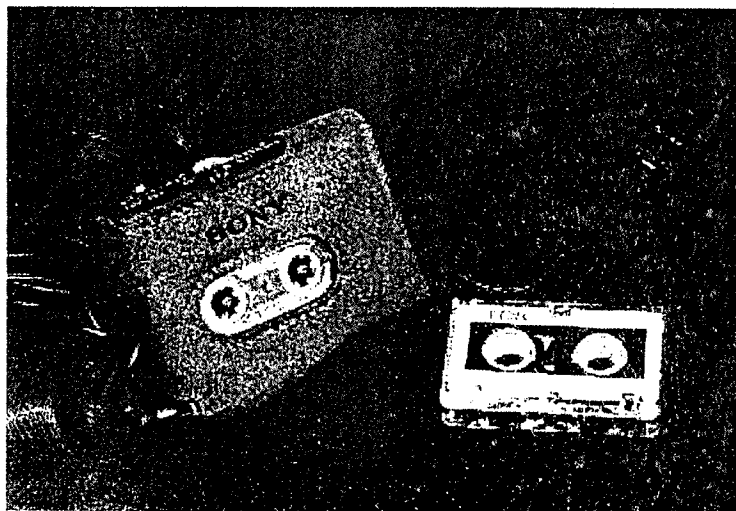
OBJETO DO DESEJO

Invasão de privacidade

Filmadoras e microgravadores atacam a fantasia de voyeurs e amantes da espionagem

SÉRGIO LIMOLLI

Embora pouco sofisticado, o mercado brasileiro de produtos que permitem espiar a vida alheia começa a incomodar. Ficou na memória de todos a violência da PM paulista em Diadema, registrada por um cinegrafista free lance. Também assustaram muitos poderosos as gravações feitas pelo "Senhor X" para o jornal *Folha de S. Paulo*. Os diálogos indiscretos dos dois parlamentares acreanos lhes custaram os mandatos. O sonho de lucrar com gravações e filmagens faz crescer o interesse por engenhocas eletrônicas compactas, de fazer inveja a qualquer James Bond. Esses aparelhos são vendidos legalmente, sob o argumento de que gravar as próprias conversas não é crime desde que o interlocutor seja avisado. Com apenas R\$ 120 é possível comprar na rua Santa Ifigênia, em São Paulo, um gravador com grampo telefônico. Basta conectar o equipamento, com a placa eletrônica previamente modificada para a recepção telefônica, ao fio do aparelho. A cada ligação o gravador é acionado. Também é possível adquirir em shopping centers e na Galeria Pagé



– uma espécie de filial de Ciudad del Este no centro de São Paulo – câmeras de vídeo e gravadores em versões muito reduzidas. Quem quer sofisticação encontrará variedade em Miami. Mas é no Japão, segundo o jornal onde as gravações foram publicadas, que foi adquirido o Sony M-909 usado pelo Senhor X. É nesse país que as novidades chegam primeiro. Empresários, espões industriais e arapongas em geral preferem, porém, produtos que não são fabricados em escala industrial.

A loja Spy Shop, de Nova York, é especialista no assunto. Lá foram compradas as microcâmeras utilizadas pela Globo no quadro *Profissão repórter*, exibido pelo *Fantástico*. O equipamento pertence a um cinegrafista brasileiro que o aluga para a rede por R\$ 300 ao dia. São duas câmeras: uma tem a forma de uma caneta e a outra é uma placa do tamanho de uma moeda com uma lente minúscula no meio.

▲ Gravador Sony M-909 comprado em Tóquio US\$ 250

▼ Microfilmadora com lente em forma de caneta usada pela Globo US\$ 850

◀ Filmadora JVC GRDV1: cabe na mão R\$ 2,4 mil

▲ Gravador RN-202, da Panasonic: com grampo R\$ 120

Microcâmera do tamanho de uma moeda US\$ 495 ▶

